

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Dissertação

As disputas e (re)invenções de uma política pública:
as cidades do Dia do Patrimônio - Pelotas/RS

Pierre Donires dos Santos Chagas

Pelotas, 2021

Pierre Donires dos Santos Chagas

As disputas e (re)invenções de uma política pública:

as cidades do Dia do Patrimônio - Pelotas/RS

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, sob a orientação da Profª Dra. Louise Prado Alfonso como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Banca Examinadora:

Profª Dra. Louise Prado Alfonso (Orientadora)

Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - USP

Profª Dra. Dalila Rosa Hallal

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre - PUC/RS

Profª Dra. Flávia Maria da Silva Rieth

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

*“(...) Cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças,
uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades”.*

(As cidades invisíveis, Italo Calvino)

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Ilez, por não medir esforços para que pudesse alcançar meus sonhos e avançar na vida acadêmica. Mesmo sem saber, sua garra é parte ativa desta pesquisa. Sem sua ajuda, não chegaria onde hoje estou. Às minhas irmãs Isabel e Virgínia pela escuta carinhosa nos momentos difíceis. Obrigado, acima de tudo, por entenderem minhas ausências.

Às minhas irmãs de vida Ellen, Fernanda, Júlia, Luisa e Natália, pelas chamadas em vídeo e carinho que tranquilizaram o processo de escrita. Obrigado pela sintonia.

Ao meu namorado Daniel, por ser meu ponto de paz em meio ao caos. Obrigado pelo companheirismo e paciência, especialmente nos momentos de tensão. À família Tejada Manso, que me acolheu durante a pandemia sempre incentivando a trilhar meus objetivos, vibrando cada vitória como se fossem suas.

À professora Dalila Rosa Hallal, por continuar acompanhando cada etapa de minha vida profissional. Agradeço imensamente suas palavras de incentivo e afeto.

Aos colegas Alef, Catiane, Ediane, Maria Luiza, Raiana e Rosilene, obrigado pelas trocas, conversas, seminários e “bons drinks”. Com certeza, levarei comigo o carinho e amizade compartilhados durante estes dois anos.

À equipe do projeto de pesquisa “Margens”, pelas discussões e aprendizado. Em especial, Martha, Melina e Newan, obrigado pelos “encontros virtuais alcoólicos” que tornaram um pouco mais leve esta caminhada.

À professora Louise Prado Alfonso, orientadora do estudo, obrigado pelo auxílio na construção dos saberes e por expandir meu olhar sobre o turismo e suas relações.

À professora Flávia Maria da Silva Rieth e ao professor Francisco Luiz Pereira da Silva Neto, por acompanharem minha trajetória e pelas potentes contribuições na banca de exame de qualificação.

Aos (às) funcionários (as) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. A cada docente que participou do meu processo de formação, meu muito obrigado.

À Universidade Federal de Pelotas, por oportunizar um ensino gratuito e de qualidade.

Esta dissertação “nasce” em meio a saudade. Saudade daqueles (as) que em meio a uma pandemia não puderam se fazer presentes fisicamente, mas estiveram

próximos (as) através de encontros virtuais, mensagens rotineiras e muito amor, cada um da sua forma. À todos (as) vocês, meus mais sinceros agradecimentos. Vocês são especiais.

Resumo

CHAGAS, Pierre Donires dos Santos. **As disputas e (re)invenções de uma política pública**: as cidades do Dia do Patrimônio - Pelotas/RS. 2021. 186f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Esta dissertação tem como objetivo compreender os processos de objetificação cultural produzidos pela política pública de cultura *Dia do Patrimônio - Pelotas/RS*. A cada ano, temáticas são escolhidas para orientarem as discussões da celebração, que além das visitas, conta com a plataforma de debates *Conversas do Dia do Patrimônio*, *Formação de Agentes do Patrimônio*, *Revistas do Dia do Patrimônio* e a produção das séries de cartões-postais distribuídas ao público. Em Pelotas, cidade ao extremo sul brasileiro, esta política pública ganha contornos interessantes, apontando para as disputas sobre o que define sua ideia de cultura e cidade. Para entender a celebração em sua complexidade, adotou-se a perspectiva de ritual de Roberto DaMatta (1997), a fim de interpretar as diversas cidades inventadas pela política pública. O estudo identifica, ao ritualizar as etapas da celebração, uma cidade que está em disputa sobre como deseja ser representada e materializada durante as visitas. Com isso, temos elementos que apontam as mudanças e permanências sobre a própria ideia de cultura de Pelotas.

Palavras-chave: Cidade; Cultura; Dia do Patrimônio; Pelotas; Políticas Públicas

Resumen

CHAGAS, Pierre Donires dos Santos. **Las disputas e (re)invenciones de una política pública:** las ciudades del Día del Patrimonio - Pelotas/RS. 2021. Disertación (Maestría en Antropología) - Programa de Posgrado en Antropología, Instituto de Ciencias Humanas, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Esta disertación tiene como objetivo comprender los procesos de objetivación cultural producidos por la política pública de cultura Día del Patrimonio - Pelotas/RS. Cada año se eligen temas para orientar los debates de la celebración que, además de las visitas, cuenta con una plataforma para debates sobre Conversaciones del Día del Patrimonio, Formación de Agentes del Patrimonio, Revistas del Día del Patrimonio y la producción de series de tarjetas postales distribuidas al público. En Pelotas, ciudad del extremo sur de Brasil, esta política pública adquiere contornos interesantes, apuntando a disputas sobre lo que define su idea de cultura y ciudad. Para comprender la celebración en su complejidad, se adoptó la perspectiva ritual de Roberto DaMatta (1997), con el fin de interpretar las distintas ciudades inventadas por la política pública. El estudio identifica, al ritualizar las etapas de la celebración, una ciudad que está en disputa sobre cómo quiere ser representada y materializada durante las visitas. Con eso, tenemos elementos que apuntan a los cambios y permanencias de la propia idea de cultura en Pelotas.

Palabras-clave: Ciudad; Cultura; Día del Patrimonio; Pelotas; Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul situando Pelotas.....	22
Figura 2 - Bandeirola verde bandeira no Casarão 2.....	39
Figura 3 - Bandeirola vermelha no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), antigo Liceu.....	39
Figura 4 - Bandeirola azul no Mercado Público Central.....	40
Figura 5 - Bandeirola amarela na Bibliotheca Pública Pelotense.....	40
Figura 6 - Bandeirola azul celeste no Museu Municipal Parque da Baronesa.....	41
Figura 7 - Bandeirola verde limão na Fonte das Nereidas (Praça Coronel Pedro Osório).....	41
Figura 8 - Catedral Metropolitana São Francisco de Paula.....	50
Figura 9 - Praça Coronel Pedro Osório.....	51
Figura 10 - Casarão 2.....	52
Figura 11 - Casarão 6.....	53
Figura 12 - Casarão 8.....	53
Figura 13 - Bibliotheca Pública Pelotense.....	54
Figura 14 - Mapa Turístico do Centro Histórico de Pelotas.....	59
Figura 15 - “Casas-geminadas” nº 1 e 3.....	69
Figura 16 - Museu Municipal Parque da Baronesa.....	72
Figura 17 - Cards informativos - projeto Lembranças do Dia do Patrimônio.....	76
Figura 18 - Felipe Martins, Mestra Sirley Amaro e Mestre Dilermando Freitas no Conversas do Dia do Patrimônio 2014.....	86
Figura 19 - Banner da edição 2013 do Dia do Patrimônio.....	99
Figura 20 - Card Reconheça sua cidade 1.....	100
Figura 21 - Card Reconheça sua cidade 2.....	100
Figura 22 - Card Reconheça sua cidade 3.....	101
Figura 23 - Card Reconheça sua cidade 4.....	101
Figura 24 - Mercado Central.....	102
Figura 25 - Theatro Sete de Abril.....	103
Figura 26 - Zoólito.....	104
Figura 27 - Doces de Pelotas.....	104
Figura 28 - Regional Avendano Júnior.....	105
Figura 29 - Travessia da pelota - Arroio Pelotas.....	106

Figura 30 - Festa de Iemanjá.....	109
Figura 31 - Clubes Sociais Negros.....	111
Figura 32 - Mestre Gria Sirley Amaro.....	112
Figura 33 - Sopapo.....	114
Figura 34 - Arroio Pelotas.....	115
Figura 35 - Estação Férrea de Pelotas.....	115
Figura 36 - DJ Vagner Borges no último encontro das Conversas do Dia do Patrimônio 2014.....	116
Figura 37 - Laguna dos Patos.....	117
Figura 38 - Encontro de Iemanjá e N ^a Sr ^a dos Navegantes.....	120
Figura 39 - Casa 6.....	121
Figura 40 - Caixa D'Água.....	121
Figura 41 - Chafariz Fonte das Nereidas.....	122
Figura 42 - Represa Moreira.....	122
Figura 43 - Lavadeiras do Santa Bárbara.....	125
Figura 44 - Bibliotheca Pública Pelotense.....	126
Figura 45 - DJ Helô.....	127
Figura 46 - Giamarê.....	128
Figura 47 - Soninha Porto.....	129
Figura 48 - Seli Maurício.....	130
Figura 49 - Passo dos Negros.....	134
Figura 50 - Colônia.....	136
Figura 51 - Fábricas.....	139
Figura 52 - Castelo Simões Lopes.....	140
Figura 53 - Carnaval.....	141
Figura 54 - Ciclocultura.....	142
Figura 55 - As Tradições Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas.....	143
Figura 56 - Conjunto Histórico de Pelotas.....	144
Figura 57 - Pelotas, a cidade do Tambor de Sopapo.....	146
Figura 58 - Guasqueiro.....	147
Figura 59 - Redeiras.....	148
Figura 60 - Judith Bacci.....	149
Figura 61 - Indígenas.....	152
Figura 62 - Quilombolas.....	155

Figura 63 - Tradicionalismo.....	156
Figura 64 - Felipe Povo.....	157
Figura 65 - Cápsula do Tempo Yolanda Pereira.....	159
Figura 66 - Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.....	161
Figura 67 - Antiga Associação Jockey Club de Pelotas.....	165
Figura 68 - Clube Caixeiral.....	166
Figura 69 - Conservatório de Música.....	167
Figura 70 - Esplanada do Theatro Sete de Abril.....	167
Figura 71 - Instituto João Simões Lopes Neto.....	168
Figura 72 - Prefeitura Municipal.....	169
Figura 73 - Clube Cultural Fica Ahí.....	170
Figura 74 - Concentração dos bens visitados no Centro Histórico.....	171

LISTA DE SIGLAS

CONCULT - Conselho Municipal de Cultura

GEEUR - Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SECULT - Secretaria Municipal de Cultura

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UCPEL - Universidade Católica de Pelotas

MinC - Ministério da Cultura

MALG - Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo

SUMÁRIO

Introdução	14
1. A construção do objeto de estudo	27
1.1 Aterrissando na Antropologia: trajetória pessoal.....	27
1.2 Dia do Patrimônio - Pelotas/RS: um ritual urbano na conexão Brasil-Uruguai...30	
2. Da narrativa histórica às políticas públicas de cultura: os pilares de uma invenção	45
2.1 Os marcos históricos de uma invenção.....	45
2.2 Pelotas em construção: ações políticas em prol da cultura.....	57
3. Entre offline e online: o percurso etnográfico	66
3.1 Offline: Etno Cidade Pelotas (2019).....	68
3.2 Online: Dia do Patrimônio Virtual (2020 - 2021).....	72
3.3 Extensão Universitária como campo antropológico.....	77
4. O ritual urbano Dia do Patrimônio - Pelotas/RS	82
4.1 Iniciação.....	83
4.2 Separação.....	88
4.3 Transe.....	91
4.4 Ruído.....	93
5. As cidades do ritual Dia do Patrimônio	97
5.1 O que é Patrimônio? (2013).....	97
5.2 A Herança Cultural Africana (2014).....	107
5.3 Pelotas Natural: Patrimônio de Águas (2015).....	116
5.4 Ocupação Feminina (2016).....	122
5.5 Territórios Daqui: Identidade e Pertencimento (2017).....	131
5.6 Pelotas Imaterial: Saberes, fazeres e ofícios (2018).....	142
5.7 Etno Cidade Pelotas (2019).....	150
6. Entre o imaginado e o vivido: o ritual Dia do Patrimônio na prática	162
6.1 “Pelotas de portas abertas”: a prática do ritual.....	163
6.2 O <i>fazer turismo</i> do ritual: uma cidade em disputa.....	174

Reflexões finais.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182



Introdução

O que é cultura? Cultura significa tudo que traz sentido à nossa experiência de vida. Como um conjunto de práticas, experiências e invenções, a cultura nos define, como também é definida por nós. Hoje aplicamos a categoria cultura em praticamente todas esferas da vida cotidiana. Falamos em cultura de um grupo social, individualizando suas características tentando situá-lo. Podemos, também, entendê-la como um ente dotado de permanências e mudanças. Sua definição polissêmica me leva a pensar que certamente no momento em que escrevo este texto, em todos os lugares do mundo, a cultura está sendo transformada pelas pessoas.

Para nós antropólogos (as) cultura significa a linguagem das relações humanas, como a religião, festejos, saberes, “tradições”, patrimônio cultural, entre outras *invenções* do nosso viver em sociedade. Estas características, ao mesmo tempo que imprimem uma marca em nossas vidas, nos singularizam enquanto seres coletivos. A antropologia inventa a cultura na tentativa de estudá-la, trazendo à baila a descrição desses fenômenos, mediados pelo comportamento humano, através da etnografia. O conceito de cultura, ao longo do tempo, molda-se buscando se contrapor às ideias evolucionistas do nosso “estar no mundo”, muito disseminado, no continente americano, pelos colonizadores. Por muito tempo cultura significou “ser culto”, conforme a matriz europeia.

O termo cultura tem sua origem na palavra *kultur*, cuja invenção se deu através da burguesia alemã do século XIX. Durante este período, os ideais franceses de “civilização” estavam rompendo as fronteiras geográficas expandindo-se aos países do continente europeu. Frente a esta tentativa de homogeneização dos hábitos culturais, como se a matriz francesa fosse a vertente absoluta para medir o grau de “civilidade” das nações em formação, o termo *kultur* nasce na tentativa de construir a identidade da Alemanha. Para o sociólogo alemão Norbert Elias:

O conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: “Qual é, realmente, nossa identidade?” A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase em diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico (ELIAS, 1990, p. 25)

Cultura, conforme esta construção alemã, seria a alma de um povo. Durante todo século XIX a Antropologia centralizou os debates no entorno do conceito de cultura. Edward Tylor (1832 - 1917), antropólogo britânico, foi um dos primeiros estudiosos a conceber uma ideia de cultura antropológica, na obra *Primitive Culture* (1871). Conforme Tylor a cultura seria: “(...) todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR *apud* LARAIA, 2018, p. 25).

De lá pra cá, a cultura tornou-se o principal motor da disciplina, sendo muito utilizada e difundida pelos (as) antropólogos (as). Roberto Cardoso de Oliveira (2007) aponta que a cultura é uma construção social, isto é, articulada por diversos contextos simbólicos. Cabe ao (à) antropólogo (a) investigar essas evidências simbólicas, uma vez que só podemos “ter acesso por meio das representações, das visões de mundo ou da ideologia (...) da sociedade estudada” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p. 14-5). A cultura opera como uma forma de entender as nossas relações e seus casos particulares, em relevo sob determinada perspectiva.

São diversas as conceituações antropológicas de cultura. Neste estudo toma-se o conceito desenvolvido por Roy Wagner em *A invenção da cultura* (2017). O autor entende a cultura como um processo dialético em constante *invenção*. Segundo o Dicionário Michaelis, *invenção* como substantivo é “ato ou efeito de inventar”; “coisa inventada; achado, criação, invento”; como também “ato de criatividade que resulta em objeto, processo ou técnica novos o suficiente para produzir uma mudança significativa na aplicação de tecnologia”; no sentido figurado assume o significado de “criação ou sugestão de suposta realidade; fantasia, invencionice, inverdade”; para o campo das artes “parte de uma composição em que se concebe o tema e se lhe dispõem e desenvolvem o sentido e as partes acessórias”; na música “pequena obra vocal ou instrumental em estilo contrapontístico, cultivada com fins didáticos e caráter de improvisado”; e por fim para sociologia imprime “combinação de elementos culturais existentes, de maneira a constituir um elemento novo”. Vamos nos ater a última conceituação, pois de alguma forma se entrelaça com este estudo.

O termo *invenção*, conforme Wagner, busca registrar as mudanças e permanências das sociedades, entendido como uma característica esperada do comportamento humano na perpetuação dos contextos culturais (WAGNER, 2017). O autor defende a ideia de que os grupos inventam suas realidades, sendo assim necessário, para entender estes processos, estudar “as motivações humanas em nível radical” focando nas convenções. A convenção cultural solicita a invenção para se concretizar, assim como o processo inventivo colhe fragmentos convencionais para se fixar – ambos coexistem em prol da invenção da cultura. É neste momento que compreendemos os significados culturais e como eles trabalham em função da continuidade das culturas nos contextos simbólicos. O contexto simbólico para Wagner é um espaço virtual no qual ações, expressões e visualidades passam a se significar umas em função das outras por mútua associação construindo-se pela diferença. É no contexto simbólico que as imaginações de cada ser humano, dialogando com a noção de “tradição”, produz a convenção, entendida como conjunto, por vezes material, dos usos e costumes estabelecidos por integrantes de um mesmo grupo. É entre as convenções de uma cultura e o confronto com o novo, que os contextos culturais são continuamente criados. Para Wagner:

Os contextos de cultura são perpetuados e estendidos por atos de objetificação, pela sua invenção *uns a partir dos outros e uns por meio dos outros*. Isso significa que não podemos apelar para força de algo chamado “tradição”, “educação” ou orientação espiritual para dar conta da continuidade cultural - ou, na verdade, da mudança cultural. As associações simbólicas que as pessoas compartilham, sua “moralidade”, “cultura”, “gramática” ou “costumes”, suas “tradições”, são tão dependentes de contínua reinvenção quanto as idiosincrasias, detalhes e cacoetes que elas percebem em si mesmas ou no mundo que as cerca (WAGNER, 2017, p. 86)

Para Wagner (2017) as convenções, além de sua característica básica de ordenar o mundo, também inventa e diferencia contextos culturais. Podem ser entendidas como “ficções” ou “ilusões” das construções das próprias convenções, uma vez que “(...) decompõem o mundo do ator, e da tradição em geral, em suas categorizações mais significativas e efetivas” (WAGNER, 2017, p. 77).

Neste sentido, a cultura é coisa feita, inventada, fabricada, construída por nós antropólogos (as) através da *objetificação*. Em nossa sociedade parece que a objetificação tornou-se um acordo “tácito” de nossas relações. O termo *objetificação* ganha força na década de 1970, quando grupos feministas inserem a categoria para pensar a relação do corpo da mulher na sociedade patriarcal. Objetificamos a

intangibilidade do tempo em horas, prazos e calendários; as pessoas, ao longo da história da humanidade, se tornam *coisas*, cuja função é satisfazer os desejos do outro. Percebemos esta questão na objetificação do corpo da mulher e pessoas negras, por exemplo. Entende-se o outro como um objeto passível para ser articulado sem voz, vontade ou agência.

Conforme o Dicionário Michaelis *objetificação* (ou *objetivação*) como substantivo é o “ato ou efeito de objetificar, de tornar concreto”; já para corrente filosófica significa o “processo pelo qual o espírito humano se afasta de sua real natureza subjetiva, aproximando-se da realidade externa através da projeção de si mesmo em objetos; objetificação”. É nesta última definição que vamos nos debruçar, afinal como Roy Wagner advoga:

(...) “Invenção”, o “signo” da diferenciação, é o obviador [*obviator*] dos contextos e contrastes convencionais; de fato, seu efeito total de fundir o “sujeito” e o “objeto” convencionais, transformando um com base no outro, pode ser rotulado “obviação” [*obviation*]. Conferir ou receber associações de um contexto para o outro é uma consequência desse efeito, a qual proponho chamar de objetificação (...) (WAGNER, 2017, p. 78)

Neste tango entre subjetividades e externalidades, a cultura acaba por se tornar um ente catalisador das disputas dos grupos sociais. A partir da década de 1960, elaborações sobre o conceito de cultura impactaram as dinâmicas da ciência antropológica, muito influenciada pelos estudos culturais ingleses¹ e o subversivo *Orientalismo* de Edward Said. Ao discutir as construções etnocêntricas produzidas por cronistas viajantes, pesquisadores (as), romancistas e demais “interessados” (as) no Oriente, assim como o impacto da cultura ocidental no mundo, Edward Said desestabiliza as imaginações ocidentais. O principal argumento da obra é a ideia de que o Oriente é imaginado (e fixado discursivamente) pela lente Ocidental (SAID, 2007). Para o autor o “Ocidente constrói o Oriente o descrevendo e, depois, colonizando e governando-o, tendo como objetivo dominar, reestruturar e ter autoridade sobre ele” (SAID, 2007, p. 29). Essa postura imperialista com o outro está vigente até hoje através das representações midiáticas e culturais. Com esta questão, podemos questionar: quem narra as nossas histórias e por quê? Quem *inventa* a cultura?

¹ Os principais autores dessa corrente de estudo são Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Palmer Thompson e Stuart Hall.

Frente às mudanças ocasionadas pelo pós Segunda Guerra na classe operária inglesa, os imbricamentos entre cultura e sociedade, com suas características particulares, agentes e “tradições”, produziram reflexões teóricas sobre a vida cultural urbana em transformação (ESCOTEGUY, s/d). A ideia de cultura passou a permear a vida cotidiana, através do qualificativo cultural. Instituições, grupos e governos passaram a apropriar-se da ideia de cultura compreendendo seu caráter mutável. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura), também dentro deste contexto pós-1945, formulou a seguinte definição de cultura:

(...) o complexo integral de distintos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela inclui não apenas as artes e as letras, mas também modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças (UNESCO, 1982, p. 1).

O uso da cultura passou a ser apropriado por diversas esferas da sociedade. Ao passo que nós, antropólogos (as), definimos a cultura através da etnografia, esta categoria passa a ser apropriada para fins políticos, como é o caso das políticas públicas. Para o antropólogo Marcos Afonso Spiess, não somente a Ciência Política se voltou para os desdobramentos das políticas públicas na vida dos (as) brasileiros (as), sendo seu estudo um campo de interesse multidisciplinar (SPIESS, 2016). No contexto brasileiro, a partir da redemocratização de 1988, se intensificaram os estudos sobre as “ações de governo”. Se em um primeiro momento a antropologia brasileira esteve preocupada em estudar (com certa militância) sobre os grupos “sem estado”, apropriar-se dos debates no entorno das políticas públicas a conectaram às diferenças, fio condutor e cerne das reflexões antropológicas (SPIESS, 2016).

As políticas públicas são pensadas para gerar mudanças. Embora sejam entendidas como resolução para problemas sociais, também comunicam outros desdobramentos em sua construção: trajetórias particulares, interesses, políticas mais amplas, dinâmicas culturais, entre outras interações. Enquanto parte da relação sujeito e mundo, as políticas públicas devem ser entendidas como parte das nossas vidas. Estão nos impactando a todo instante, tanto positiva quanto negativamente. São essas ações em prol do bem coletivo que regulam as relações humanas definindo convenções sociais e culturais, por exemplo. Cris Shore (2010)

aponta que a antropologia possibilita explorar os significados dialéticos das políticas públicas, como oportunidade de reflexão sobre as transformações gerais da sociedade, tanto nos padrões econômicos, quanto nas emergentes racionalidades governamentais (SHORE, 2010, p. 44). Para o autor, a etnografia serve como perspectiva potente para relativizar as diversas narrativas que fazem parte das políticas públicas: “quem pensa?”, “quem é impactado?” e seus desdobramentos na sociedade e dinâmica cultural (SHORE, 2010).

Desse modo, no contexto das cidades, as políticas públicas tomam a cultura como eixo de estruturação do “bem estar” coletivo. Nas políticas culturais a principal característica é acionar a *objetificação*. As tecnologias de governo apropriam-se do polissêmico conceito de cultura, muito estimulados por ações como a da UNESCO, como forma de materializar as “motivações humanas” dos grupos. Nesse processo acaba por delimitar o próprio sentido de cultura coletiva, por vezes cristalizando-a. Parte da vida simbólica e material das cidades, as políticas públicas de cultura tornaram-se um tema “bom para pensar”, tal os mitos eram para Lévi-Strauss. Na gestão cultural percebemos a “alma” das cidades em *objetificação*, afinal

(...) parte, por um lado de um universo cultural amplo, marcado pelo compartilhamento de rede de significados; mas por outro, tem-se a singularização de alguns conjuntos desses significados através de **objetivações** específicas, que se perpassam a ordem material, não devem ser pensadas como tendo como fim último o utilitarismo ou o ganho econômico (DIAS, 2011, p. 33, grifos meus)

Assim como a cultura, o conceito de patrimônio também é uma invenção, fruto de amplos processos de *objetificação*. José Reginaldo Santos Gonçalves (2002), entende o patrimônio cultural como entidade dotada de coerência e continuidade, onde significante e significado, símbolo e simbolizado, estarão transcendendo as narrativas culturais em (re)invenção (GONÇALVES, 2002, p. 20-2). Os patrimônios oficiais são construídos tentando sistematizar as coerências e continuidades dos grupos a nível municipal, estadual e federal a partir das políticas de preservação. É importante ter em vista que as políticas patrimoniais, como apontado por Gonçalves, moldaram nosso senso de identidade brasileira, ainda lá nos anos 1930 com os primeiros projetos do então Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, Gonçalves analisa esses projetos de criação da narrativa cultural brasileira a partir dos discursos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Ambos projetos representaram um “tipo” de Brasil intrinsecamente em diálogo com a criação das políticas públicas de cultura².

No primeiro caso (Rodrigo Melo Franco de Andrade), o discurso guiou-se a partir de perspectivas históricas, valorizando a arquitetura e as belas artes. Foi o projeto da “cultura erudita”. Esse projeto reforça os bens culturais partindo de uma narrativa branca sobre o Brasil, inserindo o país no rol de “civilidade” no eixo europeu (GONÇALVES, 2002). Cabe ressaltar que a categoria patrimônio no Brasil surge no processo de consolidação dos Estados nacionais, período das articulações feitas por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Necessitava-se criar um passado comum à nação brasileira e para isso se objetificou nas características materiais os elementos desta construção. É no contexto da modernidade que o embate entre preservar algo que estava em processo de desaparecimento, conservando a memória coletiva das cidades, pensada por pessoas/grupos específicos que moldaram nosso entendimento sobre patrimônio.

Já Aloísio Magalhães traz uma reformulação sobre a política cultural que entendia patrimônio como histórico e artístico para a noção de bens culturais. Foi o projeto da “cultura popular”. A visão pluralista e de algum modo “antropológica” da nação brasileira foi peça fundamental para reorganizar as políticas de patrimônio cultural democratizando-as (GONÇALVES, 2002). Desafiando o projeto de Rodrigo, Aloísio insere noções como *autenticidade* e *diversidade* nos debates das políticas culturais. Como resultado dessa virada ontológica no conceito de patrimônio, em 1975, a gestão Aloísio Magalhães criou o Centro Nacional de Referência Cultural, onde a ampliação das noções sobre patrimônio congregava construções cotidianas e não elitistas como foco.

² Outro ponto diz respeito ao processo de “descolonização/independência” das Américas das metrópoles europeias durante o século XIX. Tal movimento agiu, além dos campos político e econômico, também na forma como as nações historicamente marginalizadas se representavam. Após longos anos de subordinação, despertou em vários intelectuais a vontade de identificar e projetar a imagem da “sua gente”. O movimento Romântico no Brasil cumpriu esse papel disseminando o índio como figura basilar de brasilidade.

Oportuno frisar que o Brasil, no contexto latino-americano, foi um dos países pioneiros na construção de uma autarquia que buscasse, no bojo da construção de uma narrativa brasileira na terceira década do século XX, definir as peças de um determinado passado comum ao povo brasileiro. O IPHAN, hoje submetido ao Ministério do Turismo, tem em sua trajetória ações pontuais que vieram a caracterizar a cultura brasileira. Com isso, as cidades tornaram-se espaço de produção e acabamento do patrimônio cultural. É uma categoria criada a partir do sentido político, ou seja, tentando definir quais manifestações culturais (artísticas, materiais, imateriais, celebrações, etc.) representam as cidades.

Desse modo, as políticas públicas de cultura contribuem na imaginação das cidades tornando visíveis suas redes de significados, *invenções* e disputas, através da *ideia de patrimônio*. Para esta pesquisa o patrimônio cultural é entendido como um ente convencional, uma vez que materializa os processos de *objetificação cultural*. Importante frisar que patrimônio é entendido como cultura, ainda mais quando estamos nos referindo à políticas públicas. São universos que retroalimentam-se produzindo práticas culturais diversas. Assim como a ideia de cultura é uma construção social, o patrimônio também necessita do poder inventivo (relação sujeito - objeto) para se fixar. Além de atender as demandas simbólicas e identitárias, é apropriado por diversos setores da sociedade para ganhos econômicos, como é o caso do turismo.

Uma cidade não é definida somente por dados estatísticos ou desenhos urbanos. São espaços de produção contínua de subjetividades, os quais vazam dos ordenamentos verticais. Embora as políticas públicas de segurança, habitação, saúde, educação e culturais normatizam os espaços da cidade, elas não dão conta de representar a cidade vivida no cotidiano das pessoas. Cidade é um espaço fabricado pelas diferenças. Michel Agier (2015) aponta que a cidade “oficial” se contrasta com as narrativas produzidas nas “margens” das cidades. Para o autor, a cidade seria um *objeto virtual* cuja construção política e epistemológica produz diversas cidades, sempre em movimento.

Baseada em pesquisa etnográfica urbana, esta concepção defende a ideia de uma construção/desconstrução de seu objeto "cidade", rejeitando qualquer definição a priori da mesma enquanto ferramenta analítica. A questão seria antes: o que faz e desfaz a cidade permanentemente? Ela conduz à divulgação de processos e portanto à política que impulsiona o

movimento necessário à sua existência, às suas reprodução e transformação (AGIER, 2015, p. 483)

Neste estudo a cidade em relevo é Pelotas, localizada ao sul do Rio Grande do Sul, há 260 km da capital Porto Alegre e 130 km do país vizinho Uruguai (Figura 1). Sua *invenção* urbana é marcada pela temporalidade charqueadora e remonta ao século XIX, período que insere a cidade no mapa do Brasil como um dos primeiros centros urbanos do Rio Grande do Sul. Essa história é narrada pelos barões e baronesas, permeado de *rituais* que tentavam transformar a cidade em uma extensão da Europa. As convenções culturais da cidade objetificaram, por longos anos, esta temporalidade charqueadora como a única matriz inventiva da narrativa cultural local. Identifica-se esta narrativa nos discursos oficiais, turísticos e históricos. Frente este cenário, a política pública de cultura *Dia do Patrimônio* tenta inserir as narrativas culturais dissidentes da cidade no espaço público, legitimando estas construções como partes inventivas de Pelotas. É o começo de uma *nova ideia de cultura* para a cidade, ou ao menos tenta ser.



Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul situando Pelotas

Fonte: Wikipedia

Os *pilares inventivos* da sociedade pelotense, e por extensão sua *ideia de cultura*, anularam diversas narrativas de sua imaginação oficial. É o caso das comunidades negras, operários (as), indígenas, comunidade LGBTQIA+, imigrantes árabes, entre outros grupos diaspóricos e marginalizados. Construiu-se, assim, uma narrativa urbana requintada e europeia, se auto proclamando no imaginário popular

como “Princesa do Sul”. Essa definição é popularmente atribuída ao município partindo da temporalidade charqueadora. Por Pelotas concentrar no passado uma “vida cultural” provinda das benesses do trabalho escravo, ou seja, com tempo livre para ócio e lazer, a elite local se auto definiu como a cidade “mais aristocrática” do estado. Esse imaginário também se consolida com os costumes importados da Europa e percebidos nos bens culturais patrimonializados no tempo presente, convencionalizando essa imaginação, *inventando* Pelotas. Podemos nos questionar: Pelotas foi/é a “Princesa” de quem? O que as políticas públicas têm a ver com essas imaginações?

Nas políticas públicas de cultura, percebemos como a negociação das categorias “tradição” e “modernidade” se evidenciam, compartilhando no espaço público modos de *ser* e *narrar* as cidades, baseado em disputas e conflitos. A categoria conflito faz parte da essência do ser humano e da vida em sociedade podendo ser estendida às disputas narrativas no campo patrimonial. No contexto do *Dia do Patrimônio* temos uma celebração que “discute” a cidade, sempre na intenção de produzir uma chancela sobre o que é a cidade, com perspectivas distintas sobre a *ideia de patrimônio*. Entender as políticas públicas culturais na formalização da vida em sociedade, ou seja, ritualizando as narrativas coletivas dos grupos, está implicada na maneira como agimos e nos relacionamos coletivamente. Esse processo é permeado de rupturas e recomeços.

Antes de apresentar a cidade de Pelotas e a celebração *Dia do Patrimônio*, cabe salientar o papel das narrativas alternativas³ na construção política da ideia de cultura. No campo da cultura, as narrativas são os “marcadores de autenticidade” de um grupo, nação ou cidade. Por exemplo: Pelotas é conhecida nacionalmente por seus doces, arquitetura estilo eclética e charqueadas. Possui uma narrativa cultural oficial pautada nesses elementos como se a cultura local não tivesse, no passado, entrado em contato com as vivências africanas, árabes, etc. O discurso público fixa as “tradições charqueadoras” através com respaldo nas *narrativas históricas*, que por sua vez são compartilhadas no sistema de ensino, apropriada pelo discurso turístico e publicitário, objetificando, desse modo, uma *Pelotas do passado* que não se atualiza. Então, o que fazemos para (re)imaginar os marcos históricos e

³ Por ideia “alternativa” entende-se outras versões sobre os bens e referências culturais, cuja negociação ganha força com as noções antropológicas de cultura produzidas pela disciplina.

convenções culturais? Produz-se contranarrativas, ou nos termos deste estudo: se (re)inventa a ideia de cultura da cidade.

Edward Said (2007) compartilha o termo *tratativas contradiscursivas*, ou contranarrativas, como outras vias de imaginação sobre a cultura. São entendidas como tal por se contrapor às narrativas hegemônicas, com vistas a romper com discursos de ódio, classistas e coloniais (re)imaginando coletividades (SAID, 2007). Pensar patrimônio cultural e cidade é sempre ter em mente as diversas interpretações, sentidos e vibrações que estas categorias produzem. Essa questão das contranarrativas no contexto do patrimônio é interessante, uma vez que por muito tempo compartilhamos a noção de que para um bem ser considerado patrimônio deveria possuir caráter histórico-arquitetônico, como citei nos “projetos de Brasil” das políticas do IPHAN. As convenções patrimoniais, legitimadas por políticas públicas, construíram-se privilegiando esses bens. Isso atribuiu hierarquia ao conceito de patrimônio estabelecendo fronteiras excludentes, em particular as noções de *bem cultural* partindo das classes dominantes. Quem pôde inscrever na materialidade, suas histórias? Será que tem ressonâncias nas pessoas os patrimônios tidos como coletivos? Talvez sejam questionamentos iniciais importantes para repensar o conceito *lato* de patrimônio. Desconstruí-lo é essencial para perceber como as dicotomias “popular x erudito”, “natureza x cultura”, “tangível x intangível”, e todas atribuições possíveis que a categoria polariza, são verdadeiros riscos sobre a *compreensão humana* do patrimônio, ainda mais quando tocamos nos tópicos diversidade e inclusão (ALFONSO; FUNARI; SOUZA, 2021). Hoje a categoria patrimônio virou sinônimo de escuta, pertencimento e inserção de grupos estigmatizados na *imaginação das cidades*.

Esta dissertação é sobre processos de *objetificação cultural* produzidos por uma política pública de cultura. Para isso, entende-se a celebração *Dia do Patrimônio* como um ritual urbano, cuja intenção política consiste em responder a questão: “Quem é Pelotas?”. Desse modo, ritualizá-lo será uma abordagem etnográfica para entender as *disputas, mudanças e permanências* da “alma” desta cidade. Seguindo Roberto DaMatta (1997) deseja-se interpretar, a partir da ritualização do *Dia do do Patrimônio*, as cidades de Pelotas que evidenciam-se durante a celebração. Ao ritualizar o carnaval, procissões religiosas e parada militar, DaMatta descortinou os dilemas da sociedade brasileira. Esta escolha se justifica

pelo ritual *Dia do Patrimônio* interpretar a sociedade pelotense a partir do seu “próprio espelho social” que ao criar diversas imagens e narrativas de si “engendra-se como uma medusa, na sua luta e dilema entre o permanecer e o mudar” (DAMATTA, 1997, p. 45). O rito pode ser visto como uma libertação do cotidiano, dramatizando manifestações culturais. O ritual *Dia do Patrimônio* narra Pelotas na incessante caçada de descobrir quem ela é, compartilhando no espaço público “metáforas” de cidade, afinal é no momento de ritualização que as convenções culturais “saem de si”, comunicando ambiguidades, assim como é a cultura, na qual “não fica nem como é normalmente, nem como poderia ser” (DAMATTA, 1997, p. 39). A perspectiva do ritual serve, sobretudo, para acompanhar a construção da política pública *Dia do Patrimônio* em processo, a partir de suas dinâmicas internas, assim como sua ideia de cidade sobre o que define Pelotas.

O estudo apoia-se na perspectiva etnográfica, que além de ser uma descrição, não se reduz somente à “técnica”, pois “é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (MAGNANI, 2002, p. 17). É a grafia que perpassa nossa visão e escuta antropológica situando os fenômenos culturais. Não existe sem olhar, ouvir, escrever e relativizar. Rocha e Eckert (2003) acentuam que o etnógrafo tradicionalmente descreve nos diários de campo “seus pensamentos ao agir no tempo e espaço histórico do Outro-observado, delineando as formas que revestem a vida coletiva no meio urbano” (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 104-5).

Os objetivos principais desta etnografia são refletir sobre: a) Quais grupos, temporalidades e “tradições” são acionadas no ritual; b) Qual ideia de cultura orienta suas ações; c) Qual cidade é legitimada pelas instâncias políticas; d) Como as narrativas oficiais disputam as etapas ritualísticas, considerando os eixos temáticos de cada edição: o que permanece e o que muda?; e) Quais espaços da cidade são considerados importantes a serem mostrados; e f) o *fazer turismo* produzido no ritual.

O estudo se divide conforme os objetivos, ou seja, constrói-se privilegiando mostrar as perguntas acionadas descrevendo os desdobramentos do ritual. No *Capítulo 1 - Construindo e situando o objeto de estudo* apresento brevemente minha trajetória até a Antropologia, construção da pesquisa e também introduzo o que seria

o ritual *Dia do Patrimônio - Pelotas*; No *Capítulo 2 - Da narrativa histórica às políticas públicas de cultura: os pilares de uma invenção* se apresenta a cidade de Pelotas a partir dos marcos históricos e os desdobramentos desta construção nas políticas públicas de cultura da cidade. Também reflete-se, a partir de um relato “extra-etnográfico”, os efeitos dessa invenção; No *Capítulo 3 - Entre online e offline: o percurso etnográfico* aponta-se os ambientes e materiais que orientaram o trabalho de campo; No *Capítulo 4 - O ritual urbano Dia do Patrimônio - Pelotas* situa-se o que são os toques do ritual apresentando o caráter ritualístico da celebração; No *Capítulo 5 - As cidades do Dia do Patrimônio* se debate as três primeiras perguntas do estudo, cuja função será mostrar quais grupos, temporalidades, “tradições”, ideia de cultura e cidade são construídas conceitualmente pelo ritual; No *Capítulo 6 - Entre o imaginado e o vivido: o Dia do Patrimônio na prática* responde-se os três últimos pontos dos objetivos, evidenciando as disputas no entorno dos lugares anfitriões do ritual e como se constrói o sentido de Educação Patrimonial produzido na celebração: quem educa quem?; Nas *Reflexões finais* retoma-se os toques do ritual a fim de demonstrar como os mesmos aparecem e se articulam durante a ritualização do *Dia do Patrimônio*: o que muda com as ações da celebração?

1. A construção do objeto de estudo

1.1 Aterrisando na Antropologia: trajetória pessoal

Minha formação em Turismo proporcionou, além do encontro com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, um momento de reflexão sobre as práticas turísticas e suas narrativas. Como bolsista de iniciação científica atuei no projeto de pesquisa “A Construção da ‘Natureza Turística’ de Pelotas (1970 a 1980)”. Partindo de uma abordagem histórica, o projeto investigou a “vocação turística” da cidade através de fontes jornalísticas e história oral, tentando identificar as principais instituições, agentes e discursos que inventam turisticamente a cidade. O recorte dos anos 1970 e 1980 do projeto articula-se com os discursos turísticos nacionais produzidos nesse período, marcado pelo “desenvolvimento” da atividade no Brasil: políticas para o setor, *invenção*, consolidação e representação de um certo tipo de Brasil⁴ e abertura dos primeiros Cursos de Turismo.

Em 2018 defendi a monografia “Uma viajante no Oriente Médio: o relato de Talita Ribeiro” com vistas a problematizar o processo da viagem com atenção às suas narrativas. Para isso, o relato de viagem “Turismo de Empatia: Os refugiados no Oriente Médio” foi meu objeto de estudo tentando desvendar essas questões a partir do testemunho da jornalista Talita Ribeiro. Sua viagem originou-se após ver uma foto de mulheres resgatadas do ISIS (terminologia para *Islamic State of Iraq and Syria* ou em livre tradução Estado Islâmico do Iraque e Síria) onde elas tiravam o seu *Niqab*⁵ revelando vestidos coloridos e alegres. Talita queria conhecer essas mulheres e suas experiências de vida. Para a autora, “turismo de empatia” é realizar uma viagem onde as atrações são secundárias, sendo a realidade das pessoas com suas vivências o real sentido da viagem (RIBEIRO, 2016). Você ouve mais do que fala, aproxima-se de paisagens humanas que não estão nos cartões-postais ou guias turísticos convivendo de perto com essas realidades (RIBEIRO, 2016). Essa narrativa foi apresentada como leitura obrigatória na disciplina “Viagens, viajantes e relatos de viagem” durante a graduação. As discussões da disciplina propunham uma ideia “fora da curva” para pensar a prática do turismo, pautados em conceitos

⁴ Sobre este debate, verificar “EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira” de Louise Prado Alfonso (2014), o qual teve como objetivo analisar sociológica e antropológicamente a atuação da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo, órgão responsável pelo setor turístico nacional) enquanto instituição promotora de imagens e imaginários da identidade e cultura brasileira.

⁵ É o véu preto que cobre o rosto deixando apenas os olhos visíveis, diferencia-se da burca que cobre o corpo todo.

como alteridade, identidade, cultura e narração. Tal perspectiva está na “contramão” dos marcadores dominantes do pensamento epistemológico do turismo, o qual se baseia quase exclusivamente nos benefícios econômicos e suas potencialidades.

As motivações por trás da escolha desta narrativa justificaram-se, inicialmente, pela curiosidade do termo “empatia” como “conceito” para realizar turismo. A conclusão do estudo compreendeu que a experiência das viagens está para além do deslocamento, chamando atenção para as memórias construídas através do viajar materializadas na escrita, testemunho. Talita inventou, através de seu relato, um “outro” Oriente. Um Oriente pautado nas dinâmicas contemporâneas, mas que evidenciam como o imperialismo não cessa de vencer, imprimindo sua característica extrativista e violenta. Na época não questionei o que significava uma pessoa ocidental realizar uma viagem nesses moldes. Não questionei, sobretudo, o qualificativo “empatia” como motor dessa viagem de maneira crítica e profunda. Não tinha em mente os jogos de imaginação postos na relação Ocidente-Oriente. No horizonte do turismo essas discussões acadêmicas ainda são escassas⁶. Ao mesmo tempo que Talita quebrou barreiras fazendo seu “turismo de empatia” por ser uma mulher viajante solo pela Jordânia, Iraque e Turquia, países em conflito e com códigos culturais específicos às mulheres, produziu narrativas que afirmam seu privilégio ocidental de *estar* no mundo.

O turismo dialoga com diferentes campos da ciência, ora em diálogo produtivo, ora em disputas acirradas (BARRETTO; SANTOS, 2005, p. 361). Mirian Rejowski (2000) destaca que o turismo é “uma área estimulante porque requer uma integração de todas as principais ciências sociais (...) como as humanidades (...)” (REJOWSKI, 2000, p. 1), justificando o caráter multidisciplinar das fontes que teorizam o conhecimento turístico. Já Banducci Jr. (2001) pontua que o turismo como foco da antropologia brasileira inicia-se a partir da década de 1990, quando as primeiras reflexões acadêmicas começam a preocupar-se com os impactos do fenômeno turístico e seus desdobramentos na sociedade brasileira (BANDUCCI JR, 2001, p. 32). De lá pra cá, diversas pesquisas antropológicas tomaram as relações

⁶ As narrativas turísticas sobre o Oriente são construídas com ênfase no turismo religioso em Meca (considerada cidade sagrada da Arábia Saudita), Jerusalém (Estado de Israel) e Istambul (roteiros com mesquitas e basílicas); a multicultural Doha, no Catar; nos Emirados Árabes, a desejante Dubai e capital Abu Dhabi; e por fim a “Cidade Rosa” de Petra na Jordânia e o Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, Cairo no Egito.

entre visitantes e comunidades locais como objeto, fossem acentuando os perigos do turismo, como algo necessário a ser extinto, mas também analisando as identidades culturais como marcadores da autenticidade.

Diferente da matriz econômica disseminada por muito tempo como única via para pensar o turismo, minhas aspirações como turismólogo estiveram em *relativizá-lo* para além do caráter mercadológico. Por este motivo, a Antropologia, área do saber com um olhar “de perto” e “de dentro” (MAGNANI, 2002) ganhou espaço em minha trajetória acadêmica. Julgo a Antropologia como uma ciência das mais sensíveis nas humanidades, capaz de evidenciar o invisível da(s) vida(s), seus símbolos, disputas e *invenções*. Desvela o mundo fantástico criado pelas pessoas chamado cultura e suas relações.

Desse modo, aterrisamos na Antropologia e na produção desta pesquisa. Minhas inspirações iniciais com este estudo buscavam dar continuidade aos debates sobre narrativas de viagem. Para atingir esse objetivo, tomei os cartões-postais da política pública *Dia do Patrimônio - Pelotas* como ponto de partida. Queria desvendar as representações culturais articulando as relações entre visitantes e turistas. Desejava investigar quais narrativas eram transmitidas sobre a cidade de Pelotas através das imagens e imaginários desses relatos. Não fazia ideia do alcance, negociações e *invenções* do *Dia do Patrimônio* com a cidade. Pensava a celebração a partir da lente do turista, *souvenir*, “levar Pelotas para casa” através dos cartões-postais, e nunca havia refletido sobre a relação da comunidade pelotense com essas imagens.

Ao passo que fui me socializando com a literatura antropológica sobre cidades, políticas públicas, patrimônio e cultura, como também inserção nos projetos “Margens: Grupos em Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas” (pesquisa) e “Mapeando A Noite: O Universo Travesti” (extensão) do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), estas imagens passaram a ter papel secundário na pesquisa, mas relevantes. O olhar saiu do espectro “macro”, “estético”, “turístico”, e passou para as pessoas e suas relações com o evento. Comecei a perceber a *ideia de cultura* operando nesta política pública, que por sua vez *(re)inventa* Pelotas. Os rumos desta pesquisa são uma experiência de

“bricolagem”: entre aproximações, distanciamentos e (des)construções, descobrindo como *ser* antropólogo, em um contexto pandêmico, ela foi tomando forma.

Embora tenha participado como *Agente do Patrimônio* no ano de 2016, foi em 2017 que comecei a pensar no *Dia do Patrimônio* como pesquisador. Na ocasião, entrevistei Diele Ilha Thomasi⁷, colaboradora da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (SECULT) e coordenadora da celebração, nas dependências do Casarão de nº 2 (localizado no Centro Histórico de Pelotas e atual sede da SECULT) e a então secretária de cultura Beatriz Araújo, por e-mail. O objetivo do contato era investigar as origens do *Dia do Patrimônio* e as razões sobre o tema da quinta edição. As interlocuções de ambas se tornam interessantes para perceber as intenções, desdobramentos e visão das gestoras sobre o evento. E após entrevistá-las, refletir sobre o tema da quinta edição partindo das narrativas da *Revista do Dia do Patrimônio*⁸ de 2017. Segundo o poder público a “grande chave” para esta edição seria direcionar o convite para todas as regiões da cidade de Pelotas, envolvendo lideranças comunitárias, pesquisadores, artistas e agentes culturais para um exercício quanto à diversidade do seu patrimônio no espaço urbano (REVISTA DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 2). Lembro de ficar fascinado pela descentralização proposta pelo evento, onde os bairros da cidade faziam parte dos roteiros de visita e também sobre “novos” atores na *imaginação* de Pelotas. É desse modo que chego até o *Dia do Patrimônio* como objeto de estudo.

1.2 Dia do Patrimônio - Pelotas/RS: um ritual urbano na conexão Brasil-Uruguai

Para entendermos este ritual da cultura pelotense, precisamos situar suas “raízes”, que remontam ao Uruguai. Lá pelas bandas do prata, o *Día del Patrimonio* acontece há mais de 26 anos. O festejo foi idealizado pelo arquiteto Luis Livni, quando atuou como presidente da *Comisión del Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural de la Nación*, instância subordinada ao *Ministerio de Educación y Cultura*: “esta costumbre se adoptó siguiendo la experiencia de otros países, en que había

⁷ Diele é formada em Arqueologia com mestrado em Patrimônio Cultural. Na SECULT, atua como arqueóloga no Departamento de Memória e Patrimônio. Está ativa no ritual desde sua implementação. Atualmente atua como coordenadora geral do *Dia do Patrimônio*.

⁸ Essas revistas são organizadas com a intenção de sistematizar as discussões da plataforma de debates *Conversas do Dia do Patrimônio*. As edições das *Revistas do Dia do Patrimônio*, entre outros materiais referente à Pelotas, estão disponíveis para consulta pública no link: <https://educa.dimensio.pro/downloads>.

sido una iniciativa que ayudó a difundir los valores nacionales” (INFO URUGUAY, 2011)⁹.

No país vizinho uma intensa programação durante um final de semana de outubro transforma as cidades uruguaias em um grande ritual em prol do patrimônio nacional. Composta por visitas a espaços considerados de interesse cultural pelo governo federal é possível “visitar en forma gratuita edificios gubernamentales, museos, instituciones educativas, iglesias, edificios y hasta casas particulares a las que habitualmente no se puede tener acceso, de interés patrimonial” (MINISTÉRIO DO TURISMO DO URUGUAI, 2018)¹⁰.

Para que a festa seja efetiva, a cada edição o festejo uruguaio seleciona temas para refletir sobre a cultura nacional. Percebe-se uma atenção a figuras como artistas, antropólogos, militares, poetas, entre outras personalidades consideradas importantes para narrativa uruguaia de nação. Junto desses temas, lemas são acionados à celebração. Já foram alvo das reflexões: *La ocasión de adentrarse en la herencia cultural* (1995); *Montevideo, con arquitectura de gusto europeo* (1999); *La identidad recuperada* (2003); *Tradición e innovación Eladio Dieste: El señor de los ladrillos* (2006); *Apuesta cultural para una sociedad sin discriminación* (2007); *Uruguay: país de pensamiento* (2008); *Tradiciones rurales* (2009); *Reconocimiento a los constructores del teatro uruguayo en el Día del Patrimonio* (2010); *La Redota: derrotero por la libertad y la unión de los pueblos* (2011); *El lenguaje de los uruguayos* (2012); *El espacio público, arquitectura y participación ciudadana al servicio de la comunidad* (2014); *La arquitectura en el Uruguay* (2015); *Educación Pública: Integral, integradora, integrada* (2016); *Patrimonio vivo y universal* (2017); *Patrimonio y Diversidad Cultural* (2018)¹¹; *La música en Uruguay* (2019). Recentemente, em 2020, no contexto da pandemia COVID-19, o médico Manuel Quintela com o slogan “*Medicina y salud, bienestar a preservar*” orientou os debates da 26ª edição do evento¹².

⁹ <https://infouruguay.com.uy/DIA-DEL-PATRIMONIO-EN-URUGUAY.htm>. Acesso em 18 jun 2021.

¹⁰

<https://turismo.gub.uy/index.php/uruguay-es/item/2378-dia-del-patrimonio-diverso-y-de-puertas-abierta-s>. Acesso em 18 jun 2021.

¹¹ Em homenagem aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹²

Para informações, verificar: <https://www.gub.uy/ministerio-educacion-cultura/comunicacion/noticias/galeria-fotos-del-dia-del-patrimonio>.

Benedict Anderson (2008) no contexto dos estudos sobre o nacionalismo lançou mão do termo *comunidades imaginadas* para pensar a construção das nações. Em resumo, as nações são um produto da modernidade, pois definida as fronteiras territoriais, agora se fazia necessário *criar sua gente*. Sua hipótese pensa as nações com certo “espírito antropológico”, pois para o autor as comunidades são imaginadas porque até mesmo os indivíduos das menores comunidades jamais conhecerão muitos de seus companheiros, embora um imaginário sobre os mesmos conviva entre eles. Anderson termina seu argumento inferindo que de fato, todo e qualquer grupo maior que a “aldeia primordial do contato face a face” — e até mesmo ela, são imaginadas: “as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 2008, p. 32-3). Desse modo, entendemos que no festejo uruguaio há uma ampla promoção das práticas culturais e valores nacionais — materializadas no conceito de patrimônio, estimulando a comunidade uruguaia a perpetuar os elementos inculcados como coletivos. Se o *Dia do Patrimônio* tem inspirações nesta celebração, podemos dizer que o conceito de *comunidades imaginadas* para o contexto do ritual pelotense é de grande importância.

Abro um parêntese para apontar outros lugares da América do Sul onde o patrimônio cultural torna-se o elo entre as pessoas e suas identidades. A comunidade chilena celebra suas manifestações culturais no “*Día del Patrimonio Cultural*”¹³ ativo há 22 anos no país. Organizado pelo “*Consejo de Monumentos Nacionales de Chile*”, em 2 de maio de 2000, o festejo tornou-se decreto federal fixando sua periodicidade, realizada sempre no último domingo do mês de maio. Assim como Uruguai conta com a participação de várias entidades públicas e privadas. Os moldes da celebração chilena orientam-se a partir de regiões, onde as comunas chilenas¹⁴ se dividem em grandes blocos como zona sul (Araucanía, Los Ríos, Los Lagos, Aysén Magallanes e Antártica), zona norte (Arica e Parinacota, Tarapacá, Antofagasta, Atacama e Coquimbo) e zona central (Valparaíso, Metropolitana, O'Higgins, Maule, Ñuble e Bío Bío). Cada região detém um coordenador geral responsável por articular comunidade, instituições e agentes culturais em prol do patrimônio nacional chileno.

¹³ Para informações da celebração chilena, consultar: <https://www.diadelpatrimonio.cl/>.

¹⁴ Comuna é a menor subdivisão administrativa do Chile podendo conter cidades, vilas, aldeias como também a zona rural.

Já no Brasil, diversas cidades realizam atividades próximas à data de 17 de agosto, conhecida como *Dia Nacional do Patrimônio Cultural*. Essa data faz alusão ao nascimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, figura emblemática do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rodrigo esteve à frente do SPHAN por 30 anos (1937 - 1967), sendo sua gestão responsável pelas primeiras políticas públicas culturais e patrimoniais brasileiras. Segundo o IPHAN (2016), o *Dia Nacional do Patrimônio Cultural* já fez parte da capital mineira de Belo Horizonte, em 2016, com reconhecimento do *Conjunto Moderno da Pampulha* como *Patrimônio Mundial da Unesco*; do estado de Goiás com o seminário *Arquitetura, Cidade e Patrimônio* com vistas a debater os usos do patrimônio edificado; no estado do Espírito Santo as reflexões ficaram no entorno das características materiais do patrimônio, com o projeto *Memória Capixaba e Patrimônio Fotográfico*, com foco em ações desenvolvidas por entidades públicas e privadas sobre preservação de acervos de interesse histórico; já Laguna, em Santa Catarina, comemorou a data com palestras no bojo *Patrimônio Cultural e Participação Social e Valorização do Centro Histórico de Laguna*; partindo para sua décima quarta edição, a *Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco*¹⁵ convida as cidades pernambucanas a valorizar, preservar e reconhecer os patrimônios estaduais; no estado da Paraíba, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) a *Semana do Patrimônio Cultural da Paraíba* contempla as comemorações do patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2016).

E por último o estado do Rio Grande do Sul que desde 2019 com o decreto nº 54.608/19 institui o *Dia Estadual do Patrimônio Cultural* no terceiro final de semana de agosto, convidando a comunidade gaúcha a celebrar “suas raízes culturais”, com forte apelo à “Educação Patrimonial”, bem como a valorização e salvaguarda do patrimônio material e imaterial do Estado (IPHAEP, 2019). A construção do evento por todo território gaúcho se deu, também, através de Beatriz Araújo (atual secretária de cultura do Estado) com inspirações no festejo pelotense.

¹⁵ Em 2016 com o tema “Participação social na preservação do patrimônio cultural” a *Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco* foi pensada por eixos, compostos pelas cores vermelha (brincar com o patrimônio), amarela (experimentar o patrimônio), azul (interpretar o patrimônio) e verde (pensar o patrimônio). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder-IX-Semana-internet.pdf>. Acesso em 05 jun 2021.

Resgato a entrevista com Beatriz Araújo em 2017 para desenharmos mais a fundo a relação do ritual pelotense com o Uruguai. Podemos inferir que o *Dia do Patrimônio* em Pelotas nasce a partir de uma relação turística. Mas como? A partir do momento em que Beatriz vai ao Uruguai diversas vezes presenciar o festejo. Isso acarretou na construção do *Dia do Patrimônio* em Pelotas¹⁶. Quando Beatriz assumiu a Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) em 2012, resolveu aproximar a equipe dos organizadores da celebração uruguaia:

“(...) trazendo a Pelotas um integrante da comissão para palestrar aos servidores da SECULT. Nesta ocasião, aproveitei para convidar, por intermédio deste palestrante, artistas uruguaios para se apresentarem aqui, no nosso evento que ocorreria no ano seguinte. O cônsul urguaiio à época foi grande colaborador também, apoiando e disponibilizando alguns contatos para consolidar esta aliança. Após isto, organizamos em outubro de 2012 uma excursão com colaboradores da Secult e de outros órgãos que já haviam demonstrado interesse em participar, como SEBRAE e Universidade Federal de Pelotas. Fomos presenciar do *Dia del Patrimônio* em Montevideú” (Entrevista com Beatriz Araújo, 2017)

O cônsul citado por Beatriz, Luisivan Vellar Strelow, conversou comigo através da rede social Facebook em junho de 2021. Na ocasião, compartilhei em alguns grupos que tratavam do tema “memória”, “patrimônio” e “história” relacionadas à Pelotas questionários e chamadas para exposição digital sobre o *Dia do Patrimônio*, produzida por mim e inscrita como atividade para a nona edição do ritual¹⁷. Foi a partir da publicação que o ex-cônsul apareceu no percurso deste estudo. Para Luisivan, que esteve à frente da abertura da Residência Oficial da Embaixada brasileira em Montevideú para o público por quatro anos consecutivos, o *Dia do Patrimônio* urguaiio é uma ação importante, afinal oportuniza as pessoas conhecerem prédios que normalmente estão fechados. Sua interlocução resgata a experiência mediando as visitas e outros desdobramentos das atribuições de cônsul, que envolveram a celebração uruguaia:

“Escrevi um artigo sobre a história da residência oficial da Embaixada para um livro publicado pelo Departamento Cultural do Itamaraty. Meu encargo era coordenar e supervisionar a visita à residência em Montevideú. Tenho algumas fotos. Foi, no entanto, uma ação pontual. Da mesma forma, participei de outros momentos importantes do calendário cultural urguaiio e

¹⁶ Gastal e Moesch (2007) afirmam que quando nos confrontamos com o inesperado do contato com o novo através das viagens, vivenciamos processos de subjetivação que nos levam a repensar nosso ambiente, ou seja, o lugar que chamamos de lar (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 11).

¹⁷ Este debate será aprofundado no terceiro capítulo do estudo. Diversas alternativas se fizeram necessárias frente à pandemia de COVID-19. O espaço digital tornou-se meu principal meio, ou seja, campo de estudo visando entender os efeitos do *Dia do Patrimônio* na comunidade local.

de eventos culturais promovidos ou apoiados pelo governo brasileiro. Era o meu encargo na época, e creio ter me desempenhado bem. Foi um privilégio conviver e trabalhar, por quatro anos, com autoridades, promotores e personalidades importantes da cultura uruguaia. Tenho as melhores lembranças desse tempo, mas depois fui para outros postos onde me ocupei de outros temas. Fico feliz que Pelotas, com todo o patrimônio cultural material e imaterial, tenha aderido a este projeto da UNESCO, que é o *Dia do Patrimônio*” (Luisivan Vellar Strelow, junho de 2021)

Buscando “abrir as portas dos casarões” em um final de semana de agosto, a ex-secretária de cultura aponta o caráter participativo da celebração, a qual só ganha força a partir de “grupos independentes, entidades culturais ou não, a todos que tivessem interesse em mostrar algo relacionado com o nosso patrimônio” (BEATRIZ ARAÚJO, 2017). Encerrando seu relato, pontua que o *Dia do Patrimônio* pelotense só se consolida com o “empenho de gestores públicos, comunidade local, universidades e equipe SECULT, que abraçou com carinho e devoção o comando dessa festa” (BEATRIZ ARAÚJO, 2017).

Uma das justificativas de inserção do ritual na dinâmica urbana foi por Pelotas, ao longo dos últimos anos, vivenciar um aumento considerável da consciência coletiva quanto ao significado do patrimônio local e com isso a “urgência de conservação” dos bens culturais (DIA DO PATRIMÔNIO, 2013). Ou seja, a questão da *cultura* é um tópico importante para a cidade. Desse modo, o ritual *Dia do Patrimônio* surge na agenda cultural da cidade em 2013, conectado ao festejo uruguaio. Em Pelotas é organizado pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), pretendendo divulgar e promover o Patrimônio Cultural local através das mais variadas formas de expressão. Em resumo o ritual é um projeto de “Educação Patrimonial” em grande escala, atingindo e dialogando com diversos setores da cidade. Segundo o poder público, essa edição foi uma aposta do governo municipal, com grandes expectativas, porém

“(…) nada que se comparasse à emoção que foi compartilhar com a população aquele fim de semana ensolarado, e assistir às pessoas se deslocando pelo cenário da cidade, de um prédio para o outro, de uma apresentação artística de rua a uma exposição num belo casarão. Pelotas viveu literalmente seu patrimônio, encontrou-se como ele, num reconhecimento cheio de entusiasmo e afeto” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 2)

Fica evidente que nesta primeira edição do ritual, tentou-se mostrar como a *ideia de patrimônio* vai para além de sua materialidade, afinal

“Tais ações de caráter educativo e festivo pretendem não somente

aprofundar o conhecimento dos cidadãos pelotenses quanto a **sua memória, história e construção da identidade**, como também ampliar o entendimento da população quanto à abrangente definição de patrimônio cultural” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2013, grifos meus)

Como no país vizinho Uruguai, em Pelotas a cada ano temáticas são escolhidas para debater as referências culturais pela “terra do doce”¹⁸. Sua primeira edição em 2013 indagou “O que é Patrimônio?”; em 2014 trouxe “A Herança Cultural Africana”; para 2015 as reflexões foram “Pelotas Natural: Patrimônio de Águas”; já em 2016, ano que vence o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN)¹⁹, edição Samba de Roda, na categoria “Iniciativas de excelência em promoção e gestão compartilhada do Patrimônio Cultural”, as discussões giraram no entorno da “Ocupação Feminina”; em 2017 o foco foram os “Territórios Daqui: Identidades e Pertencimentos”; já em 2018, ano que Pelotas recebe o selo Patrimônio Cultural brasileiro com a salvaguarda das *Tradições Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas* como também o tombamento de *Conjuntos Históricos*, os debates ficaram a cargo da “Pelotas Imaterial: Saberes, fazeres e Ofícios” (2018); em 2019, inspirado na segunda e sétima edição, as reflexões foram sobre a “Etno Cidade Pelotas”; e por fim, buscando prestar um tributo a todas edições, em 2020 o “Dia do Patrimônio Virtual: Oralidade e Patrimônio Cultural”²⁰ conduziu as discussões.

Com essa leitura do poder público, percebemos como a cidade ambiente, mas como conceito interseccionado pela lente do patrimônio cultural, é peça-chave da celebração. O *Dia do Patrimônio* comunica uma ritualização cultural baseada na ideia primária dos “casarões com suas portas abertas”, algo incomum na dinâmica cotidiana da cidade. Os ritos e mitos são entendidos como dramatizações dos elementos básicos do dia a dia, isto é, daquilo que constrói as relações cotidianas. A noção de ritual neste estudo será como instrumental analítico para eventos sociais. Para Peirano (2002) os eventos sociais são entendidos como fenômenos especiais. Além de um significado teórico, os estudos dos rituais no mundo moderno assumem caráter político. Na reflexão sobre eventos sociais os referenciais teóricos dos rituais são mantidos, porém com implicações e expansões.

¹⁸ O termo “terra do doce” ganhou força com a organização da Feira Nacional do Doce (FENADOCE) na década de 1980, onde se começa a convencionalizar referenciais da cultura como narrativa oficial, na tentativa de singularizar a cidade como um produto turístico.

¹⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/172>. Acesso em 22 fev 2021.

²⁰ Em função da pandemia de COVID-19 iniciada em março de 2020 no Brasil, o evento sofreu os efeitos, principalmente pelo caráter participativo. Sem as parcerias, coletivos, artistas e demais atores da comunidade não há *Dia do Patrimônio*.

Um rito, ao contrário do mito que está no campo virtual e das representações, caracteriza-se pelas relações sociais empíricas do viver. São sistemas culturalmente imaginados/construídos em prol de comunicação simbólica. Para Stanley Tambiah (1985) o rito pode ser percebido primeiro a partir da convencionalidade da ação e linguagem; segundo em performance por diversos canais de comunicação; e por fim produzir valores e interações da performance (PEIRANO, 2002, p. 20-2).

Ritualizar as etapas do *Dia do Patrimônio* auxiliará na compreensão empírica da ideia de *cultura* e *cidade* em *transe* pelas narrativas da celebração, ou seja, *objetificada* e *negociada* através da dramatização das referências culturais. A ritualização da cultura local e seus símbolos, em *performance* no espaço público através dos patrimônios culturais e suas narrativas, evidencia múltiplas cidades de Pelotas. Apresenta, sobretudo, os conflitos entre o *imaginado* e *vivido* que tensionam as convenções culturais. Cabe ressaltar que toda política pública é produtora de narrativas diversas, uma vez que ao tentar “solucionar problemas” acaba evidenciando outros questionamentos, assim como é a ciência. Esse estudo pretende, acima de tudo (e como já dito) interpretar a Pelotas construída no ritual *Dia do Patrimônio*.

Desde sua implementação na agenda política da cidade, o ritual foi acolhendo novidades na programação. Mariza Peirano pontua que os rituais podem aderir novas dinâmicas, afinal não são contextos imutáveis, definitivos ou fossilizados (PEIRANO, 2002, p. 12). Em 2014, a plataforma de debates *Conversas do Dia do Patrimônio* começou a fazer parte da festa. Já em 2015 a celebração firmou uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto com vistas a desenvolver atividades voltadas às escolas municipais denominado *Circuito Patrimonial*, realizado às sextas-feiras.

Tentando explorar as ambiguidades da cultura, as etapas ritualísticas do *Dia do Patrimônio* são definidas neste estudo a partir de quatro toques: *Iniciação*, marcada pelas *Conversas do Dia do Patrimônio*, *Revistas do Dia do Patrimônio* e cartões-postais. Momento em que uma *cidade conceito* é construída conforme o eixo temático da edição; *Separação*, composta pela *Formação de Agentes do Patrimônio*. Neste momento, instrumentaliza-se os (as) voluntários (as) que mediam visitantes e patrimônio durante o ritual; *Transe*, momento onde as visitas ocorrem no sábado e domingo. Esta ação tem a cidade como palco, sendo composta por uma polifonia de narrativas que estão em disputa; e *Ruídos*, formada pela ação de “Educação

Patrimonial”²¹ às escolas da rede pública de ensino denominada *Circuito Patrimonial*²². Percebe-se nas etapas do ritual uma cidade em trânsito como deseja ser representada sob certo “controle” e seleção.

A força do ritual consiste em promover o patrimônio tornando a cidade em uma arena cultural, atento à sua diversidade na tentativa de ser democrático. Tal “conscientização” ganha forma a partir de micro-rituais que comunicam que algo irá se contrapor às dinâmicas rotineiras. É o caso das bandeirolas colocadas uma semana antes nos espaços, monumentos e/ou áreas de interesse cultural que sediam as atividades. Elas surgiram desde o primeiro ano. A ideia é criar uma ambiência festiva, algo que comunique à população uma marca visual de que o ritual vai acontecer, e também valorizar os tombamentos e inventários, algo que faz parte da cidade há muito tempo, porém pouco disseminado à comunidade. As bandeirolas medem 3m x 1,50m nas cores verde bandeira para tombamentos federais (Figura 2); vermelho para tombamento estadual (Figura 3); azul royal para bens tombados a nível municipal (Figura 4); amarela para os bens inventariados (Figura 5); azul celeste para “decoração” e informar que o espaço receberá atividades (Figura 6); e, após o tombamento dos Conjuntos Históricos em 2018 pelo IPHAN, as bandeirolas verde limão comunicam bens relacionados à paisagem da cidade (Figura 7).

²¹ As aspas servem para atentar: por que Educação? Quem educa quem neste processo?

²² Como veremos, a ação das escolas municipais está descolada do momento de *Transe* do ritual, o seu ápice. Separá-la serve para entender qual conceito de patrimônio guia este momento da celebração, em particular por estar construindo possíveis convenções patrimoniais ao público infanto-juvenil, narrando uma cidade a partir dos discursos arquitetônicos e históricos: onde entra a diferença no *Circuito Patrimonial*?



Figura 2 - Bandeirola verde bandeira no Casarão 2

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Figura 3 - Bandeirola vermelha no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), antigo Liceu

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Figura 4 - Bandeirola azul no Mercado Público Central

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

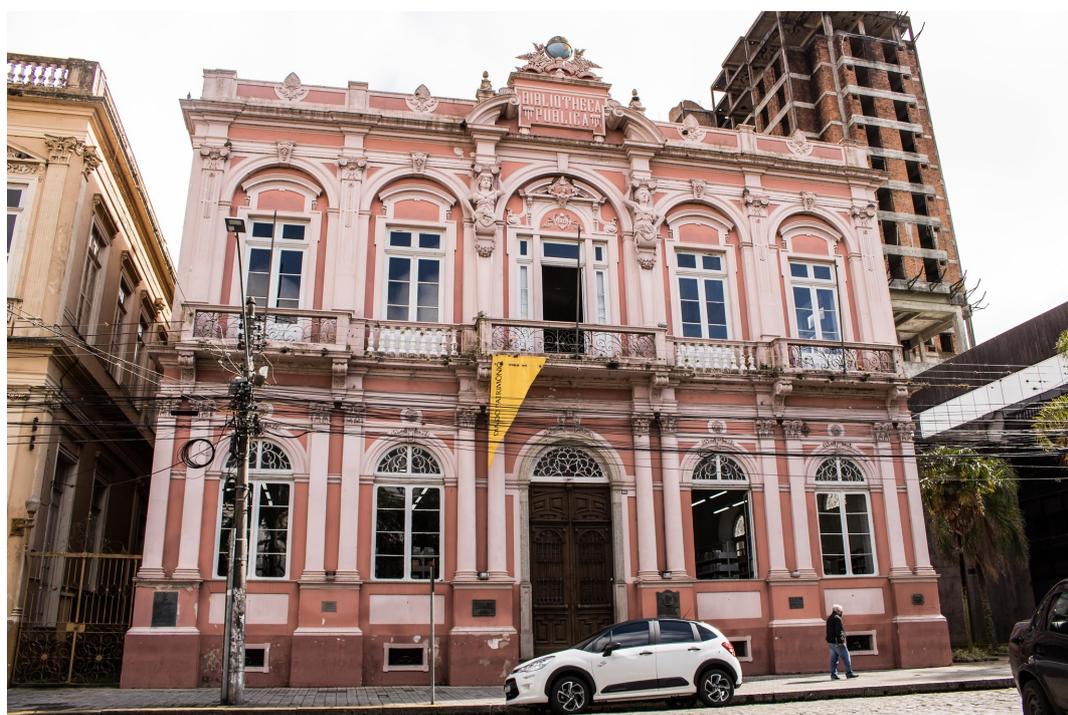


Figura 5 - Bandeirola amarela na Bibliotheca Pública Pelotense

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Figura 6 - Bandeirola azul celeste no interior do Museu Municipal Parque da Baronesa

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

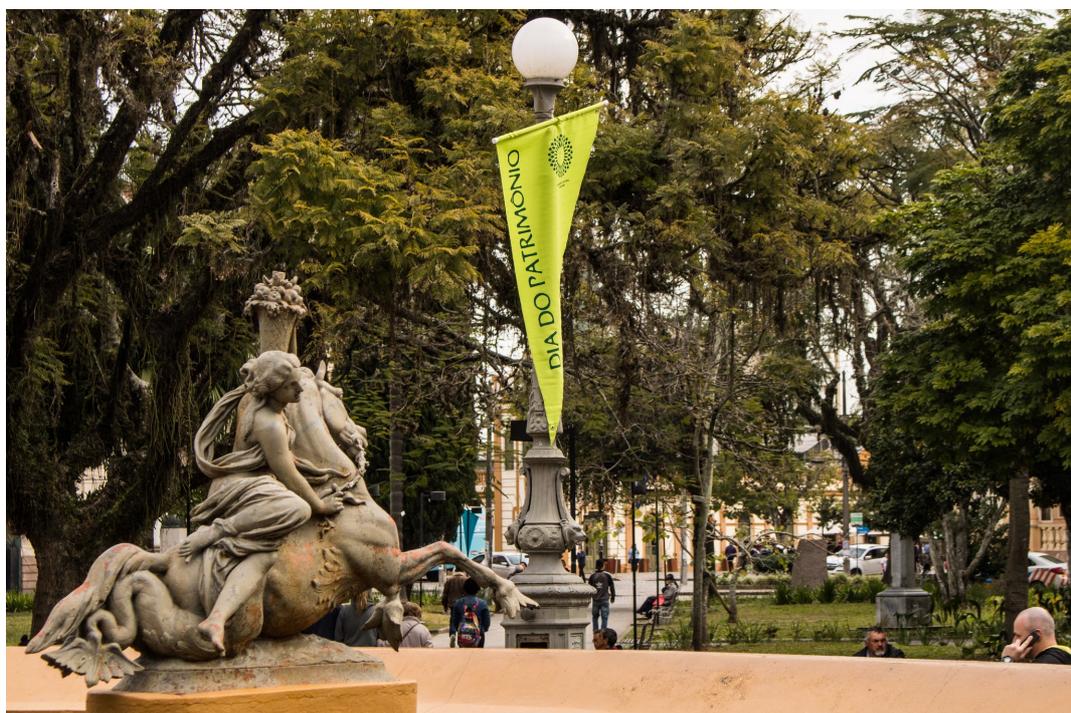


Figura 7 - Bandeirola verde limão na Fonte das Nereidas (Praça Coronel Pedro Osório)

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

É neste contexto que o ritual se desenha na cidade: tentando inculcar aquilo que deve ser lembrado, festejado e cultuado como “tradições” de bem comum. Como fruto da *invenção* humana, as “tradições” construíram-se definindo o que não deve ser esquecido através da continuidade. As *tradições inventadas* são consideradas “(...) um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBSBAWM, 1984, p. 12). Oportuno frisar que o conceito de *invenção* e *tradição* de Hobsbawm diverge da noção cunhada por Roy Wagner. Para Roy Wagner (2017) a *invenção* é um fator essencial para construção e continuidade dos contextos culturais, como já citado. É através da dialética *invenção* e *convenção* que a cultura se (re)inventa, uma vez que a *invenção* como necessidade humana só toma corpo nos contextos simbólicos, onde a cultura se insere, a partir das próprias criações convencionais. Segundo Wagner “(...) Inventamos para sustentar e restaurar nossa orientação convencional; aderimos a essa orientação para efetivar o poder e os ganhos que a invenção nos traz” (WAGNER, 2017, p. 88).

Mas quais as diferenças entre as *invenções* de Wagner e Hobsbawm? Para o primeiro, é definida como resultado de processos de *objetificação*²³, cuja função como criador de narrativas coletivas “funde” pessoas e objetos produzindo as permanências e impermanências da cultura, como também seus símbolos (WAGNER, 2017). Já o segundo, entende as *invenções* como construções ideologicamente estruturadas que, através da repetição, colhem fragmentos históricos específicos para sua efetivação (HOBSBAWM, 1984). Desse modo, Wagner entende a *invenção* como produto da relação sujeito-coletivo, que imbuída das convenções culturais, acaba por (re)inventar a cultura, e também suas “tradições”. E Hobsbawm compreende como escolha arbitrária com vistas a inculcar pertencas coletivas, que por sua vez são forjadas, assim como o ritual *Dia do Patrimônio* tenta através de suas ações. Essas duas compreensões de *invenção*, embora divergentes, são peças fundamentais deste estudo, em especial porque “[em] todos os casos [onde] a Cultura é inventada por meio da experiência e criação

²³ No *postscriptum* para edição brasileira, além de afirmar o contraste entre o mundo “natural” (inato) e “controlado” pelas pessoas (simbólico, inventado), Roy Wagner aponta que a noção de invenção em sua obra não é majoritariamente um processo inventivo, porém um processo de obviação, do inglês *obviation*, que significa “prever e descartar” (WAGNER, 2017, p. 222).

da realidade” (WAGNER, 2017, p. 97), tal qual as narrativas do *Dia do Patrimônio*, expressas nas materialidades e imaginários se constroem.

Nestes espaços inscritos como anfitriões uma gama de atividades fazem parte do ritual: oficinas, palestras, rodas de conversa, apresentações artísticas, exposições, entre outras ações. Estas atividades buscam, quase sempre conectadas ao tema, transformar a cidade em um palco composto por diversas narrativas. São propostas por agentes culturais, coletivos e entidades sociais. É durante as etapas do ritual (*Conversas do Dia do Patrimônio*, *Formação de Agentes* e visitas) que os processos de *objetificação cultural* se evidenciam. Mostram como a *cidade imaginada* não é a mesma das narrativas *vividas*. Em suas atividades, percebemos a cultura como um ente inventivo, permeado de mudanças e permanências sobre sua definição. Desse modo, adotar a perspectiva dos rituais etnograficamente “para pensar” uma política pública, pontua como as sociedades moderno-contemporâneas são possuidoras de formalidades, padrões e ideologias (inventivas) particulares: consistem em uma interação entre objetos, símbolos e tradições (PEIRANO, 2002). As cidades comunicadas pelo ritual são invenções com grande potencial inclusivo.

O *Dia do Patrimônio* é uma ação premiada, tanto no âmbito nacional como estadual. Em 2015 o evento foi vencedor do 5º Prêmio de Cultura da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) na categoria “Museus, Patrimônio e Memória”. Já em 2016, ano de sua quarta edição, recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na categoria “Iniciativas de excelência em promoção e gestão compartilhada do Patrimônio Cultural”. Para se ter uma ideia do alcance da celebração, em 2016 o *Dia do Patrimônio* promoveu mais de 120 atividades espalhadas por toda cidade, envolvendo cerca de 50 *Agentes do Patrimônio* voluntários (as), abertura de 19 prédios históricos e expectativa de receber mais de 3 mil estudantes de 30 escolas municipais (IPHAN, 2016). Vagner Barreto compartilha um pouco de suas experiências, assim como o caráter excepcional sobre a abertura dos casarões da cidade:

“Particpei em dois momentos e em duas posições diferentes, uma como expectador, público em geral, e outra como palestrante, nas Conversas sobre o Dia do Patrimônio, que antecedem o evento. Como público, foi interessante, por conhecer o casarão por dentro, algo que ainda não havia feito. Gostei, especialmente, por ter a mediação dos Agentes do Dia do Patrimônio, que pareciam conhecer a história da cidade e não reproduziam

os discursos oficiais, mas tinham narrativas distintas, demonstrando ter passado por alguma formação para serem mediadores. Os casarões são locais sempre destacados na narrativa oficial da cidade, mas nem sempre ficamos à vontade para entrar e ter pessoas que possam nos acompanhar na visita” (Vagner Barreto, junho de 2021)

Neste capítulo apresentei como o objeto deste estudo foi construído, assim como sua relação em minha trajetória acadêmica. Buscou-se situar o que é o ritual *Dia do Patrimônio - Pelotas*, suas inspirações, principais pontos ritualísticos e relação com o país vizinho Uruguai. De posse deste panorama geral, podemos nos questionar: como surge esta devoção à *ideia de cultura* em Pelotas? Como os espaços apontados como anfitriões se consolidaram? Quais grupos participaram da construção histórica imaginativa da cidade? Em que momento se convencionaliza este passado comum, inventando Pelotas? Por que uma política pública tenta, no bojo dos seus eixos temáticos, “restabelecer” os marcadores culturais de Pelotas? Estes, entre outros questionamentos, serão apresentados no próximo capítulo.

2. Da narrativa histórica às políticas públicas de cultura: os pilares de uma invenção urbana

(...) Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos (PESAVENTO, 2007, p. 11)

No jogo de lembrança e esquecimento, seleção e exclusão, as cidades são inventadas através da força imaginativa de quem a habita, muito embora alguns “forasteiros” também construam as cidades através de relatos de viagem. As cidades são um espaço onde atribuímos significados, construímos socialidades e produzimos cultura. Entre ritos, mitos e materialidades, as cidades são inventadas. Afinal, como Roy Wagner pontua: “a invenção é a forma da nossa experiência e do nosso entendimento” (WAGNER, 2017). Em alguns casos, como Pelotas, são eternizadas no patrimônio cultural oficial narrando a “glória dos vencedores”. Qual o papel das narrativas históricas na imaginação de Pelotas? Essa é uma pergunta interessante para entendermos, por exemplo, quais os caminhos das políticas públicas de cultura da cidade ao longo do tempo. Neste capítulo apresento a cidade de Pelotas a partir de sua história, cuja construção representativa repercute na dinâmica cultural atual através de políticas públicas que, por sua vez, privilegiaram (ou ainda privilegiam?) o marco temporal charqueador do século XIX. Quantas cidades existem na “Princesa do Sul”? Quais grupos construíram os “pilares” desta urbanidade? Qual a função das políticas públicas de cultura no processo de imaginação? São alguns questionamentos debatidos a seguir.

2.1 Os marcos históricos de uma invenção

Sabendo que a história age como fio condutor das narrativas culturais, pensá-la relativamente é importante. Walter Benjamin (1987) nas teses *Sobre o conceito de história* lança mão de uma nova lógica para pensar as referências históricas. Benjamin salienta a atenção dos historiadores com grupos esquecidos das narrativas do Estado. Para o autor, o historiador deve investigar as vítimas do processo de esquecimento, as ressonâncias apagadas de uma história coletiva porém singular. A tese de número VI se torna interessante para pensar o contexto do *Dia do Patrimônio* e a construção da ideia de cultura a partir da história:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224-5)

Toda cidade tem uma história. Ela pode ser narrada de diversas formas, por diferentes grupos. Por longos anos a História esteve preocupada em sistematizar um passado comum às coletividades. Com isso, criou narrativas unívocas dos grupos, cuja construção silenciou tantas outras versões da mesma história. Pensar a história de uma cidade é ter em vista seu caráter de *representação* que, muitas vezes, sofre efeitos de *objetificação* unilateral quanto às narrativas que a constroem. Quase sempre, como aponta Benjamin, é construída em cima dos “vencedores”.

Em Pelotas, “*cidade-cenário*” onde este estudo se insere, o fio condutor da narrativa histórica oficial são as charqueadas, temporalidade que resiste às amarras do tempo em inúmeras práticas urbanas, como é o caso da *ideia de cultura*. Para entendermos como se deu a construção desta “*cidade-temporalidade*”, precisamos viajar no tempo até a formação do estado do Rio Grande do Sul, cuja articulação tem ecos na *invenção* do que hoje entende-se como Pelotas.

O Rio Grande do Sul formou-se em meio a disputas entre as coroas portuguesa e espanhola, além dos embates com as populações nativas que povoavam a porção sul do território brasileiro. Os conflitos gerados pela delimitação do que pertenceria ao domínio português ou espanhol forjaram-se, principalmente, por interesses econômico-exploratórios:

Entre a Colônia do Sacramento [atual Uruguai] e Laguna, ficava uma terra ainda não explorada pelas potências ibéricas. No meio desse espaço, perto do oceano Atlântico, foi erguido, em 1737, pelos portugueses, o presidio Jesus-Maria-José, que veio dar origem à atual cidade de Rio Grande (GUTIERREZ, 2001, p. 27)

Os portugueses desejavam dominar estas terras, migrando de lugares como Laguna (Santa Catarina) e São Paulo em busca de cativos, rebanhos de gado e acesso à rota comercial do Rio da Prata, até então em território espanhol. Esta

motivação também facilitou o acesso da Inglaterra à região para comercialização dos seus produtos manufaturados (GUTIERREZ, 2001, p. 24-5). Geopoliticamente estratégico, o território onde hoje se encontra o estado do Rio Grande do Sul pertenceu à coroa espanhola até fins do século XVIII. Somente quando o Tratado de Santo Ildefonso (1777) é assinado delimitando os limites da fronteira sul do Brasil que esse território começa a ser “inventado”:

Quando os espanhóis se retiraram do Rio Grande, foi assinado o tratado de Santo Ildefonso. No Rio Grande de São Pedro [Rio Grande do Sul], entre outros fatos e acontecimentos, o terceiro quartel do século XVIII foi marcado pelo tratado de Madri, a chegada dos açorianos, a saída dos jesuítas, a permanência dos castelhanos e as doações dos campos de sesmarias aos militares portugueses e líderes das forças aventureiras ou auxiliares (...) (GUTIERREZ, 2001, p. 46)

Torna-se interessante explicar que por *invenção* do Rio Grande do Sul se entende, conforme a historiografia oficial, as delimitações *imaginadas* por ambas coroas, que não levaram em consideração, por exemplo, os grupos indígenas que povoam a região meridional do Brasil. É uma construção ocidental, branca e marcada pelo extrativismo.

Em julho de 1758 assinava-se a outorga da carta de sesmaria ao Coronel Thomaz Luiz Osório, pelo então governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, denominando *Rincão de Pelotas* a porção de terra que se dividia em sete estâncias: Feitoria, Pelotas, Santa Bárbara, São Thomé, Pavão, Santana e Monte Bonito, este último sendo o que futuramente formariam parte do núcleo urbano de Pelotas (GUTIERREZ, 2001, p. 67-71).

As primeiras charqueadas datam do final do século XVIII²⁴, quando o cearense José Pinto Martins, fugindo da seca do nordeste brasileiro, funda, às margens do Arroio Pelotas, o primeiro sítio charqueador. O interesse pelas bandas meridionais do Brasil, deve-se ao extenso número de gado deixado pelos jesuítas na região. Aos vastos campos para criação destes animais, espaço que denominamos como *Pampa Gaúcha*, o Rio Grande do Sul também deve sua *imaginação*.

O território onde se encontra Pelotas e distritos atendia às características para criação de gado, além de possuir cursos d'água que distinguiam a região das

²⁴ Ester Gutierrez (2001) aponta que tanto pesquisas gaúchas quanto uruguaias entendem a data de 1780 como o início das atividades econômicas das charqueadas do lado brasileiro, onde “às margens do São Gonçalo ou do Arroio Pelotas, estabeleceu-se a primeira fábrica de carne salgada” (GUTIERREZ, 2001, p. 47).

demais cidades do Rio Grande do Sul, facilitando o escoamento e tráfego fluvial. As águas exerceram papel fundamental na construção de Pelotas. Às margens do Canal São Gonçalo, curso d'água natural que liga as Lagoas Mirim e dos Patos, passando pelo Arroio Pelotas (homenagem à embarcação de couro que personifica a cidade) e Santa Bárbara são alguns exemplos da conexão líquida na formação cultural da cidade: pelas águas, Pelotas recebeu mercadorias, monumentos e “culturas”.

Com uma topografia elevada, distante dos sítios charqueadores, trânsito dos animais e pessoas escravizadas, a área do Monte Bonito foi o espaço onde os primeiros núcleos populacionais se instalaram. Em 1812 esse povoado passou a denominar-se Freguesia de São Francisco de Paula. Na terceira década do século XIX passou ao status de Vila, desmembrando-se da Vila de Rio Grande. Em 1835 se elevou à cidade com o nome Pelotas. É no “ciclo do charque” que a burguesia local forma um dos maiores acervos arquitetônicos ecléticos do país sob trabalho escravo. A consolidação desta sociedade, assim como em diversas cidades oitocentistas brasileiras, se deve a mão-de-obra escravizada que produziu simbólica e materialmente a cidade. Neste sentido, podemos entender que Pelotas é uma cidade construída por grupos além da matriz lusitana.

(...) O processo de produção da carne salgada exigiu uma quantidade maior de trabalhadores do que o pastoreio. Na sociedade escravista brasileira, a solução encontrada foi a que vinha sendo utilizada na colônia portuguesa, a importação da mão-de-obra cativa africana. Com a instalação do pólo charqueador, aumentou consideravelmente a população escrava no Rio Grande de São Pedro e, em particular, no distrito de Serro Pelado [atual Pelotas] (GUTIERREZ, 2001, p. 75)

Não somente o charque servia de ocupação aos cativos. A produção do charque era sazonal, entre os meses de novembro a maio. Além das charqueadas as pessoas escravizadas trabalhavam em olarias na fabricação de tijolos, telhas e construção civil: “Por suposto, esse trabalho, ao mesmo tempo que ocupou pessoas cativas, no período de entressafra da charquia, produziu a cidade” (GUTIERREZ, 2001, p. 79). Narrar Pelotas sem tensionar a presença negra na construção cultural além das charqueadas, é negar sua participação na história urbana do município. Cabe apontar, partindo das reflexões de Ester Gutierrez, como a comunidade negra ergueu, sob suor e sangue, a “Princesa do Sul”. Isto, muitos livros, não apontam desta maneira. Pelo contrário, inculca-se o teor violento das charqueadas, mas

nunca inserindo as comunidades negras como partes constituintes da *invenção pelotense*.

Em Pelotas o regime escravista durou cerca de 100 anos, de 1780 a 1888 (GUTIERREZ, 2001, p. 133). Para se ter uma ideia, por volta de 1830 mais da metade da população da cidade era composta por pessoas negras, onde menos de 35% havia sido “classificada” como branca. Já pela época de 1870, quando a cidade despontava seus 25 mil habitantes, um terço era composto de escravos, sua grande maioria explorados pela indústria do charque, construção civil e afazeres domésticos nos casarões (VARGAS, 2017, p. 153).

Os casarões surgiram como refúgio aos charqueadores e suas famílias durante a safra do charque, sobretudo tentando se afastar do cenário pouco agradável causado pelos rituais de abate e labor das charqueadas. Ester Gutierrez (2017) no verbete *Charqueadas* para o *Dicionário da História de Pelotas* aponta que:

Além de toda a rudeza do trabalho e do tratamento dado à população servil, do mau cheiro continuamente reinante, da sujeira e da presença de feras e animais peçonhentos e pestilentos, o espaço interno da produção do charque acompanhava o quadro macabro, tétrico, fétido e pestífero que dominava o seu meio ambiente (GUTIERREZ, 2017, p. 67)

Este cenário de horror foi registrado por inúmeros viajantes. Gutierrez e Santos (2013) resgatam alguns destes relatos escritos e iconográficos expondo como nas charqueadas narrativas macabras emergiram pelo olhar forasteiro. Para os autores:

O espaço fabril foi descrito pelos viajantes como um ambiente mórbido, insalubre, que chegava a alcançar o macabro. Os vapores emanados das águas e detritos parados dissipavam pelos ares os cheiros nauseabundos dos sangues putrefatos, dos excrementos apodrecidos, das vísceras decompostas pelo forte calor do sol, nos dias de safra. As nuvens de fumaças, que saíam das fornalhas, exalavam o cheiro das gorduras fervidas e dos ossos carbonizados. Os urros dos animais abatidos e esfolados vivos e o som do ritmo do trabalho imposto terminavam por compor o tétrico meio ambiente da produção charqueadora. As pinturas do século XIX expuseram beleza clássica, porém, macabra, dos espaços da matança de animais. Os desenhos e xilogravuras de meados do século passado, através de um expressionismo modernista, revelaram e denunciaram as mesmas práticas dos tempos da escravidão (GUTIERREZ; SANTOS, 2013, p. 10)

Assim, a vida urbana pelotense surge como resposta ao principal componente econômico desta sociedade buscando distanciar-se daquilo considerado “selvagem”. O núcleo urbano forma-se frente ao avanço da indústria saladeril, sendo para Pelotas o “início” de uma *vida cultural*. O culto ao ócio e lazer, como as belas artes,

literatura, saraus, rituais da sociedade europeia, foram configurando as dinâmicas desta emergente sociedade. Com isso, também surgem na cidade hotéis, teatros, clubes, igrejas, luxuosos casarões e serviços urbanos. É o início da *urbe Pelotas*. Listo a seguir alguns destes espaços, a fim de ilustrar os movimentos de construção material da urbanidade de Pelotas²⁵.

A Catedral Metropolitana São Francisco de Paula (Figura 8) foi construída em 1813 passando por alterações estruturais ao longo de sua trajetória (1826, 1915 e 1933). No final da década de 1940 o pintor italiano Emílio Sessa chega a Pelotas acompanhado de Aldo Locatelli e Adolfo Gardone após diversas trocas epistolares com o bispo Dom Antonio Zattera para as pinturas no espaço.



Figura 8 - Catedral Metropolitana São Francisco de Paula

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Com a expansão da cidade, os arredores da atual Praça Coronel Pedro Osório (Figura 9) ganharam importância no desenho urbano. Em 1830 o Casarão 2 (Figura 10) foi construído em estilo colonial a mando do charqueador José Vieira Viana. Em 1880 passa por reformas, quando adquirido por José Antônio Moreira, o

²⁵ Mostrar estes espaços é importante, pois no decorrer do ritual do *Dia do Patrimônio* eles se tornam lócus de acabamento do que deve ser lembrado, através de sistemática repetição, nas atividades da celebração.

Barão de Butuí²⁶. A reforma foi de responsabilidade do arquiteto italiano José Isella Merotte²⁷ anexando ornamentos e construção do segundo pavimento.

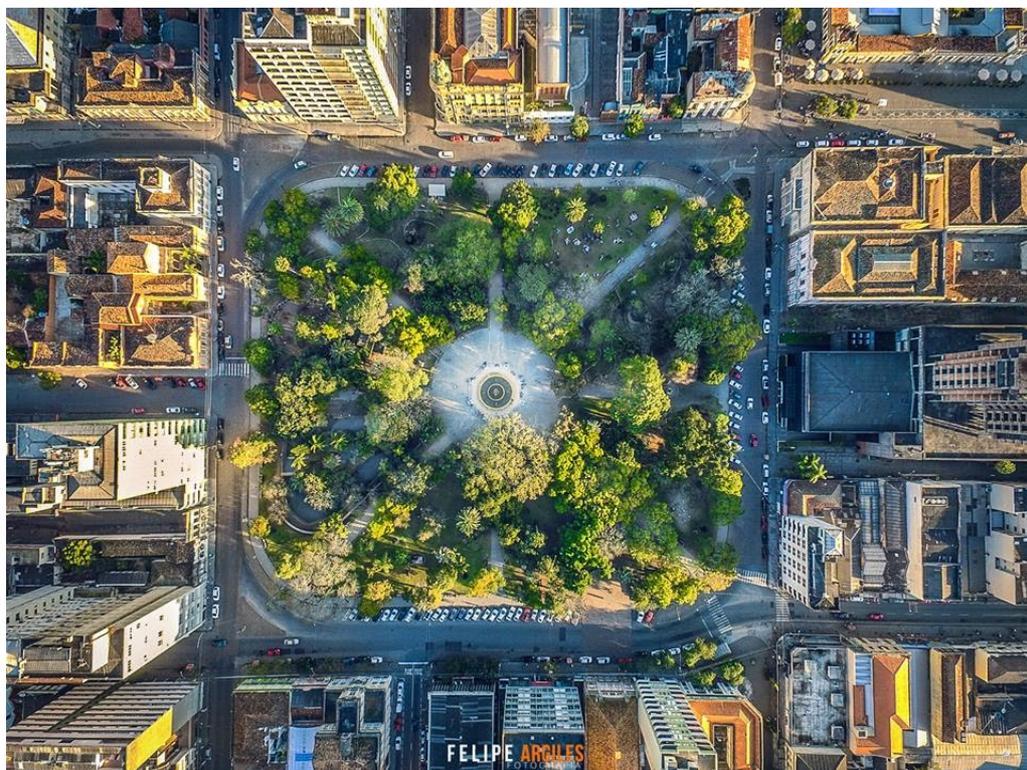


Figura 9 - Foto aérea da Praça Coronel Pedro Osório

Fonte: Pelotas Turismo

²⁶ Após a reforma, José Antônio Moreira presenteou seu filho Ângelo Gonçalves Moreira com o imóvel.

²⁷ Sua primeira atuação em Pelotas foi a residência do charqueador Felisberto Gonçalves Braga em meados de 1871. Este espaço viria a ser o Clube Comercial no ano de 1881 e no tempo presente é a sede do Clube Caixeiral. O italiano também foi responsável pela construção dos Casarões 6 e 8.



Figura 10 - Casarão 2

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O Casarão 6 (Figura 11) construído sob forte influência neo-renascentista na década de 1870 foi de propriedade do Barão de São Luís, na figura de Leopoldo Antunes Maciel²⁸, mais tarde passando para posse de sua filha Othília Maciel. Também por este período o Casarão 8 (Figura 12) foi construído para abrigar a família de Francisco Antunes Maciel²⁹ (irmão de Leopoldo e conhecido como segundo Barão de Cacequi). Por volta de 1875 a Bibliotheca Pública Pelotense (Figura 13), também com características ecléticas, começa a ser pensada. Três anos depois, João Simões Lopes (Visconde da Graça) inaugura o espaço.

²⁸ Político pelotense que em seu segundo mandato presidiu a Câmara Municipal de Vereadores (1879-1880). Foi casado com Cândida Gonçalves Moreira, filha de José Antônio Moreira (Barão de Butuí).

²⁹ Também foi um político pelotense. Em 1887, com suporte da elite local e com estímulos financeiros de sua família, criou o "Liceu Agronomia, Artes e Ofícios", sendo um dos seus primeiros diretores.



Figura 11 - Casa 6

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Figura 12 - Casa 8

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Figura 13 - Bibliotheca Pública Pelotense

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Pelotas tornou-se um dos principais centros urbanos do Rio Grande do Sul, configurando um pólo econômico, cultural e político que mantinha forte relação com as demais capitanias do Brasil Império. Com esse intercâmbio, o açúcar (à época conhecido como especiaria nacional) foi moeda de troca entre senhores de engenhos do Nordeste brasileiro e charqueadores. Os navios que iam com charque para alimentação das pessoas escravizadas, retornavam cheios de açúcar. A abundância da especiaria resultou na produção dos doces finos, cujas referências multiculturais são de origem africana e portuguesa. Estes doces produziram uma *tradição inventada* cultuada no interior dos casarios e eventos sociais da elite local, produzida majoritariamente por mulheres escravas.

Em meados do século XX, os doces, até então restritos à sociabilidade da elite local, passaram a ser divulgados no restante do país, assim como expandiram-se dos limites urbanos. Nesse processo, os imigrantes alemães, pomeranos e franceses que ocuparam a zona rural de Pelotas começaram a cultivar as frutas de clima temperado, em particular o pêssego. Os frutos eram comercializados tanto natural quanto na forma de doces, geleias, conservas e

questões, em particular
sobre o alto imposto de importação sobre o charque, principal produto da Província.

Lafuente Monteiro (1998) os traços de pomposidade, luxo e riqueza distinguiram Pelotas das demais cidades sul-riograndenses, mas

Por outro lado, esta marca distintiva vincula-se a um conceito de masculinidade um tanto quanto restrito e que operou de modo a segregar o diferente; em outras palavras, os considerados “requintados” valores aqui cultivados, foram interpretados como demonstrações de “frescura” (MONTEIRO, 1998, p. 4)

Este exemplo serve para atentarmos a um ponto recorrente nas narrativas históricas sobre a cidade, a saber o papel masculino na invenção desta cidade. O discurso oficial sobre a cidade ressalta a narrativa dos “barões do charque”. Esse período e gênero age de maneira tão forte no cotidiano da cidade que no discurso público construiu-se uma “devoção” aos modos de vida desse período, convencionalizando no imaginário popular a narrativa destes homens. Alfonso e Rieth (2016) pontuam que

Trata-se de uma história marcada pela presença de grandes homens e a riqueza do Charque, que valoriza como temporalidades a época das charqueadas que se atualiza no presente, por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, que privilegia uma determinada história, classe social, gênero e etnia (ALFONSO; RIETH, 2016, p. 134)

Desse modo, sal, açúcar e “grandes homens” com seus feitos em prol do “progresso” e “civildade” são os elementos convencionalizados na produção simbólica da cidade, inserindo Pelotas no mapa cultural brasileiro a partir destes referenciais. É o que hoje permeia o imaginário nacional quando evocamos “Cidade de Pelotas”. Embora nos debates contemporâneos uma revisão histórico-cultural esteja em curso, restabelecendo os itinerários representativos, os efeitos da temporalidade charqueadora para Pelotas configuram os monumentos públicos, referências culturais coletivas e patrimônios oficiais. São *objetificados* no presente produzindo as *convenções culturais*. Foram tão bem articulados na literatura, história oficial e introjetados no imaginário popular através do sistema de ensino que *relativizá-los* é uma tarefa que cabe também a nós antropólogos (as) se apropriar, afinal essa matriz é o que define oficialmente a *ideia de cultura* de Pelotas. Mas quando esta *cidade-temporalidade* passa a ser legitimada? É o que descobriremos a seguir.

2.2 Pelotas em construção: algumas ações em prol da cultura

Desenhar ações políticas brasileiras envolvendo a cultura é um desafio. Em um quadro geral, as políticas culturais são marcadas por rupturas e repleta de interesses. Em 1936 começaram os primeiros movimentos articulando questões envolvendo a cultura no âmbito nacional com a solicitação, apresentada a Gustavo Capanema (à época Ministro da Educação e Saúde) da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Contudo, o órgão só foi oficializado em janeiro de 1937 sendo incorporado ao Ministério da Educação e Saúde. Conforme o art. 46 da Lei nº 378/37: “fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (REZENDE et al., 2010 *apud* BRASIL, 1937).

Neste contexto do Estado Novo, o Decreto-lei 526/1938 cria o Conselho Nacional de Cultura cuja função se orientou ao “desenvolvimento cultural” sob forte controle do governo militar. O mesmo só foi regulamentado em 1961. No auge da ditadura militar brasileira, na segunda metade da década de 1960, as ações em prol da cultura estavam sendo negociadas. Em 1967 a Federação se isenta da gestão cultural, passando aos estados essa responsabilidade.

Já em 1975 retoma a cultura como ações de governo, inculcando valores como “desenvolvimento” e “segurança” tentando “humanizar” o Regime Militar (AZEVEDO, 2016). É neste contexto que a Política Nacional de Cultura (PNC) orienta as ações do governo federal. Como aponta Azevedo, este período pode ser conhecido como momento de projeção do discurso moderno desenvolvimentista atrelado à tradição e identidade nacional, sempre conectado à principal vertente das políticas culturais: a preservação dos patrimônios selecionados como oficiais, definidores da coesão social brasileira (AZEVEDO, 2016, p. 330-336). Além desta formatação dos elementos culturais coletivos, houve a criação de diversas instituições culturais, como Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) de 1975 e Fundação Pró-Memória do SPHAN em 1979 (AZEVEDO, 2016, p. 330). Os anos que se seguiram à ditadura foram marcados por violência e repressão contra a classe cultural com poucas ações envolvendo o segmento.

Trago estes pontos a nível nacional para traçarmos um paralelo com algumas ações desenvolvidas em Pelotas. Almeida e Bastos (2006) apontam que Pelotas construiu suas políticas preservacionistas conectadas aos conceitos adotados no país. Desde a década de 1950, bens culturais em Pelotas são alvos de proteção, construindo um acervo com mais de mil imóveis inventariados. A articulação entre poder público municipal e instituições federais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na proteção desses patrimônios envolve os interesses estratégicos do governo federal, das agências de financiamento e também da política local (ALMEIDA; BASTOS, 2006). A cidade também possui, desde 1980, legislações específicas de proteção ao patrimônio no âmbito municipal (NETO; RIETH; ALFONSO, 2019).

Nos anos 2000, Pelotas participou das ações do *Programa Monumenta* do extinto Ministério da Cultura (MinC)³². As cidades que fizeram parte do *Monumenta* foram escolhidas conforme a representatividade histórica e artística, visando auxiliar o desenvolvimento econômico e social a partir da manutenção dos bens culturais³³. Além da preservação das edificações, o programa desenvolveu atividades de capacitação especializada em restauro, formação de agentes culturais, guias de turismo e educação patrimonial.

Torna-se importante frisar que todos estes processos dialogam com noções históricas e arquitetônicas do patrimônio, ligada às belas artes, sem levar em consideração as diversas temporalidades circunscritas aos bens culturais. Isso resulta, por exemplo, em uma certa homogeneização da memória urbana, impossibilitando outras temporalidades que *são* a cidade de existir. Com isso, somente uma parcela da sociedade pode narrar a cidade.

As materialidades alvo em Pelotas reconhecidas tanto a nível municipal, estadual e federal atendem às referências do passado charqueador, como as edificações do Centro Histórico da cidade (Figura 14), construídas sob trabalho

³² Para saber quais bens culturais são alvo do *Monumenta* em Pelotas, verificar o livro "Patrimônio Vivo" da "Série Preservação e Desenvolvimento" (2007) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Ministério da Cultura. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Pratrimonio_Vivo_Pelotas.pdf.

³³ Além de Pelotas, os municípios participantes foram: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).

escravo durante o período charqueador. As ações repercutiram, por sua vez, na requalificação da Praça Coronel Pedro Osório, Fonte das Nereidas (chafariz da Praça Coronel Pedro Osório) e edificações do seu entorno, como Prefeitura Municipal, Grande Hotel, Mercado Público Central, Bibliotheca Pública Pelotense, Theatro Sete de Abril, Theatro Guarany e Casarões de nº 2, 6 e 8. Distante do Centro Histórico, outros espaços da temporalidade charqueadora foram reconhecidos como oficiais, a exemplo da Charqueada São João, Catedral São Francisco de Paula e Chácara da Baronesa (atual Museu Parque da Baronesa).



Figura 14 - Mapa Turístico Centro Histórico de Pelotas

Fonte: Pelotas Turismo

Assim, percebemos como as políticas de reconhecimento dos patrimônios oficiais escolhem as narrativas “vencedoras” (BENJAMIN, 1987) como objetivação de um passado, inscrevendo a qual classe, raça e gênero estas construções importam, narrando histórias singulares. Os grupos e suas relações com esses patrimônios são anulados no processo. O reconhecimento está atrelado à evocação

de uma “narrativa heróica” moldando o imaginário social sobre seus “embriões” de sociedade burguesa, mas também para atender interesses econômicos, como é o caso do turismo.

O reconhecimento branco, heteronormativo e católico como foco dos processos de patrimonialização é percebido nos patrimônios oficiais. As referências negras, como veremos nos próximos capítulos, são entendidas como “contribuições”, embora tenham sido elementos cruciais na construção cultural da cidade, assim como os grupos indígenas, silenciados em diversos momentos da “invenção pelotense”. Isso é curioso, uma vez que debater a “história das cidades” nos deparamos com uma ruptura dos processos de objetivação dos grupos indígenas nas narrativas urbanas. Cabe também apontar as construções culturais dos/as operários/as, comunidade LGBTQIA+ e imigrantes não-europeus, os quais não são projetados no patrimônio oficial.

Esta questão fica visível quando percebemos quais bens foram alvo dos processos de patrimonialização na cidade. A nível federal, por exemplo, contando com o reconhecimento do Conjunto Histórico Arquitetônico como Patrimônio Cultural Brasileiro em 2018, dos 21 itens patrimonializados até 2020 pelo IPHAN³⁴, nenhum faz referência à comunidade negra. Já no âmbito estadual, dos 9 bens patrimonializados, somente o Clube Cultural Fica Ahí, espaço de sociabilidade da comunidade negra local, foi reconhecido como patrimônio oficial coletivo, inscrito no Livro do Tombo em dezembro de 2013³⁵.

Hoje, reconhecidos como patrimônios oficiais a nível municipal, estadual ou federal, essas materialidades são passíveis de reflexões sobre os “verdadeiros” grupos que participaram dessa construção. Ou ainda, sobre interpretações diversas tecidas pelas pessoas conforme as referências de quem observa e se relaciona com esses patrimônios, ressignificando as pertencas e entendimentos sociais do patrimônio cultural.

(...) o viver na/da cidade abarca diferentes historicidades, o que nos permite pensá-la em transformação. A paisagem urbana é heterogênea porque nela coexistem diversas temporalidades inscritas na sua materialidade, bem

³⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1766/>. Acesso em 08 mar 2021.

³⁵ Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=45400>. Acesso em 08 mar 2021.

como por abarcar diferentes visões de mundo e de valores das pessoas que a habitam (NETO; RIETH; ALFONSO, 2019, p. 66)

Patrimônio, cidade e cultura são universos conflitantes. As abordagens nos processos de patrimonialização acabam por apontar uma dentre as tantas disputas. Como exemplo trago o Passo dos Negros³⁶, território esquecido dos Planos Diretores da cidade e por consequência do reconhecimento cultural. É curioso quando uma cidade com legislações patrimoniais vigentes há mais de 70 anos, normatizando o que deva ser preservado no espaço urbano, resiste em reconhecer as referências que fogem das “heranças” eurocêntricas. Mesmo com os registros históricos de viajantes sobre essa região, materializados, por exemplo, nos quadros de Jean-Baptiste Debret no relato “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, a comunidade do Passo dos Negros ainda luta pelo reconhecimento dos seus patrimônios como parte da narrativa cultural urbana e serem reconhecidos como habitantes da cidade, uma vez que a ausência de serviços essenciais na região, como saneamento básico, os deixa à margem das qualificações urbanas. E ainda, estão beirando o desaparecimento devido aos empreendimentos imobiliários que estão sendo construídos na região, acarretando na remoção de moradores e moradoras que ali habitam. Por muito tempo a comunidade Passo dos Negros foi considerada uma região de vazio populacional, nos mapas de ocupações irregulares, por exemplo, da prefeitura. Porém, nos planos diretores sempre apareceu como área de interesse histórico, de proteção ambiental, etc. É como se esta região fosse um vazio simbólico.

No Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), projetos de pesquisa, ensino e extensão, além de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses estão sendo produzidos tensionando a normatividade da cidade através do patrimônio cultural. No âmbito do projeto de pesquisa “Margens: Grupos em Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas”³⁷ a comunidade do Passo dos Negros solicitou à equipe auxílio na construção do Dossiê de Patrimonialização, com vistas a proteger o espaço frente a especulação imobiliária na região. Neste sentido, o patrimônio surge como

³⁶ Na temporalidade charqueadora, a região do Passo dos Negros foi um importante porto, travessia de gado, de fiscalização, de cobrança de impostos e comercialização de pessoas escravizadas (GUTIERREZ, 2001).

³⁷ Coordenado pela professora Dr^a Louise Prado Alfonso.

possibilidade de salvaguarda dos modos de ser e habitar a cidade. Melina Monks (2020) aponta que:

A comunidade residente no local reivindica a patrimonialização daquele espaço, que consiste na institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural, seja material e imaterial, através do estudo, salvaguarda preservação, conservação e divulgação, antes que a densa ocupação por grandes empreendimentos imobiliários apague os remanescentes desses processos históricos. A patrimonialização parte da própria comunidade enquanto uma ferramenta de luta, para poder ter o direito de permanecerem no lugar onde habitam há anos, contra o avanço dos grandes empreendimentos imobiliários (MONKS, 2020, p. 23)

Propus com este exemplo do Passo dos Negros, comunidade à margem do reconhecimento oficial por parte dos Planos Diretores e narrativas culturais, apontar como a ideia de patrimônio, em Pelotas, ganha contornos políticos para grupos em processo de exclusão. Torna-se um mecanismo de reivindicação do seu direito de existir, frente aos tensionamentos ocasionados pela segregação social, especulação imobiliária e racismo estrutural da sociedade brasileira.

Embora a temporalidade charqueadora ecoe no cotidiano da cidade, orientando subjetivamente as convenções culturais, no presente este mesmo período passa por processos de revisão inserindo novos referenciais sobre o passado de Pelotas. Dentro dessas disputas acirradas sobre quais narrativas orientam os patrimônios oficiais e, por extensão, a cultura da cidade, o evento *Dia do Patrimônio - Pelotas* tensiona estes discursos em negociação auxiliando na compreensão, sempre que possível, plural das referências culturais e narrativas urbanas.

A antropologia é uma ciência que prega peças ao aprendiz, principalmente quando está em processo de formação. Mariza Peirano nunca fez tanto sentido com a fantástica afirmativa de que antropologia é teoria vivida, tecida a partir das nossas relações com o cotidiano, tendo como resultado um texto intermediado pelo fazer etnográfico: “a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados” (PEIRANO, 2008, p. 3). A antropologia está numa conversa despretensiosa, em atenção contínua após nosso “treinamento teórico” de campo. Em outras palavras, por mais que façamos a tentativa de nos desvencilharmos das amarras teóricas da disciplina antropológica, ela estará agindo nos/as antropólogos/as como se agora fizéssemos parte de uma seita da “inquietação”.

Retomo Peirano para relatar uma cena que acabou se tornando um ponto de reflexão deste estudo: Em março de 2020, um dia antes de entrar em isolamento, fui à uma barbearia no Shopping Mar de Dentro, na praia do Laranjal³⁸. Entre conversas aleatórias enquanto cortava o cabelo, descobri que seu Ademar, o barbeiro, tinha dois filhos, cursava terceiro ano de psicologia e fazia parte de uma banda de rock. Não perguntei sua idade, mas arrisco que seu Ademar está na casa dos 50 e poucos anos. Descubro também que ele já residiu em outros lugares, mas conforme seu relato, Pelotas é o *seu* lugar. Despretensiosamente, seu Ademar perguntou qual era minha ocupação, pois ele estava falando “demais” e ainda nem sabia meu nome. Respondo que faço mestrado em antropologia pesquisando patrimônio cultural de Pelotas. Com um sorriso no rosto, o senhor faz uma pausa no seu trabalho, olha para o espelho e relata como achava lindo os casarões no entorno da praça, mas que sentia tristeza pelo descaso com esses bens. Ele me perguntou o que eu pensava sobre isso, pois ele tinha dúvidas se era correto afirmar que os casarões eram patrimônio. Seu Ademar falava pelos cotovelos, com muita curiosidade e atenção ao nosso diálogo. Fico inquieto com a visão compartilhada por ele, pois podemos entender que sua compreensão sobre patrimônio está enraizada numa percepção histórica e material de patrimônio.

Seu Ademar, certamente, não tem culpa por acreditar que somente os casarões *sejam* patrimônio. Historicamente, construiu-se no âmbito público o entendimento sobre patrimônio atrelado ao passado, ao bem edificado como uma história que *precisa* ser preservada. Respondo a ele que achava legítima sua frustração pelo descaso com a preservação dos casarões, que os mesmos eram patrimônio mas não somente eles podem ser considerados como tal. O nervosismo bateu à minha porta quando precisei explicar, longe da linguagem acadêmica, o que seria um patrimônio imaterial. Gostaria de ensinar ao seu Ademar alguma coisa, até de forma pretensiosa. Fui tolo. Quem estava na situação de aprendiz, na verdade, era eu.

De forma sucinta digo que patrimônio, além dos casarões, são também as coisas não-materiais do cotidiano que passam despercebidas, como por exemplo, a feitura dos doces de Pelotas, o trabalho das redeiras da Colônia Z3, a festa de

³⁸ A Praia do Laranjal é um bairro de Pelotas banhado pela Laguna dos Patos. Distante em torno de 11km do centro da cidade, é composto pelos balneários Santo Antônio, Valverde e Novo Valverde. Este espaço lacustre abriga, também, a comunidade pesqueira Colônia Z3.

lemanjá, entre tantos outros saberes e fazeres; Digo também que as religiões de matriz africana tinham seus patrimônios, inclusive nos doces de Pelotas. Seu Ademar ficou surpreso com essa afirmação. Finalizo dizendo que não existe certo ou errado para definir o que seria patrimônio, os casarões do Centro Histórico possuem sua relevância, mas que não somente eles, poderíamos chamar de patrimônio de Pelotas. O importante, para mim, era que seu Ademar compreendesse que patrimônio são “coisas” consideradas importantes por/para nós. Seu Ademar acena com a cabeça em sentido de aprovação seguindo seu trabalho.

Corte finalizado, pago seu Ademar agradecendo pelo serviço, nos despedimos e sorrindo me diz: “então quer dizer que patrimônio não são só os casarões?”. Saio do barbeiro confuso, pensando se não fui arrogante. Foi a primeira vez que coloquei em prática as reflexões antropológicas distantes do âmbito acadêmico. Chego em casa incomodado com a situação. Decidi compartilhar com minha orientadora a situação, explicando como meu sentimento de felicidade em abordar conceitos que fazem parte da minha pesquisa, mas que estava inquieto. Como resposta, minha orientadora aconselha que descreva o momento imprimindo meus sentimentos frente ao ocorrido. Foi no momento da descrição que percebi como a antropologia estava *agindo* em mim. Dia 13 de março de 2020, uma sexta-feira, o dia que a antropologia me pregou uma peça, me mostrando que eu estava me tornando antropólogo. Com certeza esse dia ocupará um espaço especial em minha trajetória, como pesquisador e sujeito responsável com seu lugar na universidade pública e gratuita. Interessante com essa situação, foi perceber como algo estava mudando em mim, partindo do aprendizado que tive com seu Ademar.

O relato dialoga com os rumos desta pesquisa, agora refletirei sobre ele. Como dito, seu Ademar não está errado ao apontar que os casarões do Centro Histórico de Pelotas são patrimônios, mas podemos questionar: onde estão as discussões do *Dia do Patrimônio* agindo na comunidade local? Quem está acessando essa política pública? Qual o sentido do *Dia do Patrimônio* para cidade de Pelotas? Tantas perguntas que ainda não sabemos as respostas, mas que servirão para entendermos como cidade, cultura e patrimônio é disputa, assim como as políticas públicas, responsáveis por gerar mudanças na sociedade. Os jogos de poder são constituintes das políticas públicas no campo da cultura, principalmente quando visualizamos quebras na continuidade de efetivação, como também a

ausência de avaliação sobre seus impactos. Com esse relato fora do contexto de observação, entendo que as convenções culturais fixadas, legitimadas e compartilhadas, ao longo das décadas, age na consciência coletiva afirmando que cultura e patrimônio são os bens materiais.

Além dos questionamentos que esse relato desencadeou e que de alguma forma se cruzam com os objetivos deste estudo, o sentimento de liminaridade que passei durante a situação demonstrou como a antropologia, ou melhor, como uma situação etnográfica só se dá a partir desse sentimento. Foi nesse dia que visualizei o que, de fato, seria uma etnografia: entender as construções do outro, ouvindo-o, entendendo as particularidades mas ao mesmo tempo situando-as no contexto coletivo. Em linhas gerais, aprendi o que seria *relativização*. Queria explicar, delinear um caminho plural para explicar o que era patrimônio. Na verdade, era seu Ademar que estava me ensinando. Ele mostrou as convenções culturais no cotidiano dos/as pelotenses, legitimados pelas políticas públicas. O que essa cena traduz é que as compreensões de seu Ademar acompanham construções culturais pautadas numa linearidade histórica, oficial e centralizada, onde os fragmentos silenciados pelo autoritarismo dos “vencedores”, como Walter Benjamin, não permite abarcar as tantas outras narrativas que também são Pelotas. Esse conflito ecoa até os dias de hoje, sendo o *Dia do Patrimônio* uma política pública importante capaz de gerar mudanças. Mas quando as políticas culturais começam a fazer parte do município?

As políticas patrimoniais/culturais no Brasil e Pelotas privilegiaram, por décadas, as referências europeias de mundo. Com os esforços da historiografia em desconstruir discursos e práticas discriminatórias como machismo, LGBTQIA+fobia, racismo, entre outras opressões, começa-se um movimento de revisão sobre os marcos selecionados como oficiais: de quem são as histórias que entendemos como coletivas? quais grupos participaram de sua construção?, são alguns questionamentos base neste processo. Desse modo as reflexões passam a abarcar “novas” temporalidades, visões de mundo e narrativas com atenção ao cotidiano de sujeitos comuns. Isso impacta, de alguma maneira, a dinâmica do conceito de patrimônio (e suas políticas).

3. Entre online e offline: o percurso etnográfico

Neste capítulo apresento a perspectiva etnográfica, entendida como o meio para sistematizar o conhecimento antropológico, através do trabalho de campo. O trabalho de campo é a principal característica de uma etnografia. Nele se visualiza a empiricidade dos fenômenos sociais e/ou culturais materializados em interlocuções e observação direta. Este momento definimos como observação participante: o “estar lá” vivendo com o grupo que se estuda. Nos trilhos da antropologia urbana, o “estar lá” tornou-se relativo, pois estudar as diferenças da sociedade a qual compartilhamos os mesmos códigos culturais necessita de constante relativização e alteridade. Como elucida Gilberto Velho: “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (VELHO, 2013, p. 78). Este processo de estranhamento sobre o *Dia do Patrimônio* e a própria noção do que seja culturalmente a cidade de Pelotas foram movimentos importantes para que pudesse interpretar “de perto e de dentro” as cidades do ritual.

Etnografia não é somente método, também pode ser considerada como teoria frente aos contextos de observação, isto é, as relações sociais, interações culturais, entre outros fenômenos em relevo. Nem sempre as observações serão lineares, quer dizer, não acontecerão naquele período de tempo selecionado como “momento de campo”. A antropologia está imersa na vida e em produção contínua por nós antropólogos (as) e grupos pesquisados. Como pontua Peirano: “Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e imediatamente a nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria” (PEIRANO, 2014, p. 378).

Em contraposição ao contato físico, no trabalho de campo virtual experienciamos a desterritorialização “estando lá” separados (as) por uma tela. Émile Durkheim certamente entenderia as relações digitais como *fato social* dos nossos tempos: nossa sociabilidade está acontecendo por estes ambientes. São características “contemporâneas” da cultura e sociedade:

(...) desprezar a condição digital da cultura contemporânea, a qual se alastra em todas as esferas das relações sociais (se apresentando também como campo e/ou objeto de pesquisa) é ignorar as recentes mídias no cotidiano da relações sociais como o fato social da nossa era (FERRAZ; ALVES, 2017, p. 5)

O contexto de observação deste estudo em função da pandemia COVID-19 se dividiu em dois momentos: offline (2019) e online (2020 e 2021). Em 2019 foi uma experiência desafiadora. Foi o ano em que mergulhei na antropologia deixando-a “agir” mostrando os rumos da pesquisa, com incursões a campo através da observação participante. Compõem o universo de observações em 2019 as *Conversas do Dia do Patrimônio*, reuniões sobre a seleção de imagens dos cartões-postais e o final de semana prolongado do evento. Já em 2020 e 2021 o “mundo online” mediou o trabalho de campo, solidificando minhas percepções do ano anterior. Comecei a perceber o ritual a partir da relação com as pessoas, entendendo a responsabilidade política dos processos de *objetificação cultural*. Percorri a programação digital, apliquei questionários online e realizei observações em grupos e perfis da rede social Facebook cujo tema fosse a *história, memória* ou *cultura* de Pelotas. Minha intenção era observar se os temas do ritual estavam agindo no cotidiano da cidade, em particular sobre o que se compartilha no ambiente digital como “cidade de Pelotas”. A produção da exposição digital “Lembranças do Dia do Patrimônio” (parte da programação em 2021) que, frente aos relatos obtidos, também foi incorporada ao percurso etnográfico do estudo. Os mesmos serão abordados no decorrer do estudo.

As *Revistas do Dia do Patrimônio* e cartões-postais também são fontes etnográficas da pesquisa, principalmente se queremos entender as *permanências* e *mudanças* da narrativa do ritual, em contraste com discursos oficiais e ações políticas mais amplas na dinâmica da cidade. As *Revistas* e cartões-postais são produzidos e distribuídos gratuitamente pela SECULT. Os (as) participantes do *Conversas do Dia do Patrimônio* produzem o conteúdo das revistas. Nas primeiras páginas, Prefeitura Municipal e Secretaria de Cultura tecem considerações sobre a edição, justificando a importância dos temas sobre sua relação com a cidade. Já os cartões-postais são definidos pela equipe organizadora composta pelos funcionários (as) da SECULT. Esses materiais apresentam uma Pelotas *dinâmica, múltipla e cultural*, que não aparece nas imaginações oficializadas nos discursos públicos, turísticos e ambiente digital. Ao final deste capítulo faço uma reflexão sobre o papel

da extensão universitária como campo antropológico a partir de um relato-experiência envolvendo o estudo e atuação extensionista.

3.1 Offline: Etno Cidade Pelotas (2019)

Em abril de 2019 foi meu primeiro contato com a equipe organizadora do *Dia do Patrimônio*. Com esta aproximação deixei claro que neste ano estaria participando como pesquisador. Porém, foi somente em junho onde conheci boa parte da equipe SECULT envolvida na organização do ritual, na plataforma de debates *Conversas do Dia do Patrimônio*. Estes encontros em 2019 se realizaram às quartas-feiras, das 17h às 18h nas mediações do Centro Histórico. Alguns encontros ocorreram na popular “casa-geminada”³⁹ nº 3 (Figura 15) e Casarão 2 (sede da SECULT), ambos localizados na região central da cidade. Antes do início informei aos (às) colaboradores (as) da SECULT que os encontros compunham o rol das observações de campo do estudo, trazendo mais uma vez ciência da minha participação como pesquisador.

Os debates levantados em 2019 foram: *Imigração judaica em Pelotas; A maçonaria em Pelotas; Cozinha e seus sujeitos: mais do que pitadas; A cidade e seus graffiti: arte urbana em Pelotas; Os imigrantes alemães e a cidade; O protagonismo do radialista como sobrevivente das mídias; Imigração e identidade palestina na cidade de Pelotas; Etno Cidade: o imigrante português na construção social pelotense; e Kanimambo e outras resistências senegalesas em Pelotas*. Observar as *Conversas* possibilitou entender os caminhos da *objetificação cultural* em 2019, em particular como esse momento de atenção democrática sobre a narrativa cultural se articula posteriormente nas Revistas, cartões-postais e visitas (programação).

³⁹ As Casas de nº 1 e 3 são popularmente conhecidas como “casas-geminadas”, pois foram construídas de forma espelhada a mando do Comendador Joaquim Assumpção para suas filhas, Judith e Francisca Augusta, na primeira década do século XX.



Figura 15 - “Casas-geminadas” nº 1 e 3

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Neste momento de contato inicial, também solicitei minha participação nas reuniões referente a seleção dos cartões-postais, afinal os mesmos eram o ponto de partida da pesquisa. Gostaria de acompanhar o processo de escolha dos cartões-postais. Foi permitida minha participação em duas reuniões, realizadas nos dias 2 e 16 de julho de 2019 nas mediações da SECULT. O processo é feito por colaboradores (as) de diversos setores do corpo técnico da secretaria. As pessoas que fazem parte deste corpo técnico têm formações diversas, como arqueologia, arquitetura e urbanismo, história, pedagogia, turismo, entre outras. Pude entender o caráter conflituoso para definir o que é Pelotas e sua cultura, pois os entendimentos destas categorias divergem conforme a linha de formação, trajetórias particulares e leituras sobre patrimônio cultural.

O *Dia do Patrimônio - Etno Cidade* ocorreu no final de semana dos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2019 das 9h às 18h. Partindo da questão do *Circuito Patrimonial* realizado na sexta-feira com as escolas municipais, fez-se necessário uma organização prévia para o trabalho de campo. Neste sentido, estruturei, a partir da programação divulgada, um roteiro dos espaços que estariam recebendo as

atividades. Durante o trajeto até o Centro Histórico (local onde se concentram grande parte das atividades) repasso a ordem estabelecida previamente sobre os espaços que estariam recebendo as atividades, a fim de lembrar o roteiro a ser percorrido: SECULT (Casarão nº 2), Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (Casa nº 1 - “casas-geminadas”), Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), Mercado Central de Pelotas (MCP), Prefeitura Municipal, Bibliotheca Pública Pelotense (BPP), Largo do Theatro Sete de Abril, Theatro Guarany, Fonte das Nereidas (Praça Coronel Pedro Osório), Clube Caixeiral, Quartel Legalista/Casa da Banha (atual Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação), Ânima Cultural e Museu do Doce (Casarão nº 8).

No ritual *Dia do Patrimônio* a cidade torna-se um palco desafiando a sistematização das observações. Seria impossível, por exemplo, acompanhar as atividades no Instituto João Simões Lopes Neto, Estação Férrea, Clube Cultural Fica Ahí, Catedral Metropolitana São Francisco de Paula, Museu Municipal Parque da Baronesa e Seminário Diocesano São Francisco de Paula, espaços inscritos como anfitriões nas atividades de 2019 e dar conta da ação de educação patrimonial na sexta-feira. Assim, estabeleci circular durante o primeiro dia do evento (16 de agosto, sexta-feira) nos limites do Centro Histórico observando as narrativas compartilhadas durante as visitas. Confesso que não foi possível seguir “à risca” meu presunçoso roteiro, afinal um contato etnográfico acarreta em um “deixar levar-se” conforme o fluxo das pessoas. E foi o que fiz: me deixei levar pelos itinerários das escolas através dos lugares que julgavam interessantes visitar. As escolas me deixaram curioso sobre o que haviam aprendido, ou melhor, se tudo aquilo compartilhado fazia sentido. Quem está educando quem nesse processo? Talvez esta seja uma pergunta interessante a ser feita. Nesse dia, foi possível conversar com algumas professoras e observar como a própria ação educativa está em negociação: quem é a Pelotas do *Circuito Patrimonial*? Com as escolas, questiono os motivos por trás da circulação nas mediações centrais, afinal demais espaços também estariam recebendo atividades: onde está a diversidade cultural da plataforma *Conversas do Dia do Patrimônio*?

O segundo dia de observações (17 de agosto, sábado) continuaram nos limites do Centro Histórico a fim de acompanhar as atividades, atento às narrativas compartilhadas. Percorri os mesmos espaços da sexta-feira, acrescidos de

observações no Tablado Rua Lobo da Costa (organizado pela SECULT para intervenções artísticas, localizado em frente ao Theatro Guarany), Slam Poesia na Fonte das Nereidas e uma caminhada até o Instituto João Simões Lopes Neto (relativamente distante do perímetro central das atividades). Nessa caminhada foi possível produzir outros sentidos para o *Dia do Patrimônio*, os quais colocaram em relevo: quem acessa o ritual?

No último dia de observações (18 de agosto, domingo) decidi expandir os limites centrais acompanhando as atrações no Museu Municipal Parque da Baronesa (Figura 16), localizado no bairro Areal. Esse espaço foi adquirido pelo poder público municipal em 1982. Desde então, abriga o museu com fragmentos da família Antunes Maciel, contando uma parcela da história da cidade. Desde 2003, com as novas políticas nacionais sobre museus, o espaço passou a abrigar outras narrativas que também formam a “vida” da Chácara da Baronesa. Além do museu, o local também é um amplo espaço de lazer durante o ano. No *Dia do Patrimônio*, o espaço recebe o Tablado Museu da Baronesa, com diversas apresentações artísticas. O museu, durante os dias do evento, esteve com entrada franca aos visitantes. As observações desse último dia foram interessantes para entender como se dão as atividades distantes do Centro Histórico, as quais, em contrapartida, anunciam os limites do próprio evento: quais locais podem ser entendidos como espaços culturais da cidade? Todos os contextos em 2019 foram importantes para conhecer o *Dia do Patrimônio* em sua ritualização na prática. As narrativas em negociação apontam o dilema sobre a representação coletiva, que entre contextos diferenciados e convencionais (operando na relação indivíduo-coletivo) vão reconstruindo a cidade como um bem cultural.



Figura 16 - Museu Municipal Parque da Baronesa

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

3.2 Online: Dia do Patrimônio Virtual (2020 - 2021)

Em fevereiro de 2020 começamos a sentir os impactos da pandemia COVID-19 no Brasil, sendo na América Latina o primeiro país a registrar casos de infecção. Para nós, brasileiros (as), a pandemia teve contornos intensos, pois além de ensinar a lidarmos com o “não contato” — algo caro para as relações humanas, e por consequência ao trabalho de campo —, evidenciou a instabilidade social do país. No “Brasil pandêmico”, percebemos o discurso negacionista atrelado a descredibilização dos profissionais da saúde; vivenciamos o “desencantamento” com a ciência, tornando-a, conforme as narrativas federais, uma prática imperceptível; finalizando essa tragédia, acompanhamos, acima de tudo, a desvalorização da vida.

Na atual situação política do Brasil, os direitos básicos da dignidade humana estão sendo enfraquecidos. O segmento cultural foi um dos mais afetados pela política negacionista, o que resultou em 2019 na extinção do Ministério da Cultura. Hoje, o setor cultural é uma pasta do Ministério do Turismo (ou seja entendida como um produto). Com a pandemia isso só se agravou. Tudo “parou” e para a cultura não foi diferente. Percebemos com a crise sanitária a cultura enquanto um tema secundário, sem levar em conta sua transversalidade e estruturação nas dinâmicas urbanas. Em outras palavras, é preciso entender a cultura como estratégia nas

ações políticas, reconhecendo seu valor, assim como as políticas habitacionais, saúde, segurança, etc. Acesso a cultura e patrimônio são direitos, reconhecidos na Constituição Federal.

Em março de 2020 solicitei à comissão organizadora informações sobre o evento, deixando claro que gostaria de dar continuidade às minhas observações. Como retorno, tive a resposta que não havia precisão sobre como seria o *Dia do Patrimônio* 2020. Em abril faço novamente contato com a equipe. Sou informado que em função do agravamento da pandemia, a SECULT estava em recesso. Também fui informado de que possivelmente ao final de maio e início de junho já teria algum posicionamento, após a equipe pensar um plano de ação frente à pandemia. Diversas tentativas de inserção em campo ocorreram entre maio e junho, mas sem sucesso. Faltava um mês para o final de semana do *Dia do Patrimônio* e ainda não haviam informações. Com isso, meu contato com a equipe organizadora em 2020 foi nulo. Mas essa situação não impediu a continuação do estudo, pois em 2019 havia realizado trabalho de campo entendendo, em partes, quais os caminhos *dialéticos* postos sobre as disputas e (re)invenções do *Dia do Patrimônio*.

Neste meio tempo de incertezas, decido ir atrás do Plano Municipal de Cultura para compreender as intenções políticas do *Dia do Patrimônio*. Desejava entender os suportes e procedimentos técnicos da gestão cultural, assim como as narrativas e noções de cultura que a orientam. A jornada começa no site oficial do município, onde na aba “cultura” o Plano não estava disponível, acompanhando a seguinte mensagem: “A comissão técnica, instalada no âmbito da SECULT, com a atribuição de coordenar o processo de construção do Plano Municipal de Cultura, se mantém mobilizada, estudando, refletindo e auscultando segmentos da Comunidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2020).

Deste modo, busco acessar os antigos planos de cultura. Diversas versões foram apontadas sobre a ausência dos planos: colaboradores (as) da SECULT informaram não ter acesso, mas que um novo plano estava em processo de construção. Após este contato com a SECULT, a bola da vez foi jogada para o Conselho Municipal de Cultura (CONCULT). Ao contatar o ex-presidente do CONCULT fui informado que os antigos planos “não existiam”, mas certamente a atual gestão teria mais informações. Assim, faço contato com o atual presidente, que

afirmou não saber como encontrar os planos antigos, que o atual está em processo de construção, mas verificaria com os (as) colegas. Como resposta, tive a confirmação da efetiva não existência dos planos antigos.

Tentar acessar o plano e não encontrá-lo, nem que fosse suas versões passadas, me acendeu um alerta. Como disse desejava compreender como o *Dia do Patrimônio* se materializa no planejamento, pois é uma política pública cultural. Isso se tornou um dado importante, afinal demonstra como o ritual não é uma política avaliada, ou seja, não se sabe o que pretende nem o que atinge.

Frente a dificuldade em acessar as pessoas do ritual e pelo agravamento da pandemia algumas adequações se fizeram necessárias. Em março de 2020 lancei o questionário “Dia do Patrimônio - Pelotas/RS” indagando a comunidade sobre seus sentimentos com as atividades e sua pertença com os patrimônios compartilhados durante a celebração. O questionário foi compartilhado na rede social Facebook tanto em meu perfil pessoal quanto no grupo de alunos (as) da UFPel. Também foi compartilhado no perfil oficial do GEEUR na rede social Instagram e Facebook, a fim de que o alcance fosse maior. Obtive o retorno de 22 respostas que serão apresentadas no decorrer do estudo.

O *Dia do Patrimônio Virtual: Oralidade e Patrimônio Cultural* aconteceu nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2020 totalmente online. Em função da pandemia não ocorreram diversas etapas do ritual. Ficaram de fora desta edição as *Conversas do Dia do Patrimônio* e produção das *Revistas* e cartões-postais. Grande parte das atividades teve como locus o perfil do *Dia do Patrimônio* no Facebook⁴⁰. Percebe-se uma baixa proposição de atividades, assim como de interações com as publicações. Além dos conteúdos compartilhados no Facebook, ocorreram lives envolvendo lançamentos de livros, rodas de conversa, podcasts, exposições e *tours*, tudo de maneira virtual, em sites de parceiros e canais da plataforma de vídeos YouTube.

Neste ano o projeto de pesquisa “Margens: Grupos em Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas” sob coordenação da professora Louise Prado Alfonso construiu a exposição digital “Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas”⁴¹, atividade do *Dia do Patrimônio Virtual*. O

⁴⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/DiadoPatrimonioPelotas>.

⁴¹ Ação organizada pelo projeto de pesquisa “Margens: Grupos em Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas”, em diálogo com os projetos de extensão “Mapeando a Noite: O Universo

Margens participa do *Dia do Patrimônio* desde 2016, quando “apresentou debates sobre o então ativo projeto de extensão ‘O trabalho doméstico entre o passado e o presente’” (ALFONSO; FERREIRA, 2020, p. 540). Em 2018 a parceria com a Biblioteca Pública Pelotense é firmada e a exposição “Margens: Diferentes Formas de Habitar Pelotas” integrou as comemorações do festejo. Consolidando a parceria com a instituição, em 2019 a exposição “Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas” surge como complemento da exposição do ano anterior (ALFONSO; FERREIRA, 2020, p. 541).

O interesse na exposição como campo se justifica por fazer parte das atividades do evento em 2020, mas, excepcionalmente, pelas interlocuções obtidas sobre as impressões dos (as) visitantes ao navegarem pelos módulos “Além da Noite” (LGBTQIA+), “Além da Baronesa” (mulheres), “Além das Charqueadas” (periferia) e “Além da Materialidade” (religiões de matriz africana). Na exposição percorremos outras narrativas da cidade de Pelotas, onde as dicotomias sobre a ideia de patrimônio são rompidas. Representação coletiva é pura dialética. De um lado, as convenções culturais compartilhadas por décadas demonstrando como as narrativas da cidade levaram em consideração, por anos, uma parcela de sua história. De outro, a exposição pontuando outras interpretações sobre os patrimônios oficiais e aqueles produzidos no cotidiano da cidade. Percebemos, desse modo, como a escuta sobre o que as pessoas identificam como suas referências de mundo pontuam o dinamismo sobre a definição de cultura.

Em junho de 2021 busquei, através do ambiente online, compreender o ritual “agindo” na comunidade. Para isso, o projeto “Lembranças do Dia do Patrimônio” tomou forma nas redes sociais Facebook⁴² e Instagram⁴³. O objetivo geral do projeto foi construir, através dos relatos das pessoas, o que seria o *Dia do Patrimônio* e as relações que o mesmo desencadeia através de suas etapas. No formato de *cards* informativos (Figura 17) mesclando informações gerais sobre as etapas do ritual acompanhado de uma pergunta em destaque a ser respondida nos comentários,

Travesti”, “Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas” e “Narrativas do Passo dos Negros: exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação”. Ambos projetos são desenvolvidos pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) do Departamento de Antropologia e Arqueologia - UFPEL sob coordenação da professora Louise Prado Alfonso. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/margens/>.

⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/lembrancasdiadopatrimoniopel>.

⁴³ Disponível em: <https://www.instagram.com/lembrancasdiadopatrimoniopel/>.

conectada a alguma ação do evento, foi uma das formas para entender as concepções das pessoas sobre a celebração. No primeiro se questionava o que seria o *Dia do Patrimônio* para as pessoas, assim como se já havia participado de alguma edição. O segundo e terceiro se referem aos materiais *Revistas* e cartões-postais. O último faz menção ao *Circuito Patrimonial* realizado com as escolas.

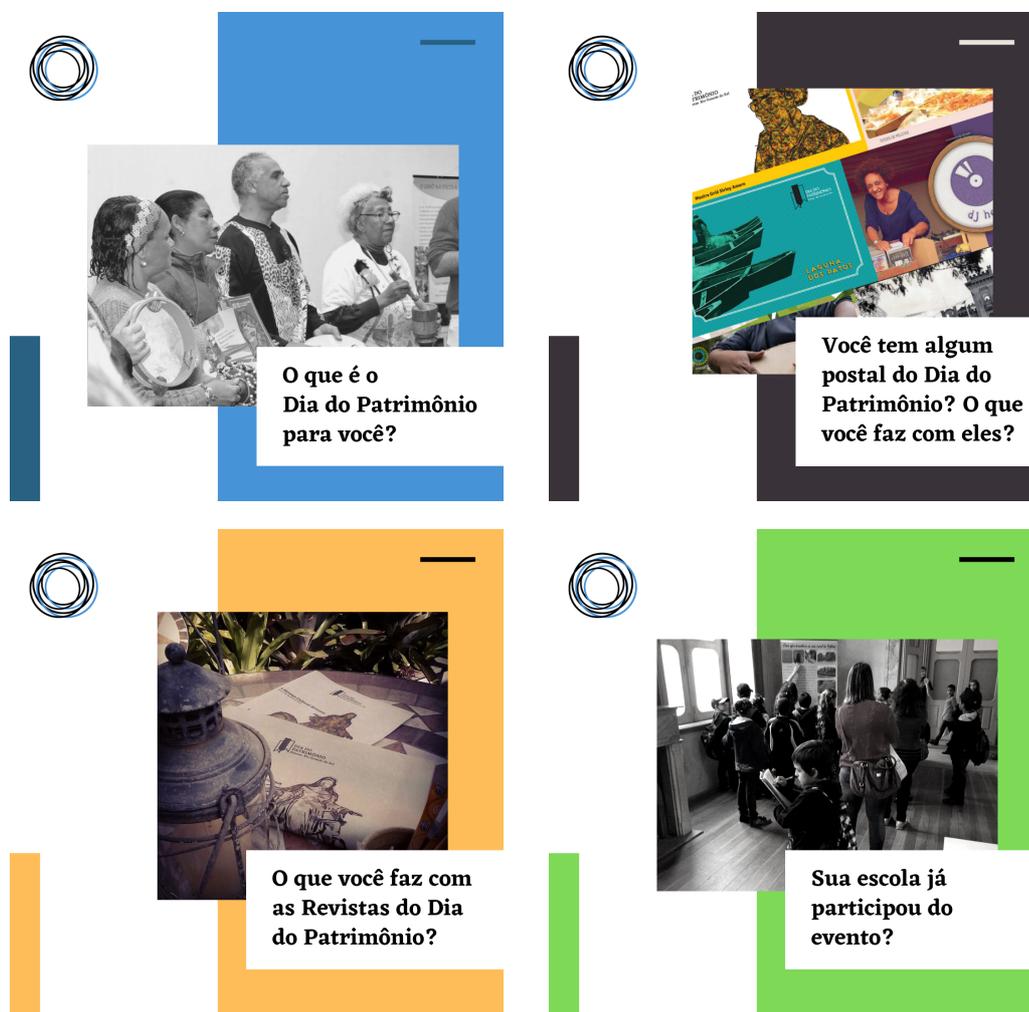


Figura 17 - Cards informativos - projeto Lembranças do Dia do Patrimônio

Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso, sequências de *stories*⁴⁴ tentaram promover os cards e aproximar as pessoas do perfil. Ocorreram poucas respostas nas publicações, porém através dos *stories* algumas pessoas se sentiram mais à vontade para compartilhar suas

⁴⁴ *Stories* (em livre tradução “histórias”) é um recurso presente em diversas redes sociais como Facebook e Instagram. Tem como característica o compartilhamento de momentos através de fotos, vídeos, GIFs e/ou enquetes. Sua função é “melhorar” a interação entre os (as) usuários (as) através de publicações que ficam disponíveis em um período de 24h.

impressões por mensagens privadas. Oportuno frisar que este perfil também teve a intenção de articular, através de questionário disponibilizado em diversos grupos/perfis como “Antiga Pelotas”⁴⁵, “Olhares sobre Pelotas”⁴⁶, “Pelotas P&B”⁴⁷ e “Preterita Urbe”⁴⁸ (todos conectados ao eixo história, memória, cidade e “cultura” de Pelotas) servir de base para construção da exposição digital “Lembranças do Dia do Patrimônio”⁴⁹ do projeto Margens⁵⁰. Neste questionário com espaço para fotografias, as perguntas tentaram incitar as lembranças das pessoas com o *Dia do Patrimônio* em quatro linhas: a representação dos temas, seu reflexo em como a cidade se entende culturalmente e as memórias com a celebração. Todas as interlocuções obtidas serão aprofundadas no decorrer do estudo.

Ainda compõem o percurso etnográfico virtual observações nos já citados grupos/perfis do Facebook e Instagram. Meu interesse foi investigar se as cidades compartilhadas pelo ritual *Dia do Patrimônio* ecoavam em como Pelotas é *imaginada* e *compartilhada* nos ambientes digitais. O motivo para esta aproximação se dá pela incessante busca em compreender os efeitos do ritual na dinâmica da cidade: há alguma transformação em como Pelotas se representa culturalmente após a inserção do ritual na dinâmica urbana? A resposta é negativa. Em todos perfis se comunica uma ressonância de cidade aristocrática, branca e histórica. É desta forma que a cidade se desenha no âmbito digital quando o assunto é cultura e patrimônio. Também faz parte das referências do estudo informações sobre o *Dia do Patrimônio* compartilhados pela mídia, como reportagens, vídeos oficiais, entre outros materiais relevantes para pesquisa.

3.3 Extensão Universitária como campo antropológico

No imaginário acadêmico brasileiro a extensão universitária é entendida como uma ação vertical, isto é, pautada na ideia da universidade como único agente de transformação na relação academia-comunidade. Extensão é muito mais do que “ensinar” comunidades. Na extensão se aprende (e entende), na prática, a função

⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/2733586010195934>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas>

⁴⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/pelotaspb>

⁴⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/preteritaurbe>

⁴⁹ Disponível em: encurtador.com.br/qwzL5.

⁵⁰ Esta ação foi coordenada pela professora Louise Prado Alfonso em parceria com a Bibliotheca Pública Pelotense. A exposição foi curada por mim e Janaína Vargas Rangel, museóloga da Bibliotheca Pública Pelotense. Registro meu sincero agradecimento à Janaína pelos saberes compartilhados durante o processo de montagem da exposição.

social da universidade e o papel da escuta da academia sobre a realidade que está inserida.

No diálogo entre ensino, pesquisa e extensão, a prática extensionista compõe um processo multifacetado com vistas à promoção da educação, “cultura”⁵¹ e conhecimento científico com impacto social. A extensão universitária descentraliza o “poder” exercido pelas instituições educativas como as únicas produtoras de conhecimentos válidos, inserindo as comunidades como peça-chave na articulação social e responsável das universidades.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2012) dispõe de algumas diretrizes das ações extensionistas, sendo: (1) Interação dialógica, entendida como a troca de saberes entre universidade e comunidade, promovendo um “conhecimento novo a partir dos saberes e práticas cotidianas das comunidades” (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 30), dando ênfase às construções não produzidas no ambiente acadêmico como protagonistas desse processo. Diz respeito ao compromisso “cidadão” das universidades buscando superar as mazelas ocasionadas pela desigualdade social; (2) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, ponto de cisão entre as disciplinas e profissionais das diversas áreas que articulam-se “superando as dicotomias que fragmentam as intervenções sociais” (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 31); (3) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, entendendo que o ensino estará ligado à formação dos sujeitos - mobilizando estudantes e comunidades como agentes ativos do processo expandindo o espaço de aprendizagem para as práticas cotidianas das comunidades como campo, e a pesquisa na produção de conhecimento, sustentando-se com metodologias participativas de caráter pesquisa-ação constituindo lócus de observação para estudantes de graduação e pós-graduação desenvolverem monografias, dissertações, teses, artigos científicos, etc.; (4) Impacto na Formação do Estudante, sendo decisiva na formação fortalecendo a criticidade com vistas a uma qualificação humanizada do (a) estudante; e (5) Impacto e Transformação Social, onde a inter-relação entre

⁵¹ “Cultura” entre aspas, afinal, cultura não se promove. Se a entendemos como uma promoção, estamos cometendo o equívoco em cristalizá-la sem margem para o devir. É interessante como nas diretrizes da extensão, a cultura aparece como objetivo. Podemos nos questionar: qual conceito de cultura estamos produzindo nessa relação? Será que somente nós, acadêmicos (as), estamos “produzindo” cultura nas relações extensionistas? Este é um bom exemplo do sentido polissêmico da cultura.

Universidade e comunidade produzem conhecimentos, por exemplo, úteis para as políticas públicas, acentuando a noção transformadora da extensão universitária.

É preciso fazer jus às políticas de ingresso que desde o SISU/ENEM, PROUNI e REUNI reconfiguram a realidade das universidades brasileiras. Parece que a pós-graduação ainda resiste em reconhecer esse lado da prática extensionista e isso, acredito, está estritamente ligado à noção etnocêntrica que não reconhece os saberes “populares” como ponte para produzir o papel social das instituições federais. A produção do conhecimento também precisa acompanhar tais mudanças, principalmente na pós-graduação: formam-se mestres (as) e doutores (as), com qual propósito? Por que a extensão não atinge pontuações minimamente aceitáveis nas “métricas”, quando é o eixo que mais dá retorno às comunidades? Seria a elitização do espaço universitário uma regra ou uma exceção? Qual o compromisso ético-social dos (as) pesquisadores (as) com aqueles (as) que não acessam o ensino superior? Não posso apontar essas questões e não resgatar a noção de *objetividade relativa* de Gilberto Velho (2013): não perderemos o rigor científico ou credibilidade por alinhar em nossa formação questões humanizadas (ainda mais na Antropologia) como é a extensão. Tal perspectiva é uma ótima justificativa para pós-graduandos (as) que resistem à extensão universitária.

Grande parte das atividades do ritual *Dia do Patrimônio* são resultados de ações extensionistas das universidades locais. Oportuno frisar que as atividades são oriundas de diversos departamentos e cursos, o que aponta uma ampla delimitação do que seja patrimônio cultural para cidade de Pelotas. De certo modo, essa aproximação possibilita a própria consolidação do ritual e expansão do conceito de patrimônio cultural:

“De alguns anos para cá, tanto a Universidade Federal, quanto a Prefeitura de Pelotas, por meio da secretaria de cultura demonstraram um desejo em expandir a compreensão do patrimônio. Minhas lembranças não apontam exatamente o que aconteceu em cada ano, mas dos cinco que já participei foi isso que senti. Já vi núcleos de diversidade sexual da UFPel participando, já promovi ações também. Me parece que o espaço torna-se democrático. Embora sempre exista algum tipo de resistência conservadora”
(Interlocutora K, março de 2020)

Acima de tudo, a extensão trouxe para o *Dia do Patrimônio* narrativas, grupos e temporalidades que de certo modo nunca haviam sido visibilizados em ambiente institucional. Simone Fernandes, antropóloga e participante do ritual, pontua esta

aproximação dos temas cotidianos com os grupos trazendo suas percepções para celebração, assim como da importância dos temas:

“Os projetos de extensão: ‘Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente’ ao qual se traz narrativas de mulheres trabalhadoras domésticas, reflexões e pautas se houve mudanças sobre essa profissão, que sofre muitos estigmas, vindo da escravidão. Com o passar dos anos, os direitos conquistados e também tirados e negados. Assim como o projeto ‘Terra de Santo’ que mostra as intolerâncias religiosas, que sofrem as religiões de matriz africana nesta cidade, sendo um dos lugares do país, com grande número de casas de religião de matriz africana, assim como várias nações. Não podemos esquecer, que a maior parte da população da cidade é negra. E também o projeto, ‘Passo dos Negros’, essa comunidade localiza-se próximo ao canal São Gonçalo, lugar de importantes fatos históricos da cidade de Pelotas. Hoje esses moradores/as lutam para permanecer em seu território, em função da grande presença de projetos imobiliários que buscam removê-los de seu lugar de pertencimento. Naquele espaço há patrimônios culturais, trazendo uma reflexão sobre a cultura negra dessa cidade. Espero que cada vez mais, esse evento importante, aborde temas, que mostram uma cidade real, onde a população e seus grupos sejam vistos e ouvidos. Que seja contada, pelas vozes além dos casarões, mas sim com a sabedoria de quem vive de perto o cotidiano dessa cidade. Pelotas precisa ouvir os sons, que vem dos becos, vielas, trajetos, esquinas e suas margens (Simone Fernandes, junho de 2021)

Desse modo, a extensão universitária se conecta ao *Dia do Patrimônio* como um de seus principais pontos positivos. Embora seja um discurso acadêmico que se apresenta nos painéis temáticos das *Conversas do Dia do Patrimônio*, exposições e atividades, constrói possibilidades plurais para interpretar a cidade e aproximar as discussões produzidas nas instituições de ensino superior locais.

Abordei os principais tópicos da extensão para demonstrar seu caráter social. Além disso, *ouvir* e *relativizar*, características do estudo etnográfico, se tornam relevantes nessa troca. Em 2020 a exposição “Patrimônios Invisibilizados”⁵² foi produzida neste contexto extensionista, em particular por dialogar com os projetos de extensão “Mapeando a Noite: O Universo Travesti”, “Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas” e “Narrativas do Passo dos Negros: exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação” do GEEUR/UFPEL. Foi um momento único de troca, escuta e aprendizado com a equipe do projeto, mas sobretudo pelo contato com os (as) participantes da exposição. Enquanto responsável pelo módulo dos (as) (us) artistas LGBTQIA+ pude entender a importância para estas pessoas ao verem suas narrativas ganhando forma através da exposição. Enquanto grupo, compartilhamos a noção de

⁵² Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/margens/>

que “muitos desses patrimônios oficiais [do Dia do Patrimônio e cidade de Pelotas], como os casarões e os doces, são importantes para várias comunidades, mas a partir de diferentes olhares, afetos e histórias que não são contadas por aí” (MARGENS, 2020).

Por esse motivo, construir um projeto no bojo da prática extensionista e ao mesmo tempo participar do *Dia do Patrimônio* é um ato cidadão enquanto discentes da universidade pública e gratuita. Não posso deixar de frisar a importância dessa ação como articulação aos estudos a nível de pós-graduação, ainda mais no contexto de estudos antropológicos. Para o contexto deste estudo, pude perceber, a partir da extensão, o “fazer-cidade” de Agier (2015) na prática em grupo, mas também individualmente em 2021 a partir dos debates nos projetos. Esta aproximação me ajudou a compreender a ritualização do *Dia do Patrimônio* por dentro.

4. O ritual urbano Dia do Patrimônio - Pelotas/RS

É, parece-me, nesse jogo de transformações que uma sociedade se revela como coletividade diferenciada como um grupo que se pode reconhecer como único e diferente dos outros. Daí, porque, penso, o ritual é um dos elementos mais importantes não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação - ainda não devidamente estudada - entre ritual e poder (DAMATTA, 1997, p. 31)

Neste capítulo apresento as principais etapas do ritual urbano *Dia do Patrimônio*. Primeiro, trago alguns elementos teóricos para pensar o sentido de ritual empregado no estudo. Após, realizo a contextualização do que seriam os toques ritualísticos da celebração, os quais são divididos em quatro momentos: *Iniciação*, *Separação*, *Transe* e *Ruído*. Pontua-se como podemos compreender o caráter atípico da celebração na dinâmica urbana, ou seja, momento divergente do cotidiano onde as referências culturais se tornam a principal linguagem do ritual.

Os ritos e rituais são conjuntos de ações dotados de dimensões simbólicas. Sua configuração se firma em um espaço-tempo definido, repleto de materialidades, expressões, narrativas e linguagem própria. Estes elementos acabam por definir os bens comuns aos grupos. Presente em praticamente toda vida social, seja através dos pequenos rituais do dia a dia, até aqueles que se descolam da realidade cotidiana - evidenciando o fantástico das “motivações humanas”, os rituais fazem parte de praticamente todas as culturas. Refletir sobre a cultura é pensar em ritualização, pois ao acessar o domínio do ritual estamos adentrando ao “coração cultural” de um grupo, em seu sistema de valores e ideologia (DAMATTA, 1997, p. 29).

No rito os grupos humanos expressam, através de dramatizações, suas vivências, experiências e interpretações da vida individual que acaba se tornando coletiva. Sobretudo torna o plano social um artífice, inventando sua profunda realidade. Como Roberto DaMatta (1997) elucida, é através da dramatização que acabamos tendo consciência das situações, passando a entendê-las com certo sentido, imputando uma compreensão social às coisas. Porém, também é pela dramatização “que o grupo individualiza algum fenômeno, podendo, assim, transformá-lo em instrumento capaz de individualizar a coletividade como um todo, dando-lhe identidade e singularidade” (DAMATTA, 1997, p. 36).

No ritual urbano *Dia do Patrimônio* o fenômeno em questão é a cultura, materializada no conceito de patrimônio que tenta restabelecer a representação coletiva da cidade, pautado na diversidade. Nesta perspectiva podemos entender como o “jogo de transformações” citado por DaMatta, pois na incessante caçada em desvendar quem é Pelotas a partir de certa “diversidade e inclusão”, percebemos como a noção cultural de cidade do ritual se choca com os referenciais da *cidade-temporalidade* charqueadora em diversos momentos. É uma dialética entre o permanecer e mudar.

O caráter ritualístico se evidencia em diversos momentos (não somente na interpretação deste estudo), pois os termos “celebração”, “festa pública” e “festejo” são sinônimos usualmente utilizados para definir o *Dia do Patrimônio*, conforme o poder público. Tenta-se inculcar o patrimônio como elo entre as pessoas e a cidade, em um contexto não cotidiano. Desse modo, ritualizar esta política pública serve para ordenar os processos comunicacionais que passam despercebidos a olho nu durante as etapas da celebração, facilitando nossa compreensão sobre suas *mudanças e permanências*. Percebemos no processo de ritualização o patrimônio cultural como um sistema de códigos que tentam definir a cidade, interpretando-a. É durante a *objetificação* desses códigos que a ideia de patrimônio ganha forma e vida ordenando a definição de cidade. A seguir, vamos entender como acontecem estes movimentos a partir da descrição das quatro etapas do ritual *Dia do Patrimônio*, a fim de situá-las.

4.1 Iniciação

Para antropologia entende-se por *Iniciação* um conjunto de práticas com fins cerimoniais onde membros de uma cultura adquirem novo *status* social. O primeiro toque do ritual é marcado pelas *Conversas do Dia do Patrimônio*, momento o qual a cidade começa a ser pensada conceitualmente conforme o eixo temático da edição. Por comunicar um caráter disruptivo em como a cidade se entende culturalmente, denomino como *Iniciação*. Esta etapa segue um caminho pautado na diversidade cultural, estabelecendo uma aproximação entre comunidade, poder público e universidades. Os encontros normalmente acontecem entre os meses de junho a primeira semana de agosto, ao final do expediente, na faixa das 17h às 18h. É conhecido por se realizar nos casarões do Centro Histórico da cidade.

Organizada exclusivamente pela equipe SECULT, a *Iniciação* tem por objetivo instrumentalizar o corpo técnico da secretaria com amplas discussões sobre a cultura e história de Pelotas, assim como compartilhar ao público estas reflexões. Para isso, eixos temáticos são propostos a cada ano. Segundo o poder público, os temas de cada edição são potentes abordagens sobre a diversidade cultural da cidade, sendo um convite para *aprender e celebrar* o patrimônio cultural. Sob esses eixos, os painéis das *Conversas* são escolhidos na intenção de mobilizar toda comunidade em prol do patrimônio com “temas fundamentais para um entendimento adequado de nossa história, memória e condição atual” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, p. 3).

“Acredito que os temas trazidos e abordados são uma maneira de fazer reflexões sobre a cidade e quem a construiu no seu cotidiano. Esse é um evento que recebe muitos visitantes, principalmente crianças e jovens das escolas da cidade. Esse contato e olhar para temas que trazem pertencimentos, memória e a história da cidade, contada por pessoas, que tem uma trajetória de vida e sabedoria, vinculados nessa cidade. A cidade ganha, quando a comunidade participa e se vê representada nesses espaços, que até pouco tempo, eram lugares de opressão” (Interlocutor J, junho de 2021)

Este toque foi incorporado ao ritual durante a segunda edição, cujo eixo temático foi *A Herança Cultural Africana*. Para o ex-secretário de cultura Giorgio Ronna, a plataforma significa uma das principais ações do *Dia do Patrimônio* contribuindo para que a população se sinta parte do festejo, mas também, dentro das reflexões sobre a negritude da cidade “adquirir conhecimento sobre a história da cultura negra e as lutas sociais através dos pesquisadores e agentes culturais que são convidados para as conversas” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2014).

“Dentro da primeira participação eu gostei da parte das vivências, dos contos que faziam ali no Casarão onde é a SECULT. Agora, as partes que mais gostei: tinha as pessoas, né? Tinha a Dona Sirley Amaro que era contadora de história; teve uma que participei que foi sobre o Tambor de Sopapo; outra que participei foi o presidente do Osório que contou sobre a fundação do Clube, lá dos engenhos do Pedro Osório, né? De toda sua comunidade, a beira do canal São Gonçalo, foi uma das vivências e participações das mais importantes” (Cláudio Duarte, junho de 2021)

O *Conversas* possui formalidades próprias, sempre orientado por colaboradores (as) da SECULT, a começar por seus ritos: primeiro, situa aos “não iniciados” o que é o *Dia do Patrimônio*, sua trajetória através dos temas e ações; na sequência, afirma o encontro como um ponto de reflexão sobre o que Pelotas “foi” e “quer ser”. Como um processo de criação “metafórica de cidade” (muitas vezes

descolada da narrativa convencionalizada) no primeiro toque percebemos o sentido de “vir a ser” imputado a como a cidade pode ser representada.

No processo uma narrativa cultural “cosmopolita” emerge construindo um senso coeso de “cultura cidadã”. O patrimônio cultural se entrelaça aos debates sobre cidadania a partir do momento que o entendemos como um direito. Segundo Canclini (1994) a cidadania cultural constrói-se não somente por desdobramentos políticos ou convenções sociais, mas sobretudo por um conceito que leva em consideração nuances do cotidiano em uma “projeção imaginária dessas ações com mapas mentais da vida social” (CANCLINI, 1994, p. 100). É na *Iniciação* que a cultura descontrola-se, desestabiliza convenções navegando por mapas reais e imaginários narrados pelo cotidiano da cidade, através de saberes, “tradições” e vivências.

Gratuito e aberto ao público, neste momento participam agentes culturais, universidades, discentes, pesquisadores (as), interlocutores (as) e as pessoas que realizam as palestras, as quais são chamadas de *conversantes*. O termo surge na intenção de romper com hierarquias de saberes, trazendo um sentido informal para o momento de troca e aprendizado. Quase sempre os (as) conversantes são docentes ou alunos (as) das universidades locais, cujas pesquisas se entrelaçam aos eixos temáticos de cada edição. Em alguns painéis, como o de 2014 sobre a vivência griô, o musicista Felipe Martins junto da Mestre Griô Sirley Amaro e do Mestre Dilermando Freitas trouxeram suas narrativas cotidianas para dentro dos casarões (Figura 18). Sirley Amaro foi reconhecida como Griô em 2007 e Mestre Dilermando em 2010. Ambos possuem uma longa caminhada no cenário cultural e memória urbana local. Mestres e Mestras Griôs são vistos como propagadores da “cultura popular” através da oralidade. A ação fez parte do “Programa Cultura Viva” do antigo MinC com foco na “Pedagogia Griô”, fruto da experiência do “Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô” de Lençóis da Bahia.



Figura 18 - Felipe Martins, Mestra Sirley Amaro e Mestre Dilermando Freitas no Conversas do Dia do Patrimônio 2014

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

É o que relata também Vagner Barreto, antropólogo e *conversante* na edição de 2018 cujo eixo temático central foi a imaterialidade do patrimônio local. Na ocasião, o *conversante*, juntamente de outros integrantes da equipe de pesquisa, debateram as experiências do Inventário Nacional de Referências Culturais Lidas Campeiras:

“No dia recebemos dois interlocutores, Beto, peão campeiro, e Vera, contabilista e funcionária pública aposentada, que atualmente, dedica-se à pecuária familiar. Ambos estão articulados com a salvaguarda da Lida Campeira e nas ações que buscam barrar a mineração na região. Vera tinha mais familiaridade, por ser funcionária pública aposentada e ter vivido muito tempo fora da região. Já seu Beto é uma pessoa mais simples, então, pode ser só uma impressão, mas ele parecia mais intimidado, até pela estrutura da Secretaria de Cultura, aquele casarão imenso, bem no centro da cidade. Ambos tiveram momentos de fala, até porque são os que têm a propriedade e legitimidade no tema” (Vagner Barreto, julho de 2021)

Para o gastrônomo Bruno Feijó, conversante do painel “Cozinha e seus sujeitos: mais do que pitadas” em 2019, a aderência do público demonstrando certa surpresa ao entrar na Casa 3 (local que sediou a conversa) e vê-la repleta de rostos conhecidos e desconhecidos. Conforme havia falado com sua colega e também conversante do dia Mara Alessandretti, ambos acreditavam que poucas pessoas compareceriam ao espaço, mas ao ver ele “quase cheio e as pessoas interagindo

durante a palestra, foi uma experiência única” (DIÁRIO DE CAMPO, junho de 2021). Bruno começa a conversa questionando o público onde, nos menus da cidade, a cultura afro-brasileira aparece. O conversante compartilhou suas angústias sendo negro e cozinheiro afirmando o apagamento das referências africanas na gastronomia local com inúmeras indagações:

“por que nossa cultura não pode ser vendida?; dos portugueses temos herança e dos africanos apenas contribuição?; por que Pelotas não conta a sua história? Atualmente, a meu ver, o único estabelecimento com referências afro-brasileiras no cardápio em Pelotas é o Boteco Copa Rio (...) Isso é contraditório demais e só fui perceber quando estagiei em Portugal. Lá, era visto como um ‘grande chefe’ por ter no meu repertório culinário a cozinha afro-brasileira (...) A própria universidade e curso de Gastronomia, onde me formei, também tem sua parcela de culpa. Estamos em Pelotas, cidade com passado negro, e o curso não ter uma disciplina obrigatória sobre gastronomia africana é embranquecer essa história” (DIÁRIO DE CAMPO, junho de 2019).

Já Mara, compartilha o caráter plural dos doces de Pelotas, apontando as origens africanas na produção dos mesmos. Para a gastrônoma, hoje ela vê “o negro em todo lugar, coisa que não via quando menina (...) é difícil ter essa oportunidade de falar sobre a tradição negra na gastronomia” (DIÁRIO DE CAMPO, junho de 2019). O ritual nesse dia objetificou a culinária como forma de reflexão sobre Pelotas, uma vez que a cidade “é capaz de se reconhecer através de pratos, ingredientes e técnicas e esse reconhecer pode carregar problemas estruturais de uma sociedade, na medida que nem sempre acontece da mesma maneira para todos os grupos” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 18-9). Importante traçar um paralelo com as interlocuções de Bruno e Mara com um trecho do parecer do IPHAN sobre o registro da “Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas”. Nele, aponta-se como à comunidade negra foi relegado espaço menor na construção culinária local:

(...) A contribuição dos negros escravizados e de seus descendentes à construção dessa tradição é definida como vinculada a um “processo de transculturação”, que a reproduziu, recriou e, sobretudo, lhe atribuiu novos significados. A despeito do enorme contingente de escravos que trabalhava nas charqueadas, em ofícios urbanos e também nos palacetes da cidade, construiu-se no senso comum a ideia de que o conhecimento vinculado à produção dos doces finos era de domínio exclusivo das senhoras e senhoritas da elite pelotense. Depoimentos de doceiras atuais, descendentes da antiga elite charqueadora, afirmam que as escravas, depois empregadas domésticas, apenas mexiam o tacho dos doces ou abanavam brasas postas embaixo das mesas para manter a temperatura da secagem perfeita da delicadíssima massa do pastel de Santa Clara (...) (IPHAN, 2018, p. 9)

Os relatos de Bruno e Mara na plataforma, além de provocantes, pontuam as convenções que habitam as próprias convenções, que ao serem confrontadas produzem contranarrativas. Note-se que Bruno fala “nossa cultura” se referindo a tudo aquilo que constrói sua narrativa de vida. Ele e ela, enquanto profissionais e pelotenses, afirmam como Pelotas está em constante disputa: de um lado, Mara se reconhecendo nos espaços urbanos, através de sua ancestralidade e gastronomia; de outro, Bruno apontando para resistência da cozinha negra como forma de promover a cidade, assim como é feito com os doces finos e portugueses.

Nem sempre o *Conversas do Dia do Patrimônio* define os textos da *Revista do Dia do Patrimônio* e vice-versa. Em 2019, por exemplo, não houve debate sobre a comunidade LGBTQIA+, mas um texto sobre territorialização afetiva dos bares gay fez parte da edição. Com os grupos indígenas, neste ano, além do cartão-postal, nenhuma reflexão teve destaque nas ações do evento.

Rocha e Eckert (2008) apontam que tanto patrimônio “material” quanto “imaterial” como foco de políticas públicas evidenciam “o conhecimento dos habitantes citadinos de seus percursos históricos e promovem a consciência do viver social” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 3). Patrimônio é uma experiência de vida, cuja intenção de representar coletivamente os grupos, e neste caso uma cidade, coloca em evidência que “para entender o patrimônio coletivo, é necessário, antes, refletirmos sobre a própria vida coletiva” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 9). Neste sentido, podemos entender a *Iniciação* como um possível agente de mudança sobre como Pelotas se entende, refletindo sobre questões humanas e contemporâneas do que define esta cultura urbana.

4.2 Separação

“Eu acho que o pessoal acadêmico eles vão mais por questão de obter o certificado Parece que não entraram no clima ainda do evento, não sei. Acho que poderia ter dentro do próprio curso, lá dentro da Universidade uma conexão, um projeto com a própria Secretaria de Cultura dentro do departamento de Memória e Patrimônio da SECULT. E também temos o pessoal da Museologia e da Conservação e Restauro e que deveria ter um trabalho mais em conjunto entre esses órgãos para que chegasse no dia e tivesse uma afinidade melhor e um evento mais produtivo. Até em relação ao contato com público. Por enquanto eu acho que esse evento da semana do patrimônio é mais uma coisa para inglês ver, ele está amadurecendo, claro, mas eu acho que dá para fazer mais” (Cláudio Duarte, junho de 2021)

No segundo toque do ritual temos a *Separação* que fica a cargo da *Formação de Agentes do Patrimônio*. Inicialmente ocorria quinze dias antes do evento durante a manhã e tarde de sábado nas imediações do Centro Histórico. Me recordo que em 2016, ano em que atuei como *agente*, o encontro se realizou no Casarão 6. A última formação, em 2019, ocorreu no auditório do Instituto João Simões Lopes Neto, somente na parte da tarde, sendo que os participantes foram divididos em dois grandes grupos com 2 horas de formação para cada.

De responsabilidade da SECULT, sob a figura de uma arquiteta que compõe o quadro técnico da secretaria, nesta etapa instrumentaliza-se os (as) *Agentes do Patrimônio* que estarão espalhados pela cidade. Muitas vezes são pontuadas as características arquitetônicas dos casarões existentes no Centro Histórico, assim como a narrativa histórica da cidade. Nos anos de 2014, 2015 e 2016 se tentou pensar o conceito de patrimônio com atenção crítica na capacitação dos (as) *agentes*. Para isso, a professora Louise Prado Alfonso do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPEL foi convidada para conduzir parte da formação. Em 2014 trouxe aos (às) voluntários (as) os bens culturais da comunidade negra, a fim de que pudessem entender a importância destas narrativas para a cidade. Em 2015 evidenciou as relações das águas para diferentes grupos da cidade, a fim de mostrar aos (às) *agentes* como patrimônio cultural vai além de suas dicotomias e compreensão elitista. Por fim, em 2016, com o tema das mulheres, a professora convidou a antropóloga Simone Fernandes, mulher negra, bisneta de lavadeira, a quarta geração de mulheres a ter trabalhado como doméstica para participar da formação. Simone recorda como foi este momento sediado no Casarão 2:

“Em minha narrativa, trouxe a trajetória das mulheres trabalhadoras domésticas de minha vida, contando como é trabalhar nesses espaços, pensando nas dinâmicas da manutenção, onde se precisa ter muitas pessoas, para dar conta do serviço, as festas, as comidas, os doces. Para mim estar naquele local, representava muitas coisas, me lembrei das mulheres da minha família e tantas outras, que não tiveram a oportunidade de entrar nesse espaço pela porta da frente, minha bisavó, buscava as trouxas de roupas, pela porta dos fundos. Herdei a força, coragem, persistência e amorosidade delas. Naquele dia, depois do nervosismo, as palavras fluíram, as palmas que recebi, foram para elas e para todas que vieram antes de mim” (Simone Fernandes, junho de 2021)

A função dos (as) *agentes* é saber do evento, discutir e conversar com as pessoas sobre o tema, conhecer a programação. Não são guias de turismo, afinal

*comércio
participar. No último evento, em 2019, não consegui participar de nenhum
desses encontros por trabalhar em escola” (Maria Eduarda, julho de 2021)*

As “desconstruções” feitas em 2016, por exemplo, tiveram impactos positivos durante as visitas deste ano. O visitante Vagner Barreto elucida um pouco a

atenção dos (as) *agentes* com outras narrativas sobre o patrimônio no momento da visita:

“(...) O que mais gostei foi perceber que os agentes que faziam a mediação não reproduziam a narrativa daquele espaço enquanto lugar das elites, mas nos indicavam outras formas de ver, mostrando os usos no tempo e no espaço, e a presença de outros grupos, como os escravizados. Essa participação foi em 2016, se não me engano. Fui com amigos, em alguns momentos andamos sozinhos, em outros, com a companhia dos mediadores. Era fim de semana e muitas pessoas circulavam pelo local, que, no dia a dia, não é convidativo nem aberto ao público” (Vagner Barreto, junho de 2021).

Se na etapa anterior uma cidade diversa está em *objetificação*, nesta fase identifica-se o primeiro momento de disputa sobre como a cidade é representada, compartilhada e interpretada. Na *Formação* separa-se a cidade conceitual, o que acaba por impactar a transmissão dos debates temáticos nas visitas. Interpretar o que é uma cidade, em particular o que forma o seu patrimônio cultural, não pode se efetivar sem escuta. O relato de Vagner ilustra o retorno positivo da atenção cuidadosa e empática sobre o que forma o patrimônio cultural da cidade, assim como o mesmo é transmitido.

4.3 Transe

No ápice do ritual temos o *Transe*. Sua principal característica é a abertura para visitação dos prédios históricos e espaços de interesse cultural da cidade. Neste momento a cidade se transporta para diversas temporalidades, entre um passado-presente que transcende o mundo visível, material. Esta produção subjetiva e humana da cidade a interpreta como um bem cultural, pronto para ser disputado.

Sobre este aspecto, interessante no momento de *Transe* do ritual, conecta-se aos pensamentos de Ulpiano Bezerra de Meneses (2006) que entende a cidade a partir de três aspectos: *artefato*, onde o urbano se torna coisa feita, fabricada seguindo padrões sociais; *representação social*, como reflexo dos seus habitantes, a partir de sentidos, identidades, memórias, etc.; e *campo de forças*, permeado de conflitos, trocas e interações nos planos cultural, econômico e político (MENESES, 2006, p. 36-7).

É neste momento que os casarões, museus e outros espaços assumem um *uso cultural* (MENESES, 2006), imprimindo certa continuidade à narrativa charqueadora, mesmo não sendo sua intenção central. Porém, conforme as

as duas etapas anteriores coexistem, sendo a primeira de maneira “abstrata” em ações pontuais e a segunda atingindo a práxis, em relevo nos discursos dos (as) *Agentes do Patrimônio*, como também nos espaços selecionados (em sua grande maioria e

programação das *Revistas do Dia do Patrimônio*.
mídia, questionários e

na escola desse aluno. A

como estuques e adornos em formato

de cartão-postal. O objetivo da ação foi “ensinar brincando e pintando” sobre os detalhes que “embelezam” o Museu.

5. As cidades do Dia do Patrimônio

“Em tempos tão sombrios, como os que nos rondam, parece que a úmida Princesa do Sul, enfim se esforça para pensar a si mesma. Sentada na praça, olha para o seu passado e tenta ver além do ecletismo dos seus prédios” (REVISTA DO DIA PATRIMÔNIO, 2017, p. 11)

Neste capítulo apresenta-se as cidades do ritual *Dia do Patrimônio*. É neste momento que uma “Pelotas imaginada” ganha destaque, sendo construída por grupos, temporalidades e “tradições” que transformam (ou ao menos tentam) alguns traços culturais urbanos, o que evidencia a noção dinâmica do conceito de cultura. No *Dia do Patrimônio* estes “traços culturais” são o resultado da *objetificação*, cuja tentativa em tornar visível os elementos simbólicos da cidade produzem o patrimônio coletivo. A *objetificação cultural* para o patrimônio nada mais é do que uma produção discursiva desta *invenção*. Como elucida Magnani (1986) “se a cultura é um conjunto de códigos, o patrimônio é a série de falas que só adquirem inteligibilidade por referência àqueles códigos” (MAGNANI, 1986, s/p).

Como produtor de sentido, o patrimônio toma de empréstimo a cultura fixando-se como *invenção humana*, elaborando um passado simbólico denominado patrimônio cultural. A conexão da cultura, enquanto algo dinâmico e em movimento ganha força nesta primeira tentativa do ritual em “desconectar” a noção de patrimônio do seu sentido histórico e arquitetônico. Neste aspecto, podemos afirmar que o patrimônio cultural é composto por tudo que inventamos, apreciamos e queremos preservar: “são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes e fazeres. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia” (LONDRES, 2004, p. 21).

Desse modo, nas próximas páginas vamos entender como os eixos temáticos do ritual são articulados tentando “falar” sobre esta cidade com características conflituosas quando assunto é cultura e patrimônio. Em especial, conheceremos algumas “cidades perdidas” que ao serem compartilhadas no âmbito público começam a reinventar Pelotas no que tange à sua ideia de cultura.

5.1 O que é Patrimônio? (2013)

No primeiro ano o tema “*O que é Patrimônio?*” guiou as discussões do ritual. Sob o slogan “*O patrimônio de uma cidade é o legado cultural que conta sua história*” as tentativas estiveram em promover o entendimento de patrimônio como

elo entre passado, presente e futuro como forma de valorização da identidade local. Tentou-se, sobretudo, mostrar como o patrimônio está para além das questões materiais (DIA DO PATRIMÔNIO, 2013). A *Iniciação* ainda não compunha as atividades, desse modo a interpretação do questionamento pode ser percebida em diversos materiais divulgados pela SECULT, muitos destes compartilhados na página oficial do *Dia do Patrimônio* no Facebook, mas também pelas séries de cartões-postais.

No álbum de fotos “Programação #diadopatrimoniopelotas”⁵³ encontramos alguns materiais interessantes para pensar o eixo temático. Seleciono o banner digital como ponto de partida. Embora esta tentativa em disseminar o conceito de imaterialidade, a narrativa visual do banner (Figura 19) interpreta Pelotas a partir do passado. Percebe-se uma *ideia de cidade* já legitimada por outras políticas. Com a silhueta da Catedral São Francisco do Paula como pano de fundo, acrescida de fragmentos dos ladrilhos hidráulicos (usados como revestimento das edificações tombadas), a Fonte das Nereidas (localizada na Praça Coronel Pedro Osório na região central da cidade) e a calçada do Mercado Público Central (também localizado nos limites centrais) formam o conjunto de elementos representativos do patrimônio cultural pelotense. Se introduz o ritual na dinâmica urbana inculcando esses fragmentos de cidade.

⁵³ Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=DiadoPatrimonioPelotas&set=a.179554042214728>

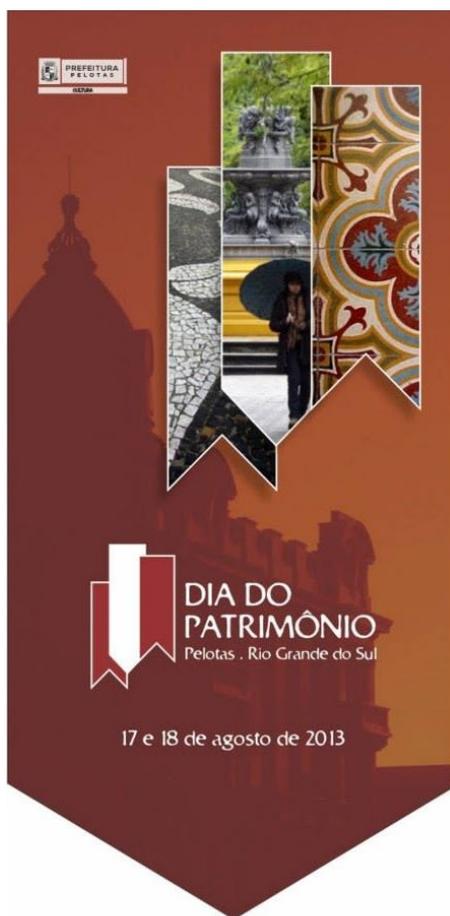


Figura 19 - Banner da edição 2013 do Dia do Patrimônio

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

Outro material são os cards “Reconheça sua cidade” também disponibilizados no álbum citado, os quais foram compartilhados de 6 a 16 de agosto de 2013. Para entendermos as cidades compartilhadas nessas imagens, separei-as em quatro grupos, cada um com três imagens. Com a intenção de realizar uma “contagem regressiva” para o festejo, podemos considerar esses compartilhamentos como mais uma etapa da ritualização da cultura, através da *objetificação*, de fragmentos que traduzem os patrimônios de Pelotas. Cabe ressaltar que esta lembrança de que algo está “prestes a mudar” vem acrescida da legenda “Reconheça sua cidade”.

No primeiro grupo (Figura 20) de representações temos a torre do relógio do Mercado Central, a cúpula do Grande Hotel (localizado no Centro Histórico da cidade) e o monumento ao bispo Dom Joaquim Ferreira de Mello (localizado em uma das principais avenidas da cidade, a Dom Joaquim).



Figura 20 - Card Reconheça sua cidade 1

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

No segundo grupo (Figura 21) interpretações de temporalidades diversas habitam a série. Com a representação de um ciclista, possivelmente na zona rural do município, juntamente da figura de Avendano Júnior (ícone local do choro) e acrescida do quindim (menção aos doces de Pelotas) o ritual comunica uma cidade atenta aos movimentos contemporâneos sem deixar de lado a “tradição”, evidenciando o caráter extra-material do conceito de patrimônio.



Figura 21 - Card Reconheça sua cidade 2

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

A terceira série (Figura 22) reitera uma cidade como obra do passado, sendo representada pela Fonte das Nereidas (que já havia aparecido no banner digital), um casal com trajes do século XIX portando um livro em mãos (fazendo menção à ideia de “cidade aristocrática” e “cultura”), acrescida de elementos da natureza, com o fragmento do parque onde se localiza o Museu Municipal da Baronesa.



Figura 22 - Card Reconheça sua cidade 3

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

Para o último grupo de representações (Figura 23), temos novamente um pedaço dos ladrilhos hidráulicos (utilizados no banner), o Porto de Pelotas e a Praia do Laranjal. Ao que parece, tentou-se articular o caráter de “bem natural” da narrativa de cidade, a qual evidencia o compartilhamento de outras noções sobre o entendimento de patrimônio.



Figura 23 - Card Reconheça sua cidade 4

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

Já nos cartões-postais de 2013, distribuídos ao público durante as visitas, temos uma narrativa visual diversa e ao mesmo tempo repetitiva permeada de “materialidades” e passado. Inclusive, bens que aparecem nos materiais citados acima fazem parte da cidade dos postais. Podemos pensar esta série como uma construção onírica de Pelotas, uma vez que a edição comunica fragmentos da cidade com um fundo artístico, como se a cidade fosse um sonho. Para melhor entendermos os caminhos da *objetificação cultural* nos postais, agrupei a série de seis representações nas categorias “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”.

No grupo “patrimônio material” a primeira representação é o Mercado Central

(Figura 24). No anverso do postal ele é apresentado partindo da temporalidade charqueadora. Comunica-se quem construiu o espaço, chamando atenção para as mudanças arquitetônicas após as primeiras décadas do século XX, como a inserção da torre do relógio (inspirada da Torre Eiffel). Se fala com orgulho por esta torre ter sido importada da Alemanha. Nesta representação anula-se, por exemplo, as leituras que este espaço tem para as religiões de matriz africana. Deixa-se de fora as narrativas dos trabalhadores do Mercado que, em seu cotidiano, ressignificam essa materialidade.

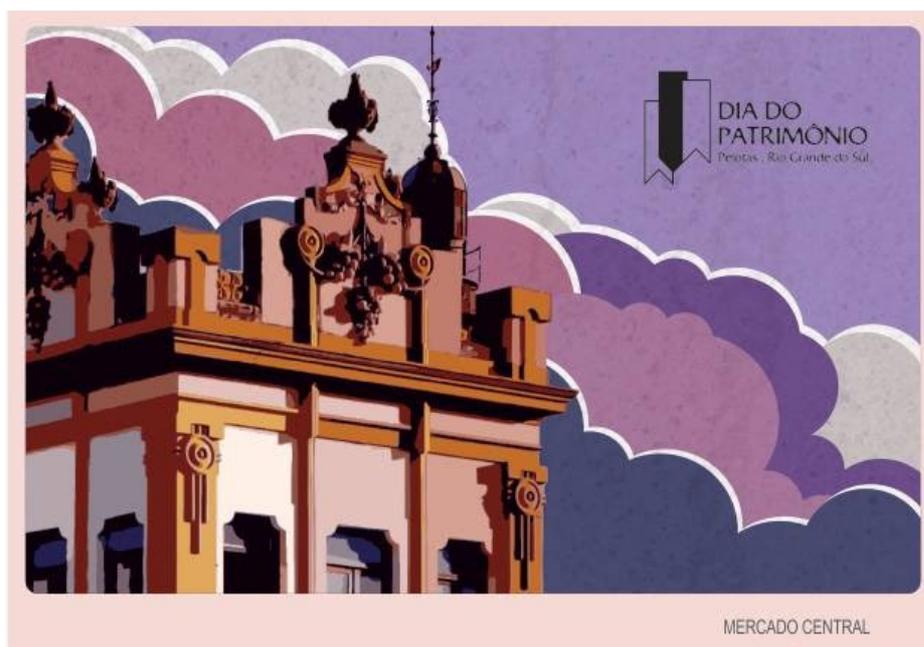


Figura 24 - Mercado Central

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O segundo postal traz o Theatro Sete de Abril (Figura 25). Nesta materialidade com mais de 180 anos de história, as informações da edificação no anverso do postal ressaltam a terceira década do século XIX. Pontua o espaço como um dos mais significativos documentos da época do desenvolvimento econômico da cidade, ou seja, o período charqueador. Salienta-se o estilo renascentista da arquitetura do prédio. Atualmente o Theatro está fechado para restauro, contabilizando mais de uma década nesta situação. Foi uma maneira de tornar esta materialidade parte viva do ritual, assim como da narrativa urbana.

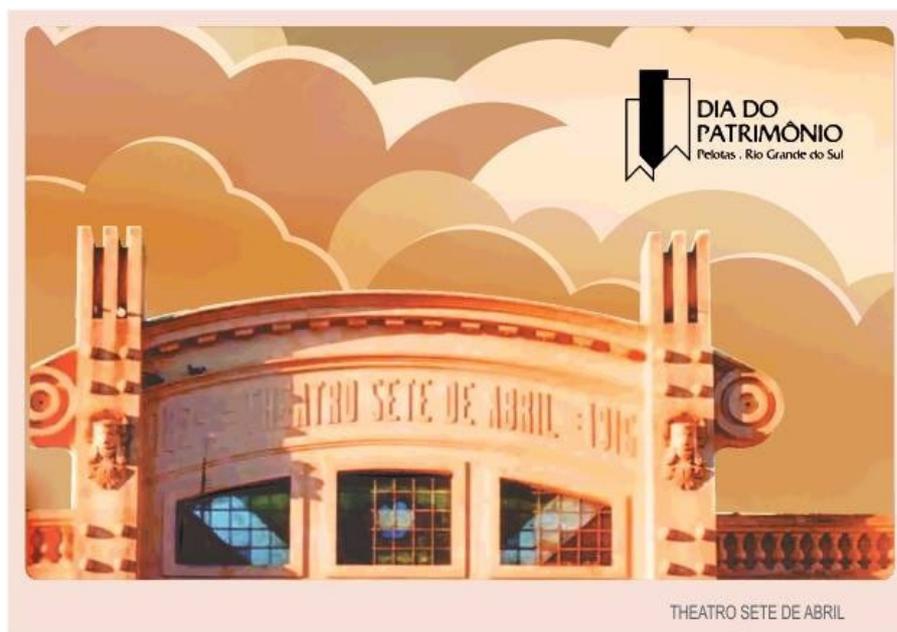


Figura 25 - Theatro Sete de Abril

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

No último postal do grupo (Figura 26) “materialidade” temos uma homenagem aos grupos indígenas da Planície Costeira (Pelotas, Capão do Leão, Rio Grande, São José do Norte). O artefato arqueológico zoólito (zoo, animal e lito, pedra), representando um tubarão, possivelmente foi utilizado com uma função ritualística. No anverso fala-se do bem como um “rico patrimônio arqueológico da cidade de Pelotas”. Rafael Milheira (2014) no artigo “Pelotas: 2.500 anos de História Indígena” para o Almanaque do Bicentenário de Pelotas esboça o silenciamento das comunidades indígenas da região lacustre na historiografia da cidade. Para o autor a presença indígena arqueologicamente detectada, extrapola em mais de dois milênios a data de surgimento de Pelotas, dando pistas que a história local é “multicultural e multiétnica e não deve ser limitada aos seus 200 anos, mas ampliada aos seus 2500 anos, envolvendo organicamente a historicidade indígena, algo que a historiografia tradicional teima em esquecer” (MILHEIRA, 2014, p. 44).



Figura 26 - Zoólito

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

As manifestações culturais da categoria “imaterial” buscaram dar continuidade às “tradições” de Pelotas (algumas com potencial de sê-lo). O primeiro deles é os “Doces de Pelotas” (Figura 27). No anverso as informações são de que a tradição doceira da cidade está vinculada às benesses econômicas advindas das charqueadas, que por sua vez acarretou na construção de hábitos europeus na cidade. Embora pontue as contribuições de outras etnias como a africana, legitima a tradição doceira como bem cultural pensado pela matriz europeia.

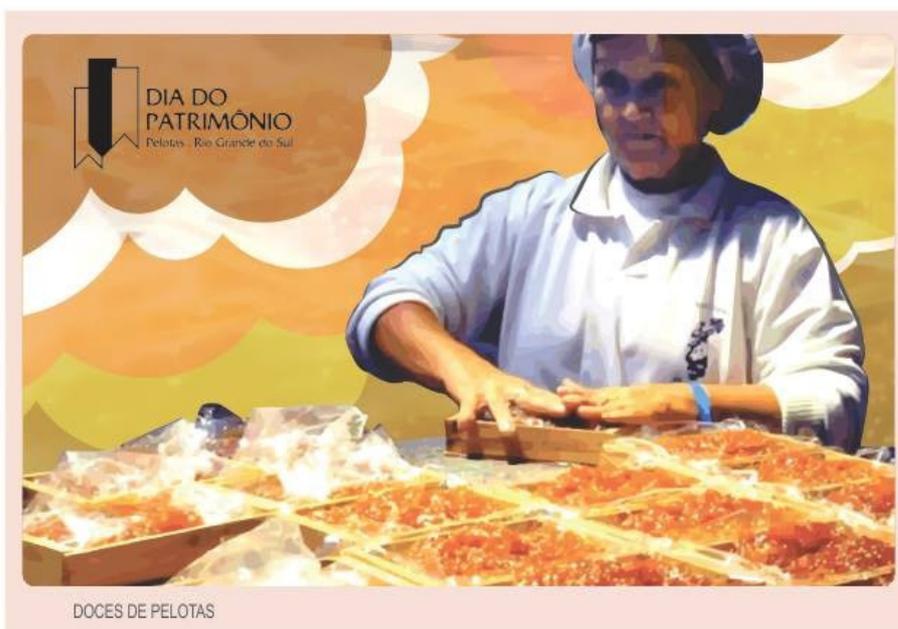


Figura 27 - Doces de Pelotas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O Regional Avendano Júnior (Figura 28) é a segunda imagem do grupo. Trouxe para o debate uma ideia de “patrimônio vivo”, objetificando a música como representação através do compositor e cavaquinista Joaquim Assumpção Avendano Júnior (1939-2012), referência no choro, estilo musical brasileiro. Na década de 1970, junto de outros artistas, Avendano começou a tocar no extinto “Bar e Restaurante Liberdade”⁵⁴, ponto de encontro boêmio da cidade. Avendano Júnior e seu Regional receberam o título de Instituição Emérita pelos relevantes serviços prestados à cultura pelotense.

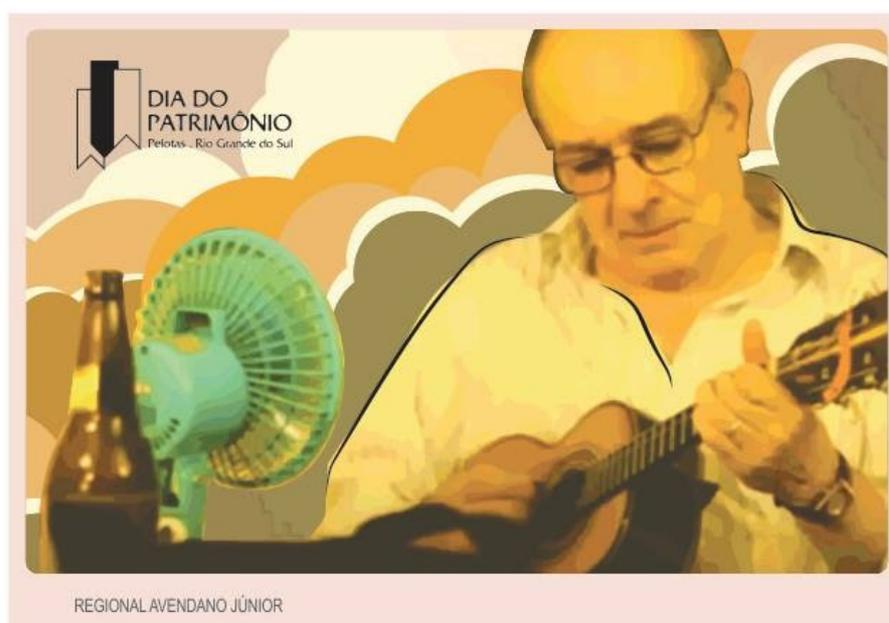


Figura 28 - Regional Avendano Júnior

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Na Travessia da pelota - Arroio Pelotas (Figura 29) temos a última representação do grupo “imaterial”, mas que ao mesmo tempo se comunica com outra denominação do patrimônio, a saber sua característica natural (já apresentada pelo ritual nos cards). Ao que parece, a tentativa foi objetificar nessa prática as “origens” da cidade partindo das charqueadas. Essa embarcação de couro (pelota) foi utilizada durante o período charqueador na travessia de pessoas e mercadorias.

⁵⁴ Para uma melhor compreensão da importância do bar na dinâmica cultural da cidade, verificar o documentário “Liberdade” lançado em 2011 com fomento do edital Pró-Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZK9Gt3C4zo>.

Foi esta embarcação que deu nome ao município e ao Arroio que costeia os principais sítios charqueadores. No anverso do postal, comunica-se que o francês Jean Baptiste Debret descreveu o uso da embarcação no relato “Viagem Pitoresca ao Brasil (1835)”. Em 2014, no Dia Mundial do Turismo, reconstituiu-se as travessias com pelota para “reconhecer as raízes” da cidade.



Figura 29 - Travessia da pelota - Arroio Pelotas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Como fruto da *invenção* humana, as “tradições” construíram-se definindo o que não deve ser esquecido através da continuidade. As tradições inventadas são consideradas “(...) um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBSBAWM, 1984, p. 12). As manifestações culturais sobre “*O que é Patrimônio?*” comunicam uma cidade suspensa à temporalidade charqueadora, a qual convencionaliza os bens comuns e “tradições”. Algumas manifestações como Avendano Júnior, Zoólito e questões naturais do patrimônio esboçam um movimento disruptivo sobre como Pelotas quer ser representada. Percebe-se, também, a repetição daquilo que deve ser considerado patrimônio conforme esta *cidade-temporalidade* charqueadora e branca, como o Mercado Central, Fontes das Nereidas, doces de Pelotas e representação do casal com trajes do século XIX.

5.2 A Herança Cultural Africana (2014)

“Pelotas transpira - em cada praça, em cada rua, em cada beco e em cada viela, a contribuição do Povo Negro - acumulada desde o esboço do que outrora fora freguesia, até os dias de agora. (...) Ora, sabe-se que, desde o pisar do primeiro negro em solo brasileiro, houve insurgência e a não aceitação natural da condição de animalização. A cidade de Pelotas, se presta de maneira exemplar à contribuição dessa ideia. Inúmeras foram as revoltas lideradas por negros aqui, desde sempre, buscando - predominantemente - a quebra do sistema sagaz que coisificava homens e mulheres cativos” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 8)

Nesta edição, o ritual trouxe à baila tempos de meditação sobre a história de um povo que foi brutalmente retirado de sua terra. No eixo temático “*A Herança Cultural Africana*” a plataforma *Conversas do Dia do Patrimônio* inseriu no âmbito público os modos de vida, formas de expressão, historicidades, lutas, resistências, personagens, expressões religiosas e contemporaneidade da comunidade negra pelotense. Para Paula Mascarenhas, à época vice-prefeita, o tema escolhido, mais do que relevante na história local, contribui com os debates sobre a riqueza e diversidade cultural da cidade. Paula pontua que embora em 2013 não houvesse um tema específico, mas que chamou a atenção que patrimônio vai além de sua noção material, em 2014 ficará mais explícito as outras facetas da cultura pelotense inserindo religião, gastronomia e artes em geral das comunidades negras como forma de interpretar Pelotas (DIA DO PATRIMÔNIO, 2014).

Segundo Clotilde Victória na Revista do Dia do Patrimônio 2014, o povo negro foi privado de elementos básicos da dignidade humana como liberdade e justiça. Isso deixou marcas na população negra para além da violência física e exploração, como a recusa de cidadania e direitos. Desse modo, para a pedagoga, poder estar em um espaço público revelando suas raízes:

(...) significa nos mostrarmos, seja em nossa árvore genealógica, seja nos costumes, na religiosidade, na culinária, na dança, no artesanato ou enfim, na tradição deixada por nossos ancestrais e passadas de pais para filhos. É a nossa história, o nosso patrimônio, a cultura que somos e de quem somos despertando-nos para a preservação de nossa herança cultural (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 23)

Paula Montero (2012) ao analisar os processos legais de “respeito às diferenças” no espaço público toma as discussões brasileiras em torno das etnias. Para isso, trava um debate entre relativismo e multiculturalismo, chamando atenção para o último como possibilidade de produção discursiva no espaço público. A autora define as reivindicações multiculturais como um indício das transformações

produzidas nas sociedades pós-nacionais “que se veem obrigadas a redefinir o lugar das diferenças no interior de seu sistema social” (MONTERO, 2012 *apud* SEMPRINI, 1999).

Em 2013 os doces foram representados pelo quindim, uma doceira e aos africanos, portugueses, alemães, italianos, pomeranos e franceses como etnias que contribuíram na construção do saber, citados no anverso do cartão-postal “Doces de Pelotas”. O primeiro encontro do *Conversas* em 2014 trouxe como tema as religiões de matriz africana e participação negra na tradição doceira, sob responsabilidade da antropóloga Marília Floôr Kosby. Conforme o relato da assessoria de comunicação da SECULT no Facebook:

“Marília contou aos presentes das suas pesquisas, o contato especialmente sobre as religiões de matriz africana e a culinária. Os doces considerados ‘finos de Pelotas’ podem ser encontrados nas oferendas aos orixás, em todo o país – como bem casados, quindins e doce de abóbora. Como os ingredientes de cada doce estão em constante mudança – caso isso não acontecesse provavelmente não seriam mais produzidos – não é possível dizer se a origem de cada um dos ingredientes é africana, mas a influência dos negros na culinária é incontestável. Não apenas na execução, mas na elaboração das receitas. E foi por essa relação que a tradição se manteve viva” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2014)

E ainda mostrou o simbolismo dos doces para as religiões de matriz africana, assim como para a própria comunidade negra local:

“É no culto à doçura, portanto, que se atualiza e afirma a presença negra no processo de manutenção da tradição doceira de Pelotas. Fazer oferendas de doces pelotenses para os orixás, ultrapassa fronteiras da cidade ou da cor da pele, pois vai além dos doces enquanto produto de uma mistura de ingredientes, envolvendo-os em todo um campo de relações que abrangem potências sagradas, despejos, estratégias de negociação política, maneiras de viver o sensível e de atribuir sentido à materialidade” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 6)

As questões religiosas apareceram em dois momentos durante as discussões da *Herança Cultural Africana* através das *Conversas*. O primeiro deles com Iyá Gisa D'Oxalá e Paulo D'Xangô, representantes da Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro (CBTT). Com o título “Ilê, Terreiro e a Sociabilidade entre Comunidades”, o trabalho social que realizam com crianças em situação de vulnerabilidade social formou as discussões. Conforme Gisa D'Oxalá, “a religião é a essência de vida de uma família e que, acima das crenças, a religião é ajudar ao próximo e contribuir na vida de cada um” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2014). Outro ponto, desta vez na figura do professor Jonas Klug, foi a irmandade religiosa negra na cidade. No encontro,

chamou-se atenção para a ausência de dados históricos que comprovem a articulação da religiosidade negra, deixando-a cair em um esquecimento seletivo sobre seu papel na construção social brasileira e local (DIA DO PATRIMÔNIO, 2014).

Entrelaçando-se com as reflexões de Gisa, Paulo e Jonas, o cartão-postal “Festa de Iemanjá” (Figura 29) inseriu no âmbito público uma das principais celebrações para as religiões de matriz africana. No anverso do cartão-postal há informações da festa que ocorre em 2 de fevereiro, chamando atenção para a realização em Pelotas há mais de 50 anos, no Balneário dos Prazeres, localizado na Praia do Laranjal. Com homenagens a um dos mais tradicionais Orixás das religiões de matriz africana, a celebração, em Pelotas, recebe centenas de fiéis das comunidades religiosas da cidade e da região sul do estado. Diferente dos cartões-postais da mesma série, a Festa de Iemanjá do *Dia do Patrimônio* presta uma homenagem à Iemanjá respeitando a cor azul à ela relacionada.



Figura 30 - Festa de Iemanjá

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O cientista político Álvaro Barreto no texto “Participação dos Negros no Carnaval de Pelotas: breves apontamentos” para *Revista* de 2014 traz algumas reflexões sobre a ausência de dados sobre a participação negra nos carnavais da cidade do século XIX até os anos de 1920. Conforme Álvaro, as poucas citações são racistas, colocando a população negra pelotense no estereótipo do perigoso,

diversidade de estratégias de resistência, lograram instituir espaços de autonomia no interior de ordens sociais marcadamente discriminatórias, durante ou após a

escravidão” (REVISTA DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 15). Já os Clubes Sociais Negros desde os anos 2000 no âmbito nacional vêm se mobilizando em busca do “resgate” da pessoa negra. Conforme Rosane, em Pelotas se tem a presença de dois espaços de sociabilidade importantes para comunidade negra: o Clube Cultural Chove não Molha e o Clube Cultural Fica Ahí.

O cartão-postal Clubes Sociais Negros (Figura 30) materializou as discussões deste debate, trazendo em seu anverso a memória da sociabilidade negra com a narrativa dos dois clubes citados por Rosane. O primeiro diz respeito ao Clube Cultural Chove Não Molha, fundado em 26 de fevereiro de 1919 por um grupo de pessoas que desejava festejar o carnaval daquele ano. Como resultado do Grupo Carnavalesco de mesmo nome, em 1966 foi reconhecida sua função cultural, passando a se denominar Clube Cultural Chove Não Molha. Já o Clube Cultural Fica Ahí, que surgiu em 27 de janeiro de 1921 como um cordão carnavalesco, evidenciou a importância do clube nas atividades de cunho cultural como dança afro, capoeira, hip-hop, percussão, teatro, bailes e inclusão digital. Também elencou-se, no anverso, o clube como responsável pela primeira Biblioteca Negra em Pelotas.

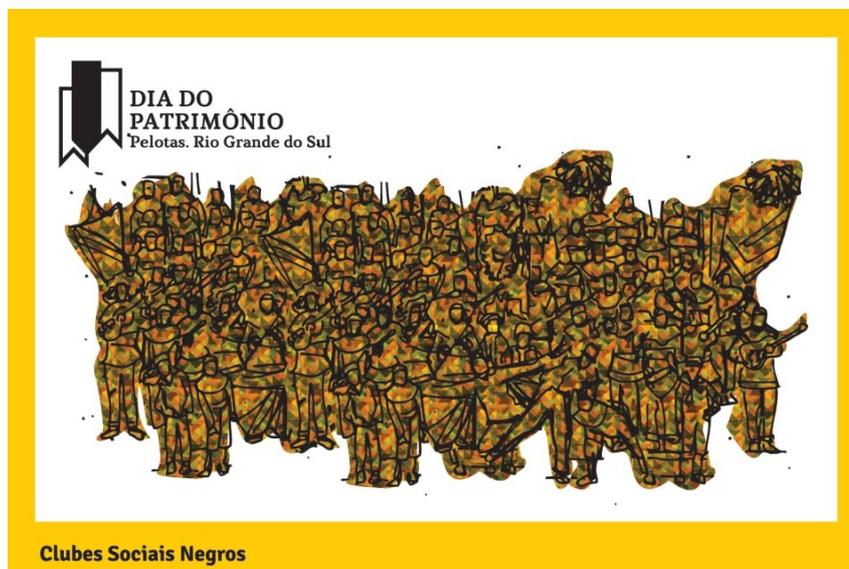


Figura 31 - Clubes Sociais Negros

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Neste ano a cidade também foi construída através de personagens. O cartão-postal Mestra Griô Sirley Amaro (Figura 31) materializa as discussões do já

citado encontro nas *Conversas* de 2014⁵⁵. Como ela relatou para Felipe Martins “Sou uma preservadora da minha etnia e do que vivi, da descendência negra em Pelotas, minha cultura” (REVISTA DO DIA PATRIMÔNIO, 2014, p. 21). Sua relação com a cultura local é inquestionável, pois ao longo de 13 anos compartilhou em oficinas, rodas de conversa e eventos culturais diversos da cidade sua vivência negra. Dona Sirley, como era chamada por muitos (as), possibilitou conhecermos outras versões da história cultural de Pelotas. Sirley Amaro faleceu recentemente deixando um legado vivo para a memória negra da cidade.



Figura 32 - Mestra Griô Sirley Amaro

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

As memórias de Rodolpho Xavier, cidadão pelotense negro do início do século XX e figura emblemática na articulação por uma sociedade justa e igualitária também aparece nos processos de *objetificação* da Pelotas negra histórica. Rodolpho foi um dos principais articuladores do jornal *A Alvorada*, fundado em 1907 por um grupo de operários negros. Reconhecido como um flâneur e memorialista, Rodolpho ao longo de sua vida fez duras críticas aos negros que queriam se branquear. No contexto do *Dia do Patrimônio* mostrou-se a importância de Rodolpho na luta contra o racismo na cidade, onde até o fim de sua vida acreditou que sem o embate de cada negro pelotense “nem mesmo Oxum teria forças para libertar

⁵⁵ Verificar capítulo 4, item 4.1.

aquela cidade, escrava das suas próprias nostalgias” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 7).

No texto “Ícones inesquecíveis: a recente contribuição negra em Pelotas”, Fábio Gonçalves trouxe as personagens negras locais que muitas vezes não aparecem em espaços institucionais. Fábio trouxe à baila as figuras do carnavalesco Tio Mira, presidente de clubes da cidade nos anos 80; a educadora Maria Helena Vargas, conhecida popularmente como “Helena do Sul” e importante articuladora da educação inclusiva⁵⁶; o geógrafo e militante do movimento negro Professor Jorge (figura emblemática na luta pela superação das desigualdades raciais na região); os revitalizadores do tambor de sopapo e cantores de alcance internacional Mestre Batista e Giba Giba; a cantora Giamarê, artista que sempre sublinhou a história negra em suas performances; o também ativista Rubinei Machado (Presidente do Conselho para Participação e o Desenvolvimento da Comunidade Negra e responsável pela revitalização do Clube Cultural Fica Ahí). Finaliza sua contribuição para Revista do Dia do Patrimônio afirmando que:

(...) sempre que há um sentido maior para luta pela igualdade racial em todos os seus aspectos, e para que possamos nos mirar nos exemplos céleres dos que nos antecederam, e entregaram literalmente a vida, em nome de uma causa, para que hoje pudéssemos todos, negros e não negros, desfrutar de melhor sorte. (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 9)

O cartão-postal Sopapo (Figura 32) representou a comunidade negra a partir deste instrumento que no passado foi produzido por pessoas negras escravizadas durante o período charqueador da cidade. Na década de 1950 foi incorporado às escolas de samba de Pelotas, assim como das cidades de Rio Grande e Porto Alegre. Atualmente é ícone identitário da comunidade negra estadual, sendo incorporado ao universo da música e dança afro-brasileira. Giba Giba e Mestre Batista, Griôs pelotenses, foram os responsáveis pela manutenção e revitalização do instrumento.

⁵⁶ Em julho de 2020 sua importância para Pelotas foi reconhecida dando nome a Escola Municipal Maria Helena Vargas localizada no Bairro Sítio Floresta, zona norte da cidade.



Figura 33 - Sopapo

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

As águas aparecem novamente como forma de interpretar a cidade. Desta vez no cartão-postal “Arroio Pelotas” (Figura 33) que pontua o caráter oficial do bem como Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul, reconhecido em março de 2003. Toda edição do ritual ao menos uma das imagens dos cartões-postais compartilha algum fragmento material das referências culturais. Neste ano, a Estação Férrea (Figura 34) foi a escolhida em homenagem aos 130 anos de sua construção. Esta estação foi inaugurada em dezembro de 1884 sendo seus trilhos essenciais para o transporte de gado e charque até o porto de Rio Grande, onde a produção era escoada (PELOTAS TURISMO, 2020).



Arroio Pelotas

Figura 34 - Arroio Pelotas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Estação Férrea de Pelotas

Figura 35 - Estação Férrea de Pelotas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Para fechar os caminhos objetificadores da negritude em Pelotas o *Conversas* trouxe as narrativas da periferia da cidade com o tema “Cultura Rap e Hip-Hop brasileira e pelotense” com o DJ local Vagner Borges (Figura 35). Para Vagner é impossível descolar a cultura Rap e Hip-Hop dos clubes negros da cidade que, em meados da década de 1980, tocavam *black music*. Em um contexto

nacional, aponta o conversante, os grupos de rap começaram a tomar conta dos festivais de rua realizados por Mister Pelé. Foi neste contexto que surgiram nomes que vieram a ter forte apelo para comunidade hip-hop, como a dupla Boca e Mabeiker, Movimento Rua, TWM, Calibre 12, Racionais Mc's, Ideologia de Vida, Consciência Negra Rap entre outros (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 20). Encerrando sua contribuição, Vagner mostra a conexão do hip-hop com o grafite, assim como sua importância para cidade de Pelotas:

“Então o Hip-hop é um patrimônio cultural da cidade de Pelotas, que vem fazendo há muito tempo um trabalho de transformação social com a prevenção contra as drogas, violência e evasão escolar. E a transformação visual com o grafite que vem embelezando a cidade, dando vida a lugares ermos, tapumes, muros e evitando a pichação em patrimônio, o que na forma da lei é um crime” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2014, p. 20)



Figura 36 - DJ Vagner Borges no último encontro das Conversas do Dia do Patrimônio 2014

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

5.3 Pelotas Natural: Patrimônio de Águas (2015)

“Pelotas das Charqueadas, pintando de vermelho o rio, sangue e lágrimas misturados na água doce, que às vezes salga. Pelotas de seus riachos, sangas e açudes, das corredeiras, das cachoeiras, enchendo o ar da Serra dos Tapes com aquele barulhinho bom. Pelotas dos esportes náuticos, dos veleiros e dos caiaques, das pranchas de windsurf, que agora voam, num pára-quedas. Pelotas dos remadores, dos nadadores, dos homens do mar de dentro. Pelotas da gastronomia, dos frutos do mar antecipando os doces,

da água limpa, lavando tudo. Pelotas do Laranjal, do Barro Duro, da lua cheia na lagoa, da conversa, da caminhada, da trilha, da descoberta. Pelotas das religiões, do encontro único de lemanjá com Navegantes, unindo umbandistas e católicos numa mesma reverência. Pelotas das águas. Pelotas de todos nós” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2015, p. 2)

A relação de Pelotas com a água transcende a temporalidade charqueadora. Conforme Rafael Milheira, para Revista do Dia do Patrimônio 2015, antes da urbanização do município grupos indígenas como Charrua e Minuano viviam na região e instalaram-se às margens da Laguna dos Patos (Figura 36) e de outros cursos d'água. O nome da cidade, como já compartilhado, deriva da embarcação feita de couro chamada pelota, utilizada para a travessia dos córregos com origens a comunidades indígenas da região. Porém, a delimitação urbana ocorreu próxima às águas,

“(...) devido à necessidade de escoamento dos produtos da indústria charqueadora, que entende-se ter sido a concretizadora de um sistema escravista no sul do Brasil, por utilizar o trabalho forçado de uma grande quantidade de pessoas pertencentes a grupos africanos e afro-descendentes. Foi próximo às águas, portanto, que uma gama de indivíduos de diferentes grupos mantinha vínculos sociais, econômicos e culturais” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2015, p. 5)



Figura 37 - Laguna dos Patos

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

A terceira edição do ritual imaginou a cidade a partir de sua geografia líquida. Aliás, esta questão da geografia teve vez no anverso dos cartões-postais da série. Um mapa situando onde eram os lugares e/ou patrimônios expressos nas imagens

desenharam aos visitantes (e possíveis colecionadores de cartões-postais) os espaços da cidade. O tema foi proposto na finalidade de estabelecer

“(…) novos ângulos de visão para as águas que nos cercam, para a água que por vezes flutua em nossa paisagem e sempre foi uma **marca de identificação de Pelotas**, para todas as atividades que prescindem da água para nossa subsistência e lazer, para as regiões da cidade que conhecemos menos e cuja hidrografia tivemos o cuidado de melhor representar graficamente” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2015, p. 2, grifos meus)

Neste ano convidou-se a cidade a uma “redescoberta” de si, na tentativa de evidenciar o elemento como ente que se relaciona com as pessoas e espaços da cidade, fixando sua dimensão como bem cultural. Nos debates sobre recursos hídricos e cidadania abordou-se a questão da água enquanto algo a ser preservado, entendida como um patrimônio cultural, refletindo sobre a sustentabilidade e consciência da comunidade:

“Há a necessidade de desenvolver consciência cidadã, com sentimento de pertinência ao território e de responsabilidade, individual, coletiva e compartilhada sobre o destino deste território e seus recursos hídricos sob a perspectiva de sustentabilidade. Para isso temos que realizar uma forte mobilização social para que se estabeleça e promova a prática da cidadania em todos os níveis: individual e nos diversos coletivos, famílias, escolas, bairros, cidades, sub-bacias e outros, mobilizados e suficientemente instruídos em um bem articulado Programa de Educação Ambiental em que, cada um, possa se saíba, dar sua contribuição em cada contexto e que qualifica a atuação do Fórum das Águas” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2015, p. 3-4)

Neste debate da cidadania, ainda tentou-se mostrar como as águas estabelecem relações nas diversas temporalidades da cidade “(…) com as entradas e saídas de escravos, de charque e de outros produtos e mercadorias; os ofícios que necessitam dos córregos, como as lavadeiras, os pescadores e os barqueiros, entre outros; as práticas de esporte e as interações de lazer como: festas, celebrações religiosas, passeios, turismo, etc.” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2015, p. 5-6).

Na atualidade, algumas regiões que se conectam com o elemento água são espaços de sociabilidade, como a Praia do Laranjal (Figura 36), com o calçadão e seu Trapiche. Também com o Canal São Gonçalo, onde se encontra o Quadrado, espaço de lazer da comunidade do Bairro Porto. Os arroios da zona rural, com suas cachoeiras e antigos moinhos, mas também o “Arroio Pelotas, propício a passeios de barco e em cujas margens localiza-se a maior parte das antigas charqueadas.

Porém, Pelotas contém vários outros lugares de águas em que ocorrem as trocas sociais, que incluem espaço de moradia” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2015, p. 5-6).

As religiões também foram abordadas na interpretação de Pelotas com o tema das águas. No último encontro das *Conversas do Dia do Patrimônio* em 2015 o painel “Água e Religião” tentou imaginar a cidade no que tange à sua diversidade religiosa. Na ocasião, o encontro contou com a participação de Jaime Bendjouya, membro do Conselho Municipal de Diversidade Religiosa, colaborador do Conselho do Ensino Religioso do Rio Grande do Sul e representante da Coletividade Israelita de Pelotas; Jorge Fernando Cabral, coordenador do Conselho do Ensino Religioso, Fórum dos Conselhos Municipais de Pelotas e representante da Igreja Batista Morιά em Pelotas; Frei Natalino Fioroti⁵⁷, pároco na paróquia São José, coordenador dos Freis Capuchinhos em Pelotas e Rio Grande e assessor espiritual da Ordem Terceira Franciscana Secular; e Iyá Gisa D'Oxalá, membra da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, do Conselho Estadual de Terreiro e do Comitê Municipal da Diversidade Religiosa. O encontro teve a mediação do professor e pesquisador sobre religião no espaço urbano Francisco Pereira Neto, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPEL.

O resultado deste momento de troca se materializa no cartão-postal “Encontro de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes” (Figura 37), cuja representação compartilha no âmbito público as diferentes facetas das águas para grupos diversos, que ao mesmo tempo unifica esses grupos. Em Pelotas, a devoção à Iemanjá e à Nossa Senhora dos Navegantes ocorre no dia 2 de fevereiro (como já mencionado em 2014). Possuem forte representatividade para comunidade pelotense mobilizando o patrimônio cultural “imaterial” das religiões de matriz africana e católica. A festa acionada na representação ocorre na orla da Laguna dos Patos: a primeira no Balneário dos Prazeres (Laranjal) e a segunda na Colônia de Pescadores Z3. Em um determinado momento das comemorações, na chegada às margens da Laguna, as imagens embarcadas compartilham o mesmo lugar no Balneário dos Prazeres. Como salientado por Clotilde Victória para Revista do Dia do Patrimônio 2015:

⁵⁷ Em 2015 o Frei recebeu o título de Cidadão Pelotense.

“(...) não há como ignorar o conteúdo místico, senão sagrado, atribuído a esse elemento natural em diversas culturas. Confere-lhe tamanha riqueza espiritual que, muitas vezes, deixa de representar mero simbolismo para se estabelecer no nível mais íntimo dos sentimentos e das crenças de diferentes grupos humanos. Assim, não seria exagero dizer que a água não serve como princípio e fim e que adquire tamanha importância porque o futuro da sociedade depende, em grande medida, das ações realizadas hoje, em relação a esse recurso - bem cultural da humanidade” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2015, p. 15)



Figura 38 - Encontro de Iemanjá e N^a Sr^a dos Navegantes

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

As representações imagéticas do tema água acionam em larga escala o processo de urbanização de Pelotas. Podemos entender que esta construção material do “imaginário líquido” da cidade, se deve a constante inculcação das águas como via para entrada de monumentos, gradis, balcões, bandeiras das aberturas dos prédios edificadas, estuques que ornamentam as fachadas e tetos dos casarões. Como também as estátuas de faiança que fazem coroamento dos frontões e das platibandas dos casarões em estilo eclético (Figura 38). Sobretudo pelo reservatório de águas escocês que em 1871, que após um decreto imperial autorizou a implantação da Companhia Hyráulica Pelotense, importante na distribuição de água na cidade. A primeira cláusula do contrato da Companhia previa a colocação de um reservatório de água no centro da cidade (Figura 39). Sem deixar de fora os chafarizes franceses de hidráulica, onde a Fonte das Nereidas (Figura 40) foi a primeira a ser instalada na cidade. Por último, se traz um fragmento

da Represa Moreira (Figura 41) construída em 1871 com suas obras concluídas em 1874, iniciando assim o abastecimento de água tratada em Pelotas.



Figura 39 - Casa 6

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

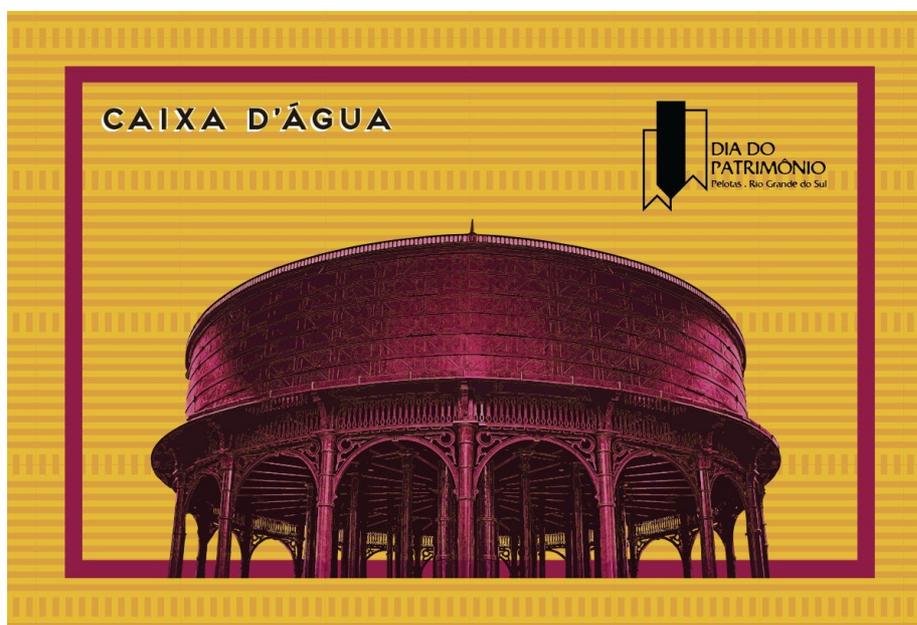


Figura 40 - Caixa D'Água

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

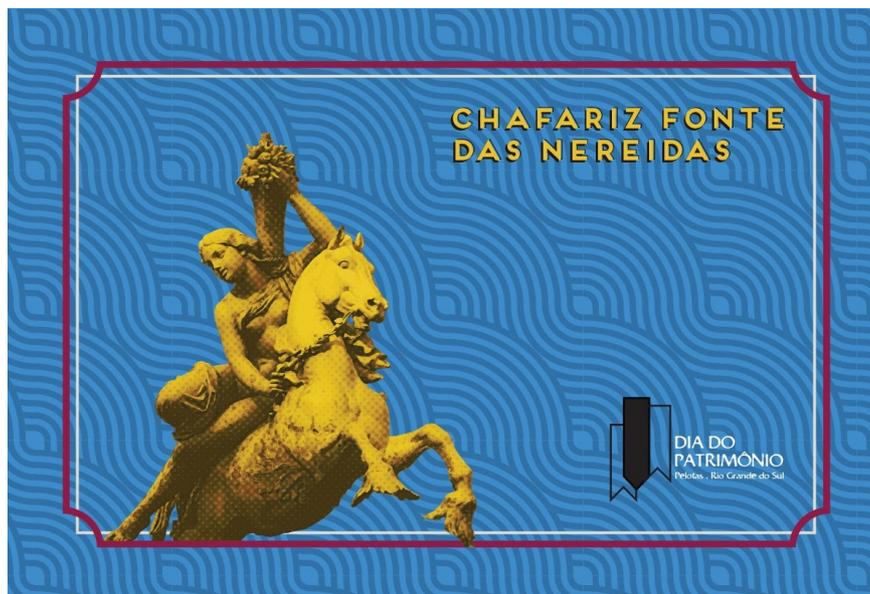


Figura 41 - Chafariz Fonte das Nereidas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Figura 42 - Represa Moreira

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

5.4 Ocupação Feminina (2016)

“Ao procurar sobre patrimônio de mulheres nos arquivos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, por exemplo, encontramos apenas coisas relacionadas ao modo de fazer, ao ofício, a forma de conservação de um patrimônio: modo de fazer artesanal do queijo minas (não o queijo minas); ofício das baianas de Acarajé (não o acarajé); e por aí em diante. Todas essas expressões, ligadas ao imaterial, afinal, o material historicamente era acessível apenas aos homens. (...) precisamos

urgentemente refletir sobre nossa relação com o patrimônio e os passos que daremos desde a contemporaneidade rumo ao futuro lutando para que concepções discriminatórias e sexistas vindas do passado não perdurem limitando nossa capacidade, enquanto mulheres, de fazer história” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, p. 11)

A quarta edição do ritual apresentou o tema *Ocupação Feminina* convidando a cidade a uma investigação sobre o protagonismo da mulher nos diversos setores da vida cultural urbana. Com forte apelo ao reconhecimento da reversão de uma cultura de violência física e simbólica, essa edição “pretendeu evidenciar as mulheres célebres e anônimas que nasceram ou viveram em Pelotas e que fizeram a cidade que hoje ela é: **múltipla, dinâmica, cultural**” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, grifos meus). As interpretações de cidade neste ano permeiam discussões como empoderamento e moda; as mulheres das religiões de matriz africana; empregadas domésticas e suas narrativas nos patrimônios culturais; o direito à cidade das mulheres, entre outros tópicos.

Um destes outros tópicos, diz respeito às narrativas do Museu da Baronesa. Mulheres diversas, em diferentes ocupações, cuidaram deste espaço que no passado foi conhecido como Solar e Chácara da Baronesa. No contexto das *Conversas* de 2016, a equipe feminina do museu discutiu “As outras mulheres do Solar da Baronesa”. Conforme as *conversantes*, a partir da demanda dos (as) visitantes em querer saber “porque baronesa e não barão?”, a equipe do museu começou a se questionar qual a importância dessa mulher em uma sociedade patriarcal e escravista do século XIX. Amélia Hartley de Brito foi casada com o Coronel Aníbal Antunes Maciel, o Barão dos Três Serros, por 23 anos (1864 - 1887). O marido morreu deixando Amélia com 8 filhos. No testamento “orientou” que ela não se casasse novamente, a fim de “zelar” pelos seus bens e de seus filhos. Assim, Amélia prosseguiu cuidando da chácara, o espaço privado, que já era seu por “direito”. Conhecida como Baronesa dos Três Serros, por longos anos ela e sua filha Dona Sinhá (casada com Lourival Antunes Maciel, seu primo) foram as referências da chácara para sociedade pelotense (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, p. 7).

Motivadas (os) pela Política Nacional de Museus (2003) sobre uma percepção crítica dos marcadores de formação da realidade cultural brasileira, em 2015 a equipe do museu lançou o projeto “Visibilidade do Negro no discurso do Museu da Baronesa”⁵⁸ no esforço de inserir outros grupos nas narrativas das exposições. Houve uma revisão sobre a missão do museu, em especial com a retirada do termo “elite”. Com isso, o Museu Municipal Parque da Baronesa passa a representar os costumes da sociedade pelotense como um todo, no período que vai das últimas décadas do século XIX até a terceira década do século XX. Essa ação se guiou através de documentos do próprio acervo. Segundo as *conversantes* identificou-se outras mulheres na construção simbólica do “Solar”:

“(…) as amas de leite Anastácia, Bibiana, Antonina e Jozefa dos Santos, que amamentaram os filhos do Barão dos Três Serros, citadas em seu testamento, em 1885, como ‘livres’, e que receberam como herança valores em dinheiro; outras amas apareceram nos livros de despesa da Dona Sinhá, a partir de 1895 - Maria, Florentina, Antonieta, Clara, Lídia; as cozinheiras Delphina e Cândida; as copeiras Rosária, Balbina, e Helena; as lavadeiras França, Clementina, Eugênia e Maria do Carmo; costureiras, como Dona Eulália e a parteira Felisberta, entre tantas outras trabalhadoras” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, p. 7)

Se Amélia e Dona Sinhá ficaram restritas ao ambiente doméstico e privado no passado, as “Tias Minas” desenvolveram outros sentidos para a vivência feminina na Pelotas do século XIX e início do XX, em particular para as mulheres negras. As “Tias Minas” eram vendedoras de quitutes na região central de Pelotas. Com seus tabuleiros de pés-de-moleque, puxa-puxas, doces de batata, cocadas, amendoim torrado e rapadurinhas, as “Tias Minas” sobreviveram, mesmo frente ao racismo e violência. Muitos desses doces são consumidos hoje em dia, sob forte influência africana. Diferente das mulheres dos charqueadores e burguesas, as mulheres negras não podiam se reservar ao espaço privado, afinal necessitavam prover seu sustento como de sua família. Este tema foi debatido pelo ritual, com vistas a visibilizar as narrativas femininas negras da *cidade-temporalidade* charqueadora. As *conversantes* do painel sobre as “Tias Minas” recordam que nas páginas da “Revista Princesa do Sul” têm-se referências destas mulheres nos espaços da cidade, assim como o racismo sofrido por elas:

⁵⁸ Conforme Moraes et. al (2019) o tema de 2014 do *Dia do Patrimônio* foi um incentivo para a equipe pensar sua exposição deste ano. À época, estava em vigência no museu a exposição “Coleção Acervo Sacro do Museu da Baronesa”. Após pesquisas que tratavam da relação dos santos católicos com as religiões de matriz africana, a exposição “O Acervo Sacro e o Sincretismo Religioso” trouxe à tona a miscigenação religiosa e os cultos de matriz africana (MORAES et. al, 2019, p. 55).

“É no exemplo da mulher Januária da Conceição, trabalhadora, doceira, quitandeira, talvez mãe e esposa, mas também, Mãe de Santo (provavelmente a sua mais importante atribuição) que seus seguidores de religião provavelmente se inspiraram para enfrentar as dificuldades que a vida dura lhes reservara. (...) Januária da Conceição, citada da revista Princesa do Sul (...), vendia seus produtos em banca do Mercado Público, não temos um histórico de como chegou a esta posição, entretanto, durante o texto da Revista, é demonstrado claramente, que a cultura do ‘outro’, no caso a afrodescendente em sua manifestação religiosa não era aceita, era rejeitada e reprimida pelas autoridades” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, p. 13)

Conectando-se a esta Pelotas do passado algumas representações eternizam esta cidade através das imagens. No cartão-postal “Lavadeiras do Santa Bárbara” (Figura 42) tem-se uma homenagem ao ofício destas mulheres que trabalhavam no antigo leito do Arroio Santa Bárbara. Por longos anos a atual rua Dr. Professor Araújo recebeu o nome de “Rua das Lavadeiras”, pois é a travessa que liga outras vias a este local. Noutra representação imagética, a Bibliotheca Pública Pelotense (Figura 43), única “materialidade” da série, destaca seus ornamentos sob a figura de uma mulher. O anverso deste cartão-postal, comunica a marca constante de sua história, que em maior destaque está a criação dos primeiros cursos gratuitos de alfabetização e a realização das primeiras reuniões do Clube Abolicionista na cidade.

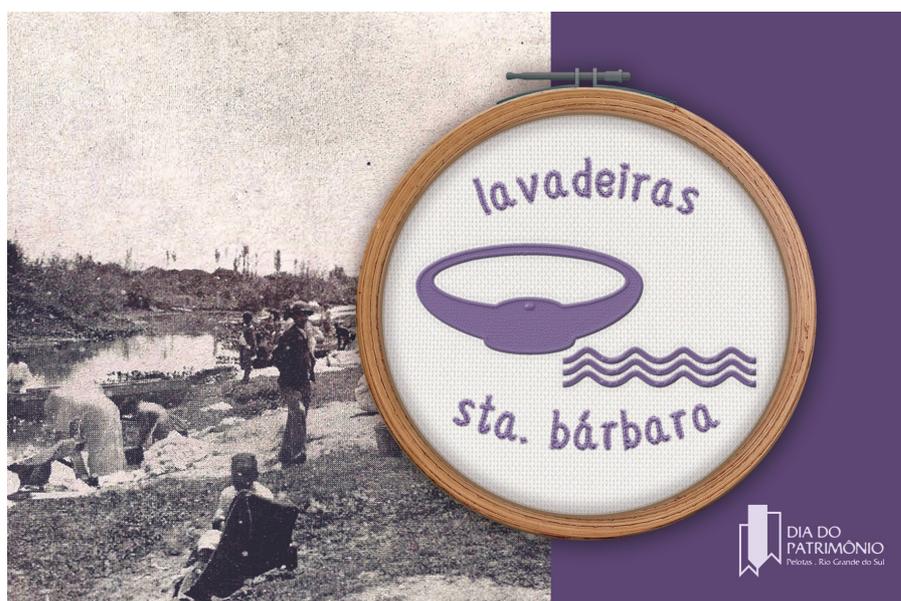


Figura 43 - Lavadeiras do Santa Bárbara

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas



Figura 44 - Bibliotheca Pública Pelotense

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Os debates em torno do recorte de raça não se fizeram presentes somente na construção histórica da cidade. O lugar da luta feminina negra no tempo presente trouxe à tona a construção do imaginário social sobre o corpo da mulher negra. Para Carla Ávila, *conversante* em 2016, este imaginário remonta ao período colonial, onde para os portugueses a “morena” era sua preferida para satisfazer seus desejos sexuais. O eco desta construção, conforme Carla, glorifica a representação da “mulata”: “‘branca para casar, mulata para fuder e negra para o trabalho’”. São expressões, pensamentos, teorias que se dissolvem no imaginário social e ainda hoje causam dor e estigma a mulher negra (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, p. 9). Neste encontro, também se debateu as vivências das mulheres negras africanas vivendo em Portugal, afirmando as estruturas do racismo. Sobretudo, aponta o sentido simbólico desta violência que imputa à mulher negra o local de ser “naturalmente” inferiorizada.

Se entrelaçando com as discussões de raça, mas desta vez na memória musical da cidade, as artistas DJ Helô e Giamarê formam a personificação desta Pelotas negra e feminina. Heloísa Helena Ferreira Duarte, conhecida popularmente como DJ Helô (Figura 44) tem formação em Produção Fonográfica com forte apelo na cena cultural pelotense. Desde a década de 1990, promove as já conhecidas *Festas da Helô*. Nos últimos anos participou das programações do Festival de Jazz

de Pelotas, da Cidade do Samba e da Virada Cultural de Pelotas. Idealizadora da festa soul vinyl e do projeto que leva a festa nos bairros de Pelotas. Atualmente, Helô comanda às segundas e sextas-feiras o programa "Navegando" na RadioCom, cujo foco é entrevistas, eventos e dicas culturais.



Figura 45 - DJ Helô

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Ligiamar Brochado Jesus, conhecida popularmente como Giamarê (Figura 45) foi uma cantora pelotense. Iniciou na música ainda na infância. O início de sua carreira se deu aos 11 anos de idade, onde realizou sua primeira apresentação no Estádio Bento Freitas, em Pelotas. Giamarê é uma figura importante para comunidade negra local, pois sua ancestralidade sempre esteve presente em sua arte. Ficou conhecida por inserir em seu repertório a sonoridade do Tambor de Sopapo, símbolo da cultura negra estadual. Sua relevância ganhou reconhecimento oficial em 2012 no “Encontro Nacional de Mulheres da Música Popular Brasileira” de Pelotas e em 2019 com sua presença no folder “Ícones Inesquecíveis: a Contribuição Negra para Pelotas da Contemporaneidade” em homenagens a pelotenses que construíram (e ainda constroem) a cena artística e cultural da cidade. Giamarê faleceu em dezembro de 2011, deixando um legado incontestável.



Figura 46 - Giamarê

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Seguindo esta linha de saberes e “patrimônios vivos”, o ritual também celebrou as artistas Soninha Porto e Seli Maurício. Sônia Porto Farias é natural da cidade de Rio Grande, radicada em Pelotas e conhecida popularmente como Soninha Porto (Figura 46). Em 2015 recebeu o título de Cidadã Pelotense pela Câmara de Vereadores. Iniciou sua carreira profissional aos 5 anos de idade. Filha de músicos, é uma das mais antigas cantoras da Era de Ouro do rádio brasileiro, onde teve a oportunidade de cantar ao lado de grandes nomes como Cauby Peixoto, Ângela Maria, Nelson Gonçalves, Vicente Celestino, Luiz Gonzaga, Mazzaropi e Sílvio Caldas. Seu show é intimista e cativante, contagia o público com histórias de vida e com verdadeiras declarações de bem-querer por Pelotas (DIA DO PATRIMÔNIO, 2016).



Figura 47 - Soninha Porto

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Outra personagem acionada na interpretação da cidade é a artista plástica e bonequeira Seli Maurício (Figura 46). Nascida em Morro Redondo, Seli reside em Pelotas há mais de cinco décadas. Sua obra mais conhecida é “Via Sacra da Igreja da Luz” produzida em 1977 para decorar as paredes da Paróquia Nossa Senhora da Luz em Pelotas. “Tia Seli”, como é conhecida pelo público infantil, é pioneira no teatro de bonecos profissional em Pelotas. É fundadora do grupo Trio Pilha, o primeiro a participar do Festival Internacional de Teatro Bonecos de Canela em 1998. No início dos anos 1990, criou o espaço “Praça da Paz”⁵⁹, que conta com o trabalho paisagístico da artista na Praia do Laranjal na tentativa de trabalhar o sensível, lúdico e natural ativando os sentidos de quem ali está. À época da edição de 2016, Seli lançou a série de desenhos “Mulheres Guerreiras/Luzes da África”. No ano de 2014, participou das atividades do *Dia do Patrimônio* com exposições com o tema de africanidades. Como pontua o anverso do cartão-postal a artista “atua entre o erudito e o popular e entre o sagrado e o profano” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2016).

⁵⁹ Para entender um pouco mais sobre a narrativa de vida de Seli e a trajetória da Praça da Paz verificar o documentário “História de um Jardim”, produzido em 2014 pelo Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/curtas/filmes/seli-mauricio-historias-de-um-jardim/#non>



Figura 48 - Seli Maurício

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Para a *Revista do Dia do Patrimônio* 2016, a artista inspirou-se na Pietá de Michelangelo para retratar a vulnerabilidade, violência e acesso a direitos da população negra brasileira. Em especial a dor das mães negras. O texto foi produzido a partir das reflexões da jornalista Eliane Brum⁶⁰. Como retrata Seli “o mundo em breve terá que conhecer uma nova Pietá, incrivelmente humana, sofrida e negra, que todos se negam a olhar, pois esta não foi esculpida pelas mãos de um grande artista renascentista que revestiu de uma rara beleza e de um sublime olhar. Mas agora o mundo terá de olhar para a verdadeira Pietá de carne e osso. Ela tem o rosto ensanguentado com o sangue do próprio filho” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2016, p. 9). Trago esta contribuição da artista para entendermos a visão desta que, aos olhos de muitos (as), é incompreendida (como ela mesma afirma).

⁶⁰ A matéria em questão é “O golpe e os golpeados: a barbárie de um país em que as palavras já não dizem” para o jornal El País. Na reportagem, se retrata a dor de Sheila Cristina Nogueira da Silva, moradora do Morro Querosene, que ao retornar para casa de uma saída rotineira ao mercado encontrou seu filho, vítima de uma bala perdida, coberto por um lençol na porta de casa. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/20/opinion/1466431465_758346.html.

5.5 Territórios Daqui: Identidade e Pertencimento (2017)

“O Dia do Patrimônio chega a sua quinta edição valorizando o que a cidade tem de melhor: *sua gente*”, disse a prefeita Paula Mascarenhas para a *Revista do Dia do Patrimônio*. Neste ano o ritual se construiu com “ares” de festejo, prestando um tributo às edições anteriores, afinal como aponta o poder público acabou-se “encontrando muito da cultura negra em nossos bairros, assim como o protagonismo das mulheres nas lideranças comunitárias, nas práticas artísticas e na produção de conhecimento” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017. p. 2). Desse modo, o ritual se debruçou sobre a pluralidade urbana, olhando para a dinâmica cultural produzida nos bairros. O ritual aciona, pela primeira vez, o sentido de *reinvenção* para interpretar a cidade. Conforme a prefeita Paula Mascarenhas:

“Porque ao falar nos territórios daqui, nos encontros e reencontros, nas narrativas cotidianas ou míticas que acontecem em cada um de nossos bairros, estamos falando de nós, desse povo intenso e **diverso**, que construiu a cidade, e a **reinventa** cada dia. Nossa riqueza é nossa maior **diversidade**” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 2, grifos meus)

E reforçado pelo o ex-secretário de cultura Giorgio Ronna:

“(…) Revisitar as paisagens urbanas, rurais e **humanas** sob as diversas camadas temporais nos leva a uma reencenação das histórias de dor, luta e conquista de todas as pessoas que nos antecederam na construção de nossa cidade, mas também nos aproxima como cidadãos que dividem e **reinventam** diariamente este território chamado Pelotas” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 2, grifos meus)

É no bojo das narrativas construídas “às margens da cidade” com suas histórias, monumentos, conflitos, mitos e personagens que a Pelotas dos “Territórios Daqui” tomou corpo. Uma forte atenção às características humanas na produção da ideia de patrimônio cultural emergiram, fixando-se como o legado indelével desta gente com forte apelo ao “entendimento dos espaços públicos de Pelotas como lugares de diálogos, reduzindo desigualdades e ampliando a inclusão social” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017. p. 2).

Para desenhar a construção deste tema, precisamos retomar as definições do Plano Diretor da Cidade de 2008 que normatizam o espaço. Conforme o Plano, Pelotas dispõe de 7 Regiões Administrativas Urbanas: Areal (zona leste); Barragem (zona oeste); Centro (zona central); Fragata (zona oeste); Laranjal (zona leste); São Gonçalo (zona sul); e Três Vendas (zona norte). Também constrói sua narrativa territorial a partir dos 9 distritos, distribuídos entre a Colônia Z3 (2º distrito), Cerrito

Alegre (3º distrito), Triunfo (4º distrito), Cascata (5º distrito), Santa Silvana (6º distrito), Quilombo (7º distrito), Rincão da Cruz (8º distrito) e Monte Bonito (9º distrito). Oportuno frisar que a conexão entre rural e urbano compôs a construção das identidades e pertencimentos do ritual.

Os debates propuseram certa “desconstrução” da dicotomia centro - periferia, uma vez que as relações desenvolvidas nestas “margens” escapam da própria definição das Regiões Administrativas. Esta questão foi abordada pelo professor Sidney Gonçalves, do Departamento de Geografia da UFPEL em uma *Conversas do Dia do Patrimônio* sobre o Bairro São Gonçalo. Para o professor, o bairro não passa de uma invenção legal que nada tem a ver com sua origem. Este bairro se localiza às margens do Canal São Gonçalo, via fluvial que se conecta com a Laguna dos Patos e Lagoa Mirim:

“O principal caráter identitário presente nessa delimitação está justamente na presença e na relação com o canal São Gonçalo, como uma chamada de atenção que busca lembrar a todos da existência desse importante fator geográfico natural, cujo reconhecimento histórico e ambiental deveria remeter ao respeito pelo patrimônio natural da área” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 15)

Esta característica inventada pelo Plano de 2008, não dá conta das narrativas já construída sobre este território pelas localidades históricas como Anglo, Balsa, Nossa Senhora de Fátima, Navegantes, Cruzeiro do Sul, Humuarama, Marina Ilha Verde, Mário Meneghetti, Ambrósio Perret e Chácara da Brigada, pois conforme Sidney “antes de serem moradores do São Gonçalo, já moravam nesses lugares” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 16). Hoje o bairro é resultado do planejamento urbano de violência simbólica, pois anula-se toda identidade vivida em prol da urbanização heterogênea. Com isso, os (as) novos (as) ocupantes se incorporam ao tecido urbano sem conexão alguma com as memórias tecidas ao longo do tempo nestes territórios. Sidney finaliza sua reflexão apontando o que é o São Gonçalo hoje:

“O Bairro São Gonçalo, área de ocupação imobiliária recente, vive sob a lógica desses conflitos que de um lado colocam a história de seus ocupantes tradicionais e, de outro, os interesses dos novos ocupantes. Há que se salientar que, também do ponto de vista histórico, a área possui relevante importância, haja vista a localização dos primeiros caminhos da cidade que desembocavam no canal São Gonçalo, na localidade do Passo dos Negros, e formara o Corredor das Tropas, hoje Avenida São Francisco de Paula, no caminho do gado até o Lorgradouro Público (Tablada). Além disso, o conflito ambiental também é evidente, pois se trata de área de

Cardoso é uma personagem da obra "Contos Gauchescos" de autoria do escritor pelotense João Simões Lopes Neto.

história e importância do Passo na *cidade-temporalidade* charqueadora. Como também os desdobramentos do Engenho Cel. Pedro Osório para o desenvolvimento da região e construção dos elementos simbólicos que hoje detém sentido para as pessoas que ali moram. O cartão-postal Passo dos Negros (Figura 47) é a materialização destes debates, que conforme os *conversantes* muitas marcas relacionadas à paisagem do espaço estão sendo apagadas, de propósito ou não.

“Ainda existem na localidade marcos deste período do charque e, tempos depois, dos abatedouros: a ‘ponte dos dois arcos’ e um trecho do caminho das tropas. Como é uma região alagadiça o acesso das tropas de gado e da população apenas era possível por meio de uma pequena ponte de tijolos construída, por mão de obra escrava, no antigo corredor das tropas. A ponte é a memória mais antiga naquela região de algo construído por pessoas escravizadas, que não tiveram suas narrativas valorizadas” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 12)



Figura 49 - Passo dos Negros

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Ainda sobre os territórios negros de Pelotas, as comunidades quilombolas foram alvo das discussões. Na história de Pelotas o quilombo Manoel Padeiro é o mais conhecido, sendo o verdadeiro “terror” para elite charqueadora na primeira metade do século XIX. Para pensar os territórios negros, conforme as *conversantes* Rosane e Leandra, nos remetemos a um espaço ocupado por diferentes “ações práticas e simbólicas, passando a servir de suporte para a manutenção de redes de socialidade que, em grande medida, eram alijadas dos espaços sociais convencionais, em consequência do preconceito racial que perdura no pós-abolição”

(REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 13). Este território não é isolado, ou seja, não existe nos limites das três principais comunidades da região, a saber Algodão, Alto do Caixão e Vó Elvira (reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares), pois

“(...) o território e o pertencimento em comunidades quilombolas, a considerar as três comunidades de Pelotas, não se constroem apenas por meio da fixação a um lugar específico. Esta fixação é importante, e permite a transmissão no tempo de uma série de marcadores da identidade. Mas o território, o pertencimento e a identidade são pensados também a partir destas redes de sobrevivência, e que interligam várias comunidades ou locais específicos, vários deles situados em outros municípios” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 14)

Neste contexto da ruralidade, onde se inserem as comunidades quilombolas, também é espaço de produção e acabamento de grupos de imigrantes europeus. Os “saberes e sabores” da Colônia de Pelotas foram pensadas a partir das contribuições da equipe do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (GEPAC)⁶² cujo foco são os debates sobre práticas culturais relacionadas à alimentação para pensar o meio rural. Para isso, trouxeram os contextos das colônias Maciel e São Manoel (localizadas no 8º distrito de Pelotas) a fim de elucidar as identidades deste território. Tendo a cozinha como foco, as *conversantes* Renata Menasche, Carmen Machado, Vania Thies e Sara Coradi evidenciaram a relação das festas com a gastronomia.

Conforme as *conversantes*, nestas colônias acontecem dois tipos de festejos. A primeira é a religiosa Festa de Sant'Ana, organizada por e para membros da comunidade. Já a segunda é a Festa do Dia do Vinho, cujo foco é o público externo (majoritariamente urbano fomentando o turismo na zona rural). As duas festas têm em comum a comensalidade da polenta e vinho, símbolos da cultura italiana, também valorizados por alemães e brasileiros desta região. Nesse sentido, uma “identidade colona compartilhada” constitui os marcadores da zona rural, juntamente dos referenciais negros. O cartão-postal “Colônia” (Figura 48) representa esta Pelotas salientando, no seu averso, a multiculturalidade que constrói esta paisagem: “A região da Serra dos Tapes, ao sul do Rio Grande do Sul, foi

⁶² O Grupo surgiu em 2006 mas somente em 2013 foi registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. De lá pra cá, reúne pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) como também pesquisadores (as) e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Fonte: <https://www.ufrgs.br/gepac/>.

historicamente ocupada por indígenas da família linguística Tupi Guarani, negros escravizados e comunidades de organizações quilombolas, e camponeses com origem na imigração europeia” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2017).



Figura 50 - Colônia

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Ainda neste contexto das identidades distantes dos limites urbanos, as narrativas da Colônia de pescadores Z3 ajudaram a entender Pelotas. Este espaço foi ocupado durante o século XVIII por açorianos que junto de sua prática da pesca artesanal, também trouxeram as crenças a santos católicos, benzeduras, ditados populares e histórias sobre bruxas e lobisomens. Porém, é um território multicultural, onde a presença indígena e africana também constroem material e mitologicamente o espaço. Estes mitos se atualizam no presente como forma de sobrevivência para o território esquecido pelo planejamento público. As potências da Colônia Z3 são diversas e não podem ser resumidas somente aos ditados populares: gastronomia, modos e práticas próprias a singularizam. É o caso dos grupos auto-organizados de mulheres que transformam os resíduos de peixes e redes danificadas em artesanato, gerando renda e sustento para suas famílias. O feminino age na estruturação sócio-espacial, como podemos perceber na interlocução de Alessandra, moradora há mais de 30 anos da Colônia Z3:

“Posso dizer que a Colônia Z3 é lugar de sabedoria popular, magia e cultura, de mulheres guerreiras; Guerreiras sim, mas não no sentido figurado, mas no sentido literal da palavra. Mulheres que enquanto os

maridos estão no mar elas cuidam de tudo: da educação dos filhos, dos afazeres da casa... Tudo elas resolvem! Isso quando não vão acampar na lagoa com os maridos. Aqui vivem mulheres guerreiras que mesmo passando o pior dos problemas continuam com um sorriso no rosto, rosto esse judiado com tantas dores: a perda de filhos, a falta de peixe e pelas enchentes que tiram o sono, com o aumento da violência, o consumo de drogas e pedofilia...” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 10)

E ainda reverbera nas reflexões de Angelita Ribeiro e Francine Marques, sobre as bruxas e lobisomens que habitam a região:

“É nesse espaço do feminino formulado dentro da Colônia Z3 que se engendram modos de sobrevivência a um sistema econômico que produz cotidianamente a barbárie, é nesse espaço que se reconhece um embruxamento e trata-se de curá-lo, é daqui que se ouvem crianças em choro e anúncio, correntes e cavalgadas. Ainda que as bruxas, as drogas e a violência ameacem a vida de suas crianças, e que a falta do peixe tone a existência quase insuportável, a vida aqui persiste em potência... E é gerada, gestada e protegida dentro de um ventre feminino” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 9)

Um bairro é entendido como território que aglutina os desdobramentos do viver em vizinhança. É formado por pessoas que, mesmo sendo definidas pelas questões territoriais, acabam por delimitar os interesses “imateriais” comuns que constroem a identidade desta proximidade espacial. Para o coordenador da ONG AMIZ⁶³ e morador do bairro Dunas Herberto Peil Mereb, *conversante* de um dos painéis, a relação entre centro - periferia deve ser vista como um rizoma, conforme os filósofos Deleuze e Guattari. O ativista social compartilha a ideia de sociedade composta por linhas de fuga e segmentaridade, nas quais a relação sujeito - território é territorializada, estratificada e organizada. Para ele, centro e periferia estão intimamente ligados aos acontecimentos vividos, assim como as relações de poder, formações sociais, entre outros desdobramentos:

“Portanto centro e periferia, com suas linhas de fuga que não param de remeter-se um ao outro não podem ser entendidos como um dualismo ou uma dicotomia na compreensão das relações de poder. Mas é possível partir do entendimento de que é um território específico de centro ou de periferia que as práticas, saberes e instituições que determinam as relações de poder atuam, definem e exercitam seus interesses e entendimento de mundo, para além da dicotomia centro e periferia” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 5)

Esta crítica à centralidade sobre a representação da cidade, nas entrelinhas das provocações de Herberto, também teve espaço nas reflexões dos *conversantes* Arthur de Siqueira Brahm e Jonas Tenfen, com foco no Bairro Três Vendas. Os

⁶³ Para conhecer mais sobre a ONG e outros projetos da Rede Vidadania, verificar: <http://revedadania.blogspot.com/>

conversantes pontuaram que os espaços de convívio que representam a cidade estão nos limites centrais, naquilo que compreendem como a “identidade de Pelotas” e tecem a importância dos bairros no espaço urbano:

“Em uma cidade em que os símbolos de identidade são quase que monopolizados pelas figuras do Centro, o que resta aos bairros? Essa diferença fica ainda mais acentuada quando levamos em consideração as dimensões dos bairros pelotenses. Pelotas é, acima de tudo, uma cidade de bairros. A cidade não está concentrada, está espalhada por centenas de quilômetros de bairros que se desdobram sobre a planície do Extremo Sul. Só as Três Vendas possui em torno de 70 mil habitantes. Se fosse uma cidade, seria maior que 467 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 36)

E ainda continuam, salientando que embora nas Três Vendas não haja grandes monumentos, mesmo assim é um território que constrói memórias que fazem as pessoas viverem conforme o nome desse bairro, produzindo identidades. Para eles, as identidades são filhas de múltiplos pais, sendo geradas por fatores sociais, biológicos, étnicos e históricos. Nas Três Vendas, conforme os *conversantes*, a identidade é fragmentada, composta por referenciais de outras localidades próximas como os bairros Lindóia, Sítio Floresta, Pestano, Tablada ou Py Crespo. Finalizam chamando atenção para a redescoberta da cidade, através do *Dia do Patrimônio*:

“Sem catedrais, palácios ou grandes prédios oficiais, os bairros e suas divisões constroem sua identidade em suas ruas lentas, seus mercadinhos e praças sem bustos de bronze. Longe do holofote que recai sobre o Centro, comunidades crescem e se desenvolvem dentro do Fragata, Areal e, especialmente, nas Três Vendas. São únicas na sua diversidade. Suas paisagens não estão em cartões-postais ou panfletos turísticos, mas isso não os torna menos parte de Pelotas. Que este Dia do Patrimônio sirva para os pelotenses descobrirem isso” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 37)

O Bairro Fragata (conhecido como “bairro cidade”) foi representado no ritual a partir de seu passado. No citado Plano Diretor da Cidade (2008) uma ampliação ao conceito de patrimônio pode ser percebida, através de valores não somente estéticos. Não citando diretamente o “patrimônio industrial”, este reconhecimento amplo insere as construções paisagísticas e sociais que contemplam esta categoria de bem cultural. Desse modo, esses termos aparecem como características das Áreas de Especial Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC) do Plano. Segundo a *conversante* Jossana Peil Coelho, no Plano encontra-se o Parque Linear Bairro Fragata, que compreende a extensão da Praça 20 de setembro e Avenida Duque de Caxias. Nesta paisagem cultural, encontra-se a Laneira Brasileira S.A, que na

década de 1949 iniciou suas atividades e acabou impulsionando o crescimento do bairro Fragata (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 32-3).

Noutro momento, o patrimônio industrial também teve espaço nas reflexões sobre o território da cidade. Desta vez, fazendo menção a zona industrial do Bairro Porto. Conforme Melina Monks da Silveira e Douglas Junior para *Revista do Dia do Patrimônio*:

“A atividade industrial é um grande fenômeno de transformação do território e da paisagem urbana, resultado de uma estreita relação entre sociedade e território e suas atividades em um certo período histórico. No bairro do Porto, em Pelotas, não seria diferente. Neste contexto, as zonas portuárias representam um cenário de grandes transformações das cidades industrializadas” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 34)

Sobre este tópico para compreensão da cidade, o cartão-postal “Fábricas” (Figura 49) visibiliza este momento da construção cultural, histórica e memorial da cidade de Pelotas. Afinal, como aponta Jossana Peil Coelho em seu texto para a *Revista*, em entrevistas com ex-funcionários (as) da Laneira fica nítida a importância da fábrica, tanto para memória pessoal quanto para a memória coletiva: “Os relatos nos mostram que a maioria dos trabalhadores da fábrica morava (e muitos ainda moram) nas adjacências e lembram, sempre com muito carinho, da época que frequentavam esse espaço” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 33)



Figura 51 - Fábricas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O Bairro Simões Lopes Neto (ou como é popularmente conhecido “Simões”) teve sua presença registrada nos debates a partir do passado, em particular pelo símbolo do bairro: o Castelo Simões Lopes (Figura 50). Na primeira década do século XX, Augusto Simões Lopes⁶⁴ decidiu lotear os terrenos de orientação norte-sul, ao oeste do desenho urbano. Em sua história, o bairro abrigou casas populares, espaço de moradia da classe trabalhadora, constituindo-se como um bairro operário. Destacou-se, ainda, por sua vanguarda no contexto urbano pela considerável rede elétrica, algo incomum à época (obviamente por se tratar de um bairro com interesse da elite). O Castelo do cartão-postal foi edificado para moradia de Augusto e sua família, com início em 1920 e término em 1923.

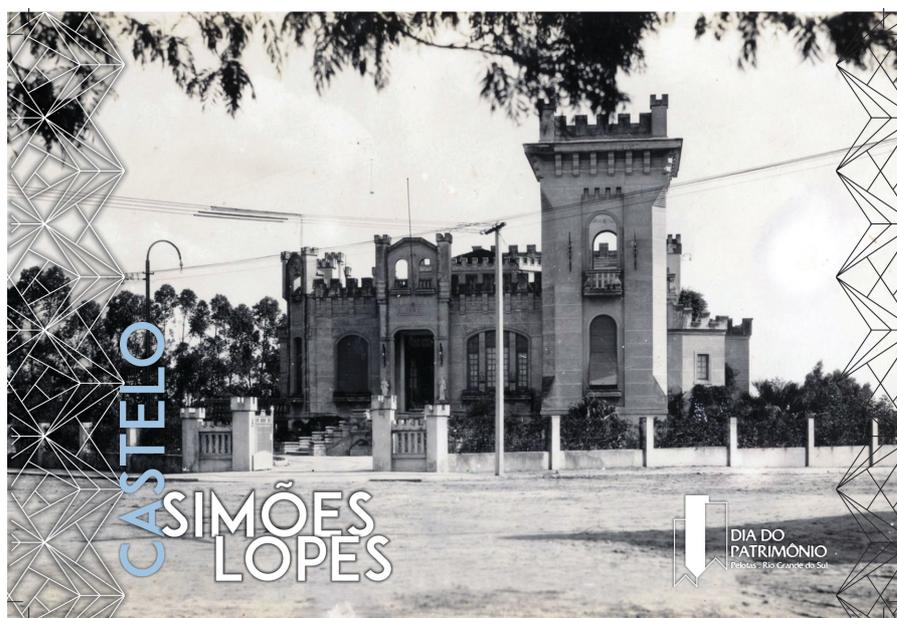


Figura 52 - Castelo Simões Lopes

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Finalizando a construção da cidade das identidades, o ritual prestou uma homenagem ao território pensando no carnaval e na ciclocultura. Pelotas, como citado no ano de 2014 tem uma relação próxima com o festejo popular. Como bem pontuado no anverso do cartão-postal “Carnaval” (Figura 51) a festa se realizou em diferentes épocas e diversos formatos, basicamente os de entrudo, carnaval veneziano e carnaval espetáculo. Nas décadas de 1960 a 80, o carnaval pelotense foi o terceiro melhor do Brasil: “A manifestação sempre esteve e segue presente na

⁶⁴ Foi o último filho do charqueador João Simões Lopes Filho, Visconde da Graça.

conformação e no cotidiano cultural de todos os territórios de Pelotas” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2017).

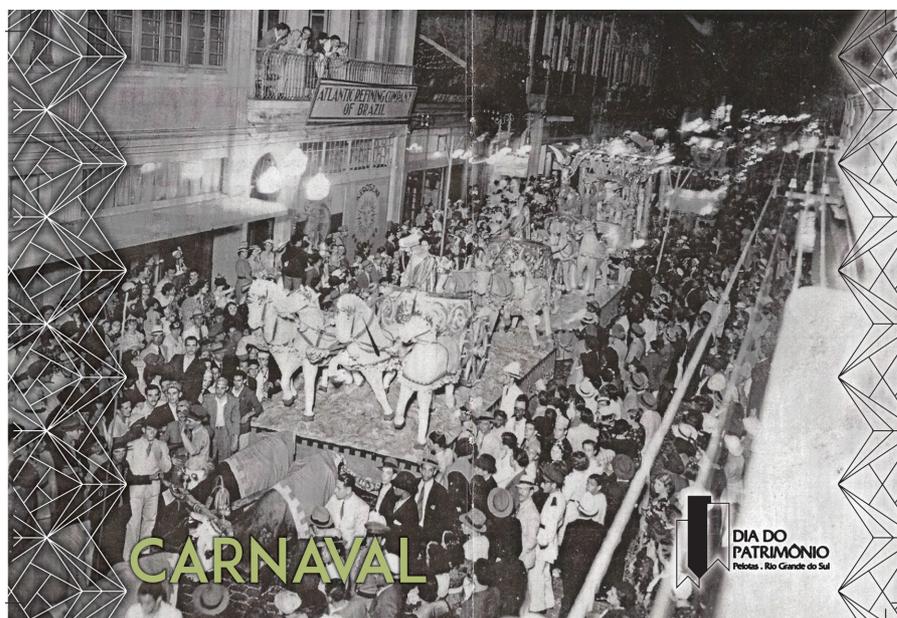


Figura 53 - Carnaval

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Dentro das abordagens apresentadas neste subitem, percebemos a configuração espacial característica de Pelotas: entre o rural e urbano, este território vai ganhando vida. A cidade é conhecida, também, por seu público universitário. Com isso, diversos eventos culturais têm a rua como espaço, comunicando outros usos às vias públicas, assim como de seu território. Nesta apropriação do urbano, o cartão-postal “Ciclocultura” (Figura 52) materializa esta cidade em transformação, polifônica e heterogênea. Conforme Patrick Tedesco, no anverso do cartão-postal:

“Podemos definir Ciclocultura, assim, como um conjunto de pensamentos e atitudes que tem aflorado no entorno da utilização da bicicleta, não apenas como prática esportiva, mas também como meio de transporte e atividade de lazer. A geografia plana dos territórios de Pelotas contribui e incentiva o desenvolvimento dessa cultura que, cada vez mais, vem imprimindo seu traço na identidade dos pelotenses” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2017)

E ainda continua, agora na *Revista*, imprimindo suas percepções sobre o que é esta Pelotas nos caminhos do século XXI, baseada em uma troca cultural e política sobre a cidade, a partir da ocupação dos espaços públicos:

“Tal efervescência está acontecendo aqui, neste momento, na emergência de novas culturas, como por exemplo a cultura da bicicleta, do skate, do parkour, das reuniões de rua e de outras formas de produção cultural. Cabe a nós dar prosseguimento à apropriação dos espaços e deixar acontecer.

Mais do que uma cidade com rico patrimônio histórico e conhecida nacionalmente pela qualidade dos doces, a população de Pelotas busca, assim, aprender e se construir como uma cidade cosmopolita, na qual coexistem, com respeito e itinação, inúmeros tipos, tribos e práticas urbanas” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2017, p. 43)



Figura 54 - Ciclocultura

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Esta foi a cidade das identidades e pertencimentos, dos “territórios daqui”. Cabe fazer uma observação sobre os cartões-postais, tendo em vista o motor deste ano do ritual: as pessoas. Diz respeito a suspensão de uma cidade, com sua “gente” que quase não aparece e, quando está presente, é de maneira tímida, suspensa a ideia de uma Pelotas em “preto e branco” e “sépia”. Ela só ganhou “cor” e vivacidade em sua última representação que desejou mostrar esta “nova Pelotas”.

5.6 Pelotas Imaterial: saberes, fazeres e ofícios (2018)

Em sua sexta edição, o ritual buscou visibilizar as “tradições imateriais”, compartilhando no espaço público a relevância deste rol de saberes e práticas que se transmitem de geração em geração. Conforme o poder público, a escolha se deve “porque sabíamos que neste ano o Conselho Consultivo do Patrimônio do IPHAN analisaria a candidatura da Tradição Doceira de Pelotas para ser reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 3). O cartão-postal “As Tradições Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas” (Figura 52) celebra o processo que iniciou em 2006, com a proposição da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal de Cultura

de Pelotas, IPHAN (financiamento e cedência da parceria) e UFPEL (execução do Inventário Nacional de Referências Culturais). Conforme Flávia Rieth, para *Revista do Dia do Patrimônio*:

“A pesquisa apontou duas tradições: a produção dos chamados ‘doce finos’, caracterizando a cidade de Pelotas, e dos doces coloniais, desenvolvidos principalmente na zona rural - envolvendo, também, os municípios que se emanciparam de Pelotas. Considerou-se, portanto, a existência de uma ‘região doceira’, que contempla, além de Pelotas, municípios próximos - a chamada ‘Antiga Pelotas’, que envolvem Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, São Lourenço e Turuçu” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 10)



Figura 55 - As Tradições Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

A relatora deste processo e ex-diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN Márcia Santanna, durante sua visita a cidade, além de conversar com as doceiras, também encontrou com a Mestra Griô Sirley Amaro. Nesta ocasião, Márcia também visitou casas de religião de matriz africana e contemplou a arquitetura da cidade. O que a cidade não esperava, com a visita da ex-diretora, é que além da salvaguarda das Tradições Doceiras como Patrimônio Imaterial Brasileiro, o IPHAN, em 15 de maio de 2018, tombaria o Conjunto Histórico de Pelotas. O pedido protegeu sete áreas verdes, com cerca de 80 edificações inscritos em três Livros Tombo: Histórico, Belas Artes e Arqueológico, e Etnográfico e Paisagístico.

Como forma de materializar esta conquista, o cartão-postal “Conjunto Histórico de Pelotas” (Figura 53) presta esta homenagem ao reconhecimento nacional às praças José Bonifácio, Coronel Pedro Osório (representada no cartão-postal), Piratinino de Almeida, Cipriano Barcelos e o Parque Dom Antônio Zattera, conjuntamente com a Charqueada São João e a Chácara da Baronesa. Este conjunto expressa e narra “ao mundo” os dois principais momentos da história local: o charque (1800 a 1900) e início da industrialização (1900 a 1930).

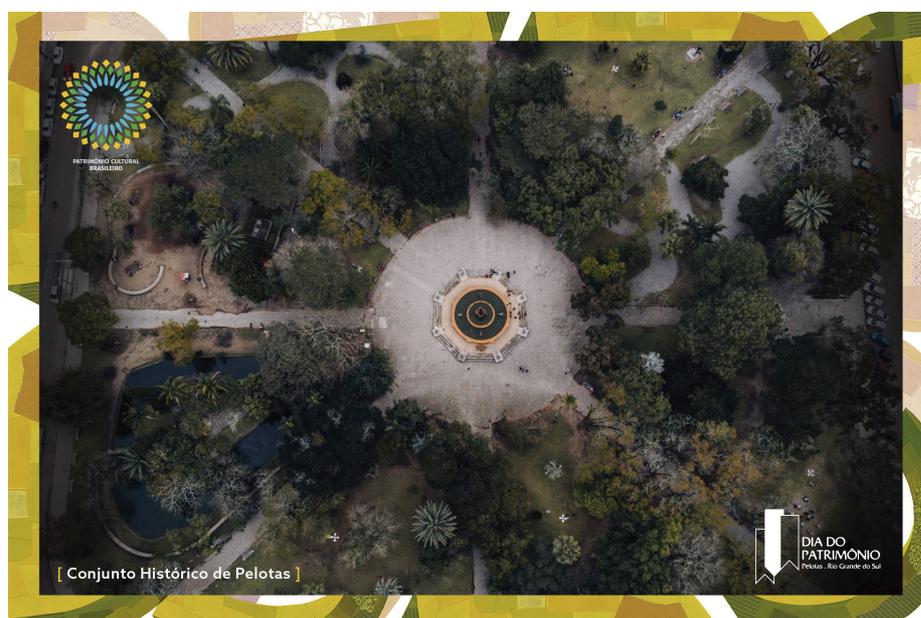


Figura 56 - Conjunto Histórico de Pelotas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Para o poder público o tema dá protagonismo aos detentores e detentoras dos saberes que fazem parte da cidade “perpetuando conhecimentos, técnicas e memórias que vêm sendo transmitidas há muitas gerações por nossas doceiras, benzedeiras, redeiras, nossos tamboreiros e guasqueiros, assim como todas as pessoas que dinamizam nossas tradições através de suas mãos, suas vozes e sua criatividade” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 3).

Neste ano a tentativa esteve em ativar os talentos, diversidade étnica e cultural, áreas verdes, monumentos, sons, ritmos, movimentos e *inventividade* do povo pelotense. O primeiro encontro das *Conversas* neste ano foi sobre o Tambor de Sopapo, com o Mestre Griô Dilermando Freitas, o músico Kako Xavier e Mario Maia, professor aposentado do Centro de Artes da UFPel. Feito originalmente com casca de árvore e couro de cavalo, o sopapo é um gênero de tambor com dimensões

simbólicas e históricas para comunidade negra gaúcha. É fruto da população negra escravizada das charqueadas de Pelotas e Rio Grande do século XIX. Na década de 1940 começou a ser usado nas escolas de samba de ambas cidades, singularizando a sonoridade da bateria destas escolas. Trago aqui alguns trechos do encontro, retirados do Facebook do *Dia do Patrimônio*:

*“Dilermando: A primeira relação da criança com a mãe é percussiva: a batida do coração. O tambor presenciou o sofrimento dos escravos, mas também é um representativo espiritual positivo. Ele agrega as pessoas. Não se constrói um tambor apenas com um pedaço de madeira (árvore), um pedaço de couro (animal) e um pedaço de ferro. Essas coisas ‘participam’, mas apenas **ganham vida** quando a gente põe a mão e acredita que está perante toda a nossa **ancestralidade**. O mestre Baptista consagrou esse instrumento a Xangô, o mais forte e robusto orixá, o orixá da Justiça”*

Kako: Precisamos dar uma mexida no cenário da cidade. Quero lançar aqui uma sementinha: de que juntos a gente pense ações para que os pelotenses conheçam e se identifiquem com o tambor de sopapo. A cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, pode ser ‘o centro dos tambores’. Motivos nós temos de sobra, afinal... o rei mora aqui [se referindo ao Tambor de Sopapo].

Mario: Vamos construir e colocar um sopapo ao lado de cada piano, nas salas de aula do curso de Música da universidade. É uma ação política e cultural, que busca dar maior visibilidade ao instrumento” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, grifos meus)

O cartão-postal “Pelotas, a cidade do Tambor de Sopapo” (Figura 54) cristaliza esta referência cultural que recentemente, em 11 de agosto de 2021, com a Lei Municipal 9.651/21 se declara o Tambor de Sopapo como Patrimônio Imaterial da cidade. O Museu Julio de Castilhos, o mais antigo do Rio Grande do Sul, localizado em Porto Alegre, receberá um tambor que será incorporado ao acervo do museu.



Figura 57 - Pelotas, a cidade do Tambor de Sopapo

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

A identidade da pampa gaúcha foi dinamizada pela equipe e interlocutores do projeto Inventário Nacional das Referências Culturais⁶⁵ (INRC) Lidas Campeiras. O INRC Lidas Campeiras pretende inventariar as práticas e saberes da Pampa Sul-brasileira, as quais contemplam atividades do campo como pastoreio de ovinos, bovinos, equinos e caprinos; tropeiro; armador; guasqueiro; esquilador; domador; artesanato em lã; e lida caseira. Para a equipe do projeto são atividades que se dão na relação entre humanos e não-humanos, materialidades e paisagens, sendo articulada por:

“(...) proprietários e peões campeiros, esquiladores, aramadores, domadores, ferreiros, tropeiros, guasqueiros, agrônomos, veterinários, poetas, artesãos e povos tradicionais distintos, como pecuaristas familiares, indígenas e quilombolas - detentores destes múltiplos saberes e fazeres (...) O INCR da lida campeira apresenta duas fases. A primeira delas desenvolveu-se nos campos lisos, região de Bagé, região característica do pampa. O entorno do sítio compreende os municípios de Aceguá, Hulha Negra, Piratini, Pelotas, Herval, Arroio Grande, o que permite etnografar sobre os múltiplos ambientes da região do pampa: os campos lisos, os dobrados e os de várzea” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 6)

O cartão-postal “Guasqueiro” (Figura 55) eterniza este ofício como parte da identidade da região de Pelotas, a qual está conectada à Pampa Gaúcha. A origem do ofício remete ao período da colonização ibérica na América do Sul, momento que o “gaúcho histórico” começa a se inventar tanto no Rio Grande do Sul quanto em

⁶⁵ Criado em 2000 é uma metodologia utilizada para implementação política de identificação do patrimônio imaterial.

países como Argentina e Uruguai. Ao caçar o gado selvagem deixado pelos jesuítas espanhóis, o trabalho do guasqueiro surgiu: produzir peças de couro para utilizar nessas empreitadas. Conforme o anverso do cartão-postal:

“Nos dias de hoje, o Brasil e principalmente os rio-grandenses, começam a ver com outros olhos o trabalho do guasqueiro. Com o crescimento dos criatórios de cavalo crioulo e o renascimento de um novo tradicionalismo, que busca não somente autenticidade mas compreender sua essência, o guasqueiro volta a ativa e com força total, adapta-se a nova realidade e passa a produzir não somente os preparos tradicionais de trabalho, mas os que serão usados em pistas de exposições morfológicas, provas funcionais, bem como objetos decorativos, e de uso urbano aproveitando-se da antiga técnica” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2018)



Figura 58 - Guasqueiro

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O trabalho das artesãs da Colônia Z3 que com as redes de pesca descartadas é o saber que compôs o cartão-postal “Redeiras” (Figura 56). Conforme Rosani Raffi Schiller, gestora da Associação de Artesãs do Extremo Sul: “pelas mãos habilidosas das artesãs, as escamas de peixe são tratadas, lixadas e depois recortadas no formato do design desejado e viram delicadas biojóias. São colares, pulseiras e brincos, que misturam escamas e prata, aliando criatividade e requinte” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 30). Esse conhecimento teve início em 2004, quando um grupo de mulheres da colônia foram convidadas para participarem de oficinas de produção de bijuteria e flores com escamas de peixe pela Prefeitura e Emater/RS. Conforme consta no anverso do cartão-postal: “Com o surgimento do grupo de artesãs, essas mulheres sabem que um pouco desse

universo singular estará onde cada peça de artesanato andar” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2018)



Figura 59 - Redeiras

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Conectado à Laguna dos Patos, as memórias gastronômicas da Colônia Z3 compuseram as imaginações sobre Pelotas. Michel Constantino Figueira para *Revista do Dia do Patrimônio*, pontua que as práticas alimentares são as referências culturais de um grupo. Desse modo, na Colônia Z3 os pratos são baseados nos pescados coletados na lagoa, campo de trabalho de muitos maridos das redeiras. As receitas das iguarias como arroz de pescador, caldo de peixe, camarões à milanesa, saladas de peixe-seco, pastéis de siri, espetinhos de peixe com queijo, tainhas e bagres assados e recheados com temperos, entre outras, são registradas em cadernos, mas sobretudo no ato de fazer dos pratos, passados de geração em geração. Conforme Michel: “a memória gastronômica da Colônia de Pescadores Z3 e sua materialização em pratos da culinária local é um significante da autoestima, de empreendedorismo e de valorização de sua realidade cultural singular” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 27).

A artista pelotense Judith Bacci teve sua arte contemplada nas discussões do ritual, e materializada em um cartão-postal (Figura 57). Judith da Silva Bacci trabalhou como zeladora na antiga Escola de Belas Artes (EBA), onde começou a ter contato com o mundo artístico e produzir seus primeiros trabalhos. Durante sua

trajetória na EBA, Judith passou a ser requisitada pelos professores, em particular por sua delicadeza e técnica com as esculturas. Com isso, durante a federalização da escola (EBA tornou-se ILA, Instituto de Letras e Artes, atual Centro de Artes UFPEL) foi elevada à categoria de “laboratorista em cerâmica”. Judith é considerada uma artista naïf, cuja característica autodidata imprime linguagem e expressão próprias. Houveram tentativas de invisibilizar a artista, anulando sua participação em diversas obras. Sua “presença” na EBA/ILA também foi tensionada, pois muitos alunos a procuravam para tirar dúvidas e isso causava “desconforto” em alguns professores. Segundo Letícia Alves Pereira para *Revista do Dia do Patrimônio* “as obras da artista dialogam com a memória social da UFPEL e podem ser entendidas como exemplares do patrimônio cultural da cidade de Pelota-RS” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 22). Judith tem grandes contribuições para as religiões de matriz africana, em particular com suas esculturas umbandistas:

“(...) são um registro das diferentes práticas religiosas que existem na cidade, além disso, elas transitam entre o material e imaterial. Por um lado, representam parte da cultura material através do objeto concreto, palpável e, por outro, dialogam com a umbanda, uma religiosidade vinculada a crenças e tradições de matriz africana, passadas através das gerações principalmente pela oralidade. (...) valorizar a memória de Judith é contribuir para o não esquecimento de uma história importante para a cidade, sobretudo para as comunidades negras, visto sua representatividade positiva. Além disso, as obras umbandistas realizadas pela artista ultrapassam a materialidade e apresentam um valor simbólico que fortalece a religiosidade e suas práticas” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 24)” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2018, p. 22-4)



Figura 60 - Judith Bacci

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

5.7 Etno Cidade Pelotas (2019)

“Pelotas é uma cidade de grande variedade cultural, sua formação se deu na mistura de diversas nacionalidades, identidades e pertencimentos. Todas essas culturas foram essenciais para a concretização de uma cidade mais plural, construída nas bases da identidade e da diferença” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 6)

Como um tema aglutinador dos debates de 2014 até 2018, a intenção na sétima edição do ritual foi pensar o povo pelotense através da diversidade étnica. Conforme o poder público a “Etno Cidade Pelotas dialoga e acompanha esse tempo de patrimonialização dos elementos culturais e notável alargamento da noção de patrimônio” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2019). Os povos africanos, palestinos, portugueses, alemães, judeus, mas também elementos edificadores da narrativa cultural urbana como gastronomia afro-brasileira, instituições e práticas culturais das periferias foram alvo das discussões. Conforme a equipe SECULT os temas são um guia importante, porém, dependendo de sua amplitude, podem incorporar novas maneiras de associá-lo às discussões. No caso da Etno Cidade, instituições, grupos e impermanências da narrativa cultural foram acionados. Grosso modo, nos eixos temáticos o processo de *objetificação* pensa Pelotas a partir das diferenças.

O primeiro encontro das *Conversas* imaginou Pelotas a partir da comunidade judaica. A *conversante* Lorena Almeida Gill, professora do Departamento de História da UFPEL, conduziu as discussões. Lorena compartilhou alguns aspectos de seu estudo de mestrado, realizado na década de 1990. Sua pesquisa teve início a partir de uma discussão com alunos na disciplina de História Moderna, momento o qual se refletia os trajetos dos judeus durante a Inquisição na Península Ibérica. Com um recorte temporal dos anos 1920 - 1945, o estudo utilizou-se dos principais periódicos da cidade e da metodologia da história oral para desenhar os caminhos da comunidade judaica em Pelotas. Conforme Lorena para Revista do Dia do Patrimônio:

“A partir da análise documental em jornais locais e, principalmente, da construção de narrativas com imigrantes e seus descendentes foi possível se pensar sobre a trajetória de uma comunidade que, embora pequena, foi e continua sendo bastante representativa na cidade. Através da memória coletiva dos judeus perpetuaram valores éticos, manifestações artísticas, gostos e sabores relacionados à culinária e, fundamentalmente, uma história grupal intrinsecamente relacionada com a História de Pelotas” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 16)

A historiadora Silvana Moreira no painel “O protagonismo do radialista como sobrevivente das mídias” demonstrou cuidado com as “vozes” de sua pesquisa que estavam na plateia. Antes de iniciar a conversa, Silvana solicita a Luiz Carlos Vaz, Maria Alice Estrella e Vera Lopes, comunicadores locais, para que se sentassem junto a ela durante o debate. Segundo ela, não faria sentido falar sobre seu estudo sem que escutássemos os verdadeiros destaques da noite que eram eles. Cabe apontar que nesse dia a conversa foi transmitida na página do Facebook da RadioCom. No encontro, as interlocutoras e o interlocutor lembraram seus ofícios de radialistas, pontuando como era realizar entrevistas e gravações antes da era digital. Neste dia, tentou-se pensar estes ofícios em vias de extinção com o avanço tecnológicos e plataformas de *streamings*⁶⁶.

Na apresentação da *Revista do Dia do Patrimônio* 2019, redigida pela prefeita Paula Mascarenhas e ex-secretário de cultura Giorgio Ronna, as comunidades indígenas aparecem como recurso discursivo, acionadas como uma etnia formadora do território pelotense, embora não houvesse debate na plataforma Conversas, no ano o qual se debateram as etnias de Pelotas. O que é curioso, pois conforme o poder público “os indígenas que permaneceram após a diáspora colonizadora e os que escolheram nossa zona rural para habitar já neste século” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 3). A menção ao grupo aparece no cartão-postal “Indígenas” (Figura 58) cuja representação traz uma urna funerária. É como se os grupos indígenas da região ficassem suspensos no passado, sem atualização de suas dinâmicas culturais no tempo presente. Oportuno ressaltar que no anverso deste postal, contém um trecho do texto do professor Rafael Guedes Milheira sobre a ocupação ameríndia na região sem contextualização sobre o artefato.

Outro exemplo sobre a representação indígena em âmbito público está disponível no site da Prefeitura Municipal de Pelotas⁶⁷. Na aba “Cidade - História” as comunidades indígenas aparecem na linha do tempo como se existissem na região até 1700. Após, os conflitos entre Espanha e Portugal pelas porções de terra ao sul do Brasil “foram determinantes para a extinção dos grupos indígenas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2020, s/p).

⁶⁶ *Streaming* é uma forma de distribuição digital que, necessariamente, precisa de conexão via internet para funcionar. Spotify, SoundCloud, YouTube Music, Netflix, entre outras plataformas são exemplos desse tipo de serviço.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/historia>. Acesso em: 5 nov 2020.



Figura 61 - Indígenas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Porém, esta questão da representação indígena merece um pouco de atenção. Em fevereiro de 2020 o Diário Popular⁶⁸ na coluna “Opinião” trouxe um artigo sobre as comunidades indígenas no município. “Tem ‘índio’ em Pelotas!”⁶⁹ aponta o trabalho desenvolvido pela Emater/RS-Ascar na zona rural de Pelotas com estas comunidades. Desde 2011 a Emater/RS-Ascar realiza serviços técnicos e de extensão rural nos Distritos do município, local onde se concentram algumas comunidades. O diálogo com os grupos indígenas teve início com os guaranis da Comunidade Kapi’i Ovy (Capim Verde), localizada na Colônia Santa Helena, 8º Distrito, remanescentes das etnias guaranis que habitavam a região. Recentemente, os kaingang oriundos de Chapecó/SC da Comunidade Gyró (Pelota de Barro), localizada na Colônia Santa Eulália, 5º Distrito, também ganharam destaque nas ações da instituição.

O texto redigido pelo sociólogo Robson Becker Loeck, engenheiro agrônomo Márcio Carús Guedes, pela antropóloga Mariana de Andrade Soares e pela economista doméstica Regina Gonçalves Medeiros, todos/as extensionistas rurais

⁶⁸ O jornal Diário Popular é o periódico de maior circulação na cidade, assim como nos municípios de Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu, todos pertencentes à zona sul do Rio Grande do Sul.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/opiniaio/tem-indio-em-pelotas-148625/>. Acesso em: 12 out 2020.

da Emater/RS-Ascar, além de apresentar as ações feitas pela instituição, são interessantes para pensar estas comunidades em Pelotas na contemporaneidade. Ao afirmar que o artesanato produzido pelas comunidades indígenas pode ser adquirido nas praças, ruas e calçada da cidade, ao mesmo tempo que ironiza trazendo o “tem índio” entre aspas, o artigo é um convite para reimaginar as “heranças” que constroem Pelotas: indígenas são impermanências nas narrativas culturais coletivas?

Para o gastrônomo Bruno Feijó, *conversante* do painel “Cozinha e seus sujeitos: mais do que pitadas” em 2019, a aderência do público demonstrando certa surpresa ao entrar na Casa 3 (local que sediou a conversa) e vê-la repleta de rostos conhecidos e desconhecidos. Conforme havia falado com sua colega e também *conversante* do dia Mara Alessandretti, ambos acreditavam que poucas pessoas compareceriam ao espaço, mas ao ver ele “quase cheio e as pessoas interagindo durante a palestra, foi uma experiência única” (DIÁRIO DE CAMPO, junho de 2021). Bruno começa a conversa questionando o público onde, nos menus da cidade, a cultura afro-brasileira aparece. O *conversante* compartilhou suas angústias sendo negro e cozinheiro afirmando o apagamento das referências africanas na gastronomia local com inúmeras indagações:

“por que nossa cultura não pode ser vendida?; dos portugueses temos herança e dos africanos apenas contribuição?; por que Pelotas não conta a sua história? Atualmente, a meu ver, o único estabelecimento com referências afro-brasileiras no cardápio em Pelotas é o Boteco Copa Rio (...) Isso é contraditório demais e só fui perceber quando estagiei em Portugal. Lá, era visto como um ‘grande chefe’ por ter no meu repertório culinário a cozinha afro-brasileira (...) A própria universidade e curso de Gastronomia, onde me formei, também tem sua parcela de culpa. Estamos em Pelotas, cidade com passado negro, e o curso não ter uma disciplina obrigatória sobre gastronomia africana é embranquecer essa história” (Bruno Feijó, junho de 2019).

Já Mara, compartilha o caráter plural dos doces de Pelotas, apontando as origens africanas na produção dos mesmos. Para a gastrônoma, hoje ela vê “o negro em todo lugar, coisa que não via quando menina (...) é difícil ter essa oportunidade de falar sobre a tradição negra na gastronomia” (Mara Alessandretti, junho de 2019). O ritual nesse dia objetificou a culinária como forma de reflexão sobre Pelotas, uma vez que a cidade “é capaz de se reconhecer através de pratos, ingredientes e técnicas e esse reconhecer pode carregar problemas estruturais de uma sociedade, na medida que nem sempre acontece da mesma maneira para

todos os grupos” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 18-9). Importante traçar um paralelo com as interlocuções de Bruno e Mara com um trecho do parecer do IPHAN sobre o registro da “Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas”. Nele, aponta-se como à comunidade negra foi relegado espaço menor na construção culinária local:

(...) A contribuição dos negros escravizados e de seus descendentes à construção dessa tradição é definida como vinculada a um “processo de transculturação”, que a reproduziu, recriou e, sobretudo, lhe atribuiu novos significados. A despeito do enorme contingente de escravos que trabalhava nas charqueadas, em ofícios urbanos e também nos palacetes da cidade, construiu-se no senso comum a ideia de que o conhecimento vinculado à produção dos doces finos era de domínio exclusivo das senhoras e senhoritas da elite pelotense. Depoimentos de doceiras atuais, descendentes da antiga elite charqueadora, afirmam que as escravas, depois empregadas domésticas, apenas mexiam o tacho dos doces ou abanavam brasas postas embaixo das mesas para manter a temperatura da secagem perfeita da delicadíssima massa do pastel de Santa Clara (...) (IPHAN, 2018, p. 9)

Os relatos de Bruno e Mara na plataforma, além de provocantes, pontuam as convenções que habitam as próprias convenções, que ao serem confrontadas produzem contranarrativas. Note-se que Bruno fala “nossa cultura” se referindo a tudo aquilo que constrói sua narrativa de vida. Ele e ela, enquanto profissionais e pelotenses, afirmam como Pelotas está em constante disputa: de um lado, Mara se reconhecendo nos espaços urbanos, através de sua ancestralidade e gastronomia; de outro, Bruno apontando para resistência da cozinha negra como forma de promover a cidade, assim como é feito com os doces finos e portugueses.

Além deste debate sobre gastronomia afro-local, o ritual eternizou a negritude da cidade em uma homenagem às comunidades quilombolas. O cartão-postal “Quilombolas” (Figura 59) trouxe um retrato de Vó Elvira. A comunidade quilombola Vó Elvira recebe este nome em homenagem à dona Elvira Lima Soares, a primeira moradora da localidade (DIA DO PATRIMÔNIO, 2019). No anverso, resgata-se o texto de Leandra Ribeiro e Rosane Rubert, já apresentado, neste estudo, na edição de 2017.



Figura 62 - Quilombolas

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Neste ano, o Tradicionalismo Gaúcho foi visto como uma maneira de interpretar a etnicidade. O Tradicionalismo é um movimento cívico cultural que surge na década de 1960 com a intenção em definir os elementos simbólicos da narrativa sul-riograndense. O cartão-postal “Tradicionalismo” (Figura 60) elegeu a figura do Sentinela Bombeador para representar este tópico. No Rio Grande do Sul, o termo bombeador significa o que ou aquele que bombeia, isto é, está à espreita espionando o “campo inimigo”. O Sentinela Farroupilha, entendido como Bombeador, é visto como um “Herói da Pampa” que zela toda população gaúcha na intenção de defender seu território. Conforme o anverso deste postal: “A obra do Bombeador foi produzida em 1935 pelo artista Antônio Caringi, encomendada devido às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha e inaugurada em 1936, junto ao cais do porto, a qual posteriormente foi transferida para o atual local, na Praça Vinte de Setembro, e batizada como ‘Sentinela Farroupilha’ ou ‘Bombeador’” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2019).



Figura 63 - Tradicionalismo

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O antropólogo Fabricio Barreto, *conversante* nesta edição abordou a arte urbana e cultura do grafite para interpretar a “etnicidade”. Conforme o *conversante*, a região portuária de Pelotas é uma galeria a céu aberto, mesclando arte urbana às reminiscências do período industrial da cidade: “nos provoca a viver um misto de passado/presente” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 11). Na plateia desse turno, grafiteiros (alguns interlocutores de Fabricio) estavam presentes. Era visível o orgulho de estarem ali, afirmando, em diversos momentos, a importância do *Conversas* como espaço de difusão e institucionalização da prática do grafite como arte. Cabe lembrar que esse turno contou com a transmissão simultânea na página do Facebook do portal “Outras Vozes”⁷⁰. Fabrício, ao lembrar suas memórias com o ritual, pontua características do público quando de sua experiência:

⁷⁰ Página de jornalismo independente local com atenção às narrativas não-hegemônicas da cena cultural, política e social. Conforme o Outras Vozes sua intenção é “(...) Criar novas narrativas, em que outras histórias, outros pontos de vista, outros modelos mais democráticos e participativos são retratados, não é uma tarefa fácil, porém totalmente viável e necessária (...)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/outrasvozes.com.br>.

“Me chamou muito a atenção como a imprensa local deu destaque para o evento. Lembro que na época eu dei duas entrevistas e no dia do encontro havia um jornalista fazendo uma cobertura prévia na prefeitura. Outra coisa que chamou a atenção foi a diversidade do público. Havia professor/a, pesquisador/a, artistas, artistas urbanos e grafiteiros. Tentei ser breve na apresentação, para disponibilizar mais tempo para a conversa. E o interessante foi que, após a apresentação, quase não consegui mais retomar a palavra porque o público presente tomou conta do debate. Foi uma experiência muito gratificante!” (Fabricio Barreto, junho de 2021)

Sobre este movimento contemporâneo e de certo modo periférico para interpretar a cidade, tomou corpo com o cartão-postal “Felipe Povo” (Figura 61), uma homenagem a este artista local que faleceu em fevereiro de 2019. Seu principal traço, percebido em murais, galerias e espaços da cidade, em forma de crítica é o nariz de palhaço: “Com a figura circense emergia o artista que passou a convidar o passante das ruas de Pelotas a andar na direção contrária, na direção oposta dos sistemas cotidianos de exclusão e opressão. Felipe Povo foi um grafiteiro que povoou as ruas de Pelotas e região de cor, dor, crítica, melancolia e esperança, mas também desenhou, pintou, esculpiu e bordou seus mais profundos anseios e sonhos” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2019).



Figura 64 - Felipe Povo

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Dentro desta leitura “com ares cosmopolita” para pensar a etnicidade, a comunidade LGBTQIA+ tem sua estreia nas interpretações (oficiais e tímidas) sobre Pelotas. Neste ano o ritual trouxe o texto “A territorialização homoafetiva em Pelotas: uma breve história dos bares gays como espaços de construção de geografias

LGBTQI+”, redigido por Marcos Ronei Peverada Fernandes e Fabiano Preto Neis, professores da rede pública e militantes do “Também Pelotas Grupo Pela Livre Expressão Sexual”. Em 2019 os 50 anos da Revolta de Stonewall Inn serviram de reflexão para pensar a sociabilidade LGBTQIA+ que por longos anos teve a noite como palco. Os autores tiveram um ponto de partida: os bares como espaços de construção das identidades e sociabilidades da comunidade. Conforme Marcos e Fabiano, restam dois apontamentos sobre o histórico da territorialização LGBTQI+ na cidade de Pelotas:

“O primeiro é que não se pode desvincular o movimento LGBTQI+ da atualidade do movimento surgido pós Stonewall (1969), pois se hoje podemos levantar bandeira, sermos visíveis a sociedade e termos uma fluidez com assuntos ligados a homoafetividade é graças aos LGBTQI+ do passado. O segundo apontamento que deve ser feito é, justamente, pensar na função que os bares LGBTQI+ possuíam no passado, pois eram locais de encontro, de sociabilidade e construção de identidade; hoje como bem sabe-se, existem outros meios, principalmente associados aos meios digitais (redes sociais e aplicativos), talvez isso que já não se têm tantos lugares específicos para a população LGBTQI+ ou os famosos, e podemos dizer com orgulho, GUETOS do passado, se hoje existimos e resistimos, estes lugares nos serviram de trincheira” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 22)

Entrelaçando-se ao contexto dos debates de gênero, as mulheres foram representadas pela memória de Yolanda Pereira, Miss Universo 1930 e primeira brasileira a vencer o concurso. Neste ano de 2019, dentro da remodelação da Praça Coronel Pedro Osório, a “Cápsula do Tempo Yolanda Pereira” (Figura 62) foi aberta. A cápsula estava no interior da pedra fundamental do busto homenagem à Miss, sendo composto por “artística caixa metálica esmaltada azul e ouro, contendo jornais, um exemplar do Almanach de Pelotas Ano XIX, um retrato de estúdio da Miss e os clichês da moeda de prata de 5 mil réis com a efígie da miss representando a Segunda República” (DIA DO PATRIMÔNIO, 2019).

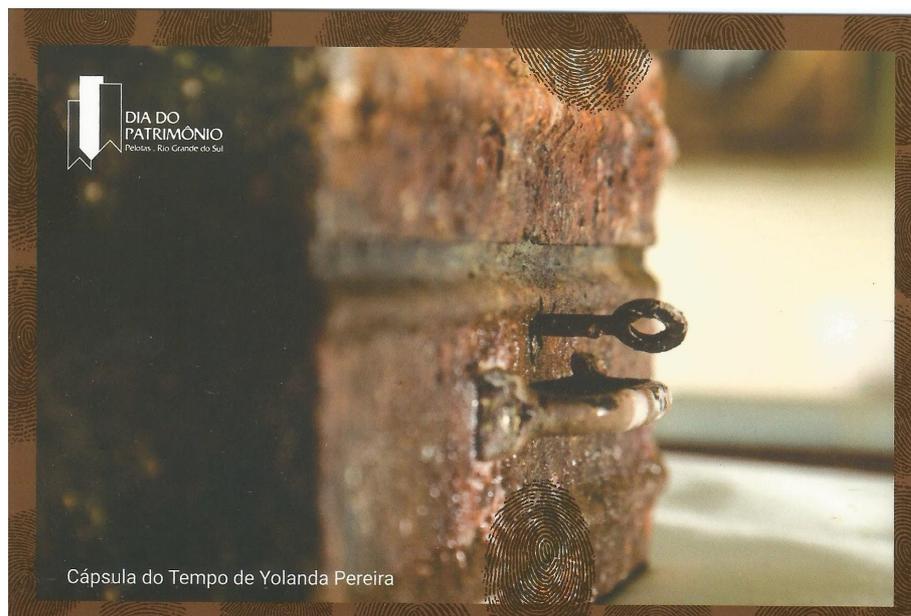


Figura 65 - Cápsula do Tempo Yolanda Pereira

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Os imigrantes europeus não ficaram de fora deste percurso imaginativo sobre a etnicidade. As referências portuguesas são *objetificadas* usualmente em Pelotas quando envolvem patrimônio e cultura. Desde a produção dos *doces tradicionais*, o qual anula a participação africana, por exemplo, entendendo-os como “doces finos portugueses”, à comunidade lusitana inculca-se as construções de maior prestígio no âmbito público. Isto pode ser percebido na construção discursiva dos imigrantes portugueses. Sob o título “Etno Cidade: O imigrante português na construção social pelotense (século XX)” as referências portuguesas ganham destaque na figura de Maximiano Pombo, diretor nos anos 1920 do jornal Diário Popular, periódico ainda em circulação na cidade.

Na interlocução tecida pela historiadora Biane Pevereda Jaques, a Pelotas do início do século XX torna-se cenário descrevendo os espaços de sociabilidade do personagem em questão:

“Podemos imaginar que nossa trama tem início na rua XV de Novembro no trajeto compreendido entre as praças da matriz e Cel. Pedro Osório, nas proximidades do jornal Diário Popular e da Associação Comercial de Pelotas, que, ainda no início da década de 1930, se constituía como um dos principais espaços do comércio, cultura e lazer da cidade de Pelotas. A rua XV era ocupada predominantemente por homens de vestimenta e chapéus elegantes, de acordo com a moda da época, para se mostrar nos espaços de coletividade da cidade” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 5)

Seguindo seu relato, a historiadora ainda pontua:

“O que podemos afirmar de forma significativa, utilizando Maximiano como um exemplo representativo, é que existia uma imersão de parte dos imigrantes portugueses de Pelotas nos espaços de sociabilidade elitizados derivados da rua XV de Novembro, durante a primeira metade do século XX. A existência de uma comunidade de apoio proveniente de grupos com expressividade política, econômica, social e/ou cultural, somada aos costumes de inserção nos meios urbanos e comerciais locais proporcionaram que o imigrante português - tanto na sua individualidade quanto coletividade - estivessem inseridos e contribuíssem ativamente para o processo de desenvolvimento e construção social pelotense” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 6)

A comunidade italiana também foi acionada como ente partícipe na formação étnica da cidade. O tema foi abordado pela professora Dalila Müller, do Departamento de Turismo da UFPEL, com foco nas esferas da vida social que estes imigrantes atuaram: imprensa, comércio, indústrias e hotéis. Para isso, foca nos estabelecimentos hoteleiros de imigrantes alemães, expõe que em 1942 diversos desses hotéis, como outros estabelecimentos comerciais e residências, sofreram depredações, saques e ataques. A razão foram os desdobramentos da II Guerra, sob enfoque da notícia de que navios brasileiros haviam sido atacados por um submarino do eixo (Alemanha, Itália e Japão), o que desencadeou os ataques não só em Pelotas como também no restante do Rio Grande do Sul, conhecido como “quebra-quebra”. Como conclui a professora:

“Os imigrantes alemães e seus descendentes tiveram uma participação importante na vida social, econômica, política e cultural de Pelotas. A partir de empreendimentos industriais e comerciais, da participação na imprensa e em associações, de profissões liberais, contribuíram para o desenvolvimento da cidade e imprimiram novos hábitos à população local” (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 10)

Distante do eixo europeu, os imigrantes palestinos emergiram para pensar as identidades étnicas locais. A *conversante* Caroline Atencio, historiadora e pesquisadora sobre o mundo islâmico, retratou alguns dados iniciais de seu estudo de doutorado, com recorte na comunidade palestina em Pelotas. Segundo Caroline, o mapeamento dos refugiados palestinos é difícil, uma vez que estas pessoas saem de seus territórios na ausência de um Estado-nação, muitas vezes sem documentação. A *conversante* ressalta que, atualmente, mais de 6 milhões de grupos diaspóricos palestinos estão espalhados pelo mundo, sendo aqui no sul uma forte unidade destes imigrantes:

“Pensando no caso de Pelotas, destacamos inicialmente o grande fluxo do nosso centro comercial, que ocupa uma importante fatia da economia e da empregabilidade na cidade. Está no imaginário coletivo do pelotense, atribuir aos proprietários de muitos destes estabelecimentos a denominação

errônea de 'turcos', esta denominação reflete uma falta de esforços em distingui-los de suas respectivas origens, agrupando-os em categorias gerais. Estes podem ter suas identidades nacionais definidas enquanto Sírios, Libaneses, ou no nosso caso de trabalho, Palestinos" (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 7)

Caroline relembra a mobilização da comunidade palestina pelotense contra violência na faixa da Gaza, em 2014: "(...) Em caminhada pelo calçadão central da cidade, dezenas de homens, mulheres e crianças portando bandeiras do Estado da Palestina, e cartazes com frases como 'Palestina Livre' e 'não fechemos olhos para realidade, o genocídios em Israel tem que parar'. A manifestação contou com palestinos, descendentes de segunda geração e muçulmanos revertidos" (REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO, 2019, p. 7).

Encerrando suas "homenagens" em 2019 o ritual mobilizou a memória universitária da cidade através do Antigo Liceu-riograndense, hoje Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (Figura 63). O prédio, recentemente tombado pelo IPHAN, foi construído entre 1881 e 1883 e doado pela famílias Eliseu Antunes Maciel para a Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Aplicada.

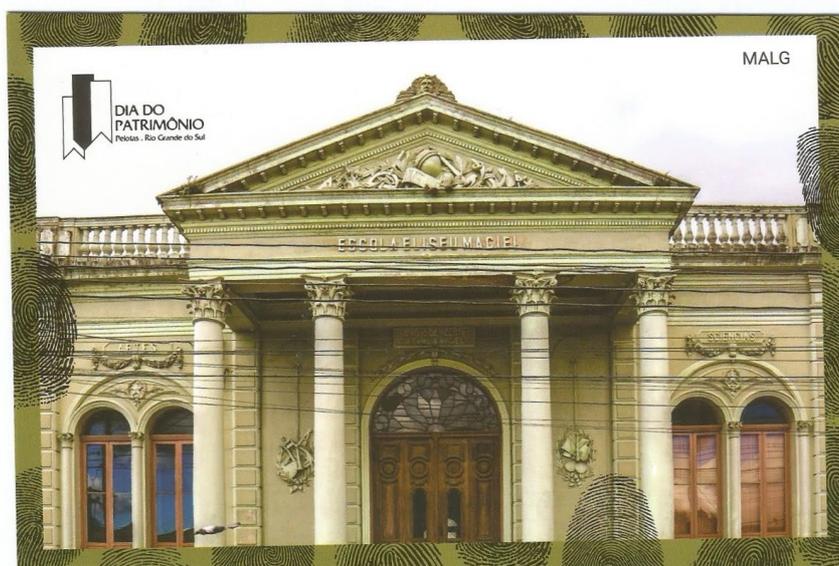


Figura 66 - Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

6. Entre o imaginado e o vivido: o ritual Dia do Patrimônio na prática

No capítulo anterior compreendemos como os eixos temáticos do ritual são construídos. Estes temas surgem frente a necessidade em contrapor às narrativas oficiais, que por sua vez privilegiam grupos e temporalidades específicas. Sobretudo, busca-se acompanhar os debates contemporâneos no entorno do conceito de Patrimônio, o qual sofre ampliação assim como a noção de cultura. Inclusive, o alargamento da definição de cultura passa a ser apropriada nos debates patrimoniais. Uma Pelotas *diversa e cosmopolita é inventada nas Conversas do Dia do Patrimônio* e eternizada em materiais como *Revistas do Dia do Patrimônio* e cartões-postais, que circulam no “pós-ritual”⁷¹.

A cidade é feita de movimento, conflitos e disputas sobre sua produção. Francisco Pereira Neto (2017) pontua que embora estejamos próximos (as) em termos físicos, não estamos tão próximos (as) nos limites simbólicos do viver urbano. Para o autor, a cidade é um espaço de fabricação da cultura, mas também seu produto. Em uma abordagem cultural da cidade, refletir sobre ela é atentar-se aos movimentos criativos dos discursos que definem (ou ao menos tentam) sua realidade, na intenção de delimitar suas fronteiras:

Nos remete claramente a ideia de que a cidade é algo em formação, produzida pela constante necessidade de definição de seus limites. Do ponto de vista da cultura, a cidade é um território a ser compreendido em suas fronteiras, uma vez que é ali que se intensifica a necessidade da produção do sentido, onde a contraposição discursiva e suas relações de poder ficam mais evidentes (NETO, 2017, p. 105)

Esta questão fica nítida nas narrativas criadas pelo ritual. Desse modo, torna-se importante questionarmos: como as cidades do *Dia do Patrimônio* aparecem no momento de *Transe* (programação e atividades) e no *Ruído* (ação de Educação Patrimonial às escolas)? Quais espaços da cidade são apresentados na prática? Como as narrativas das “margens”⁷², no entendimento de Michel Agier (2015) como dialéticas e não opositoras, se contrastam com as narrativas desses espaços? Como a *diferença*, elemento importante para o ritual, se constrói durante as visitas? Os esforços estão em entender como as “*cidades-conceito*” se

⁷¹ As *Revistas* e cartões-postais que “sobram” de cada edição ficam disponíveis em expositores onde se encontram folders turísticos, mapas da cidade, entre outros materiais publicitários sobre Pelotas na SECULT.

⁷² Neto, Rieth e Alfonso (2019) elucidam que olhar para as margens possibilita interpretações diversas sobre a cidade, comunicando narrativas e bens não convencionais, sobretudo lançando um olhar diverso sobre os patrimônios oficiais (NETO; RIETH; ALFONSO, 2019).

materializam na práxis do ritual. Primeiro, apresenta-se os espaços que mediam as visitas e as ações, evidenciando aqueles que permaneceram desde a estreia do ritual. Após, reflete-se sobre o *fazer turismo*, produzido pela celebração, a fim de entender qual cidade é compartilhada ao público em geral. Será que as discussões temáticas atingem o campo do *vivido* no *Dia do Patrimônio*? É o que descobriremos a seguir.

6.1 “Pelotas de portas abertas”: os espaços do Dia do Patrimônio

A “Pelotas de portas abertas” do ritual se produz majoritariamente em espaços com interesse histórico-arquitetônico imprimindo a eles um *uso cultural* (MENESES, 2006). Seria como se no tempo presente, o passado da cidade se concretizasse nesses lugares, tecendo certa continuidade a temporalidade charqueadora. A maioria desses prédios são tombados a nível municipal, estadual ou federal. Alfonso, Funari e Souza (2021) esboçam o significado das edificações em Pelotas:

De caráter suntuoso essas edificações, desde a presença de vidraças, grandes *halls* de entrada, construções em esquina possibilitando mais de uma fachada elaborada, escadarias em mármore, ostentam o poder econômico de grupos sociais em ascensão. Esta elite que alicerça seu poderio pelo latifúndio e escravização modelam uma elite urbana, em conjunto a grupos que ascenderam como comerciantes e proprietários de pequenas manufaturas, de títulos de nobreza e grande capital financeiro que constroem uma cidade de Pelotas (ALFONSO; FUNARI; SOUZA, 2021, p. 20)

Muitos desses prédios são de administração pública, sendo assim fáceis de serem abertos e inscritos para as visitas. Já os que são de administração privada, mas detém “valor” histórico-arquitetônico, realiza-se um convite aos (às) proprietários (as) para aderirem aos festejos do ritual. No formato de três dias, muitos desses espaços privados abrem somente na sexta-feira, dia do *Circuito Patrimonial*. É importante destacar que esses casarões se aglutinam no raio central das atividades, cujo ponto de referência é o Centro Histórico. Ou seja, se constrói no plano prático um roteiro que mesmo “sem saber” narra uma Pelotas descolada dos próprios debates da celebração. Natália Garcia, ao recordar sua participação como agente e visitante evidencia o caráter “portas abertas” e interativo do ritual:

“Acho uma iniciativa muito importante pois via gente de outras localidades (minha família inclusa) que aproveitava esses finais de semana para conhecer mais sobre o patrimônio e história da cidade. Acredito ser importante o evento fazer com que alguns prédios privados sejam abertos

para visitação e que a população em geral tenha a oportunidade de conhecer o patrimônio da cidade de forma gratuita. Com certeza é um evento muito importante para a cidade e para a interação da população com o patrimônio cultural” (Natália Garcia, junho de 2021).

É com este mote principal de interação entre pessoas, patrimônio cultural e cidade que o ritual se consolida. Na segunda metade dos anos 2010 os principais museus da cidade – integrantes da Rede de Museus UFPEL⁷³, passaram a ocupar algumas edificações do Centro Histórico. Em 2013 o Museu do Doce se instalou no Casarão 8, após dois anos de restauro e adequação para o novo fim da casa. No ano de 2018 o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo se muda para o antigo Liceu-riograndense, em frente ao Mercado Central de Pelotas. E por fim o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter inaugura sua nova sede na casa nº 1 (“casas-geminadas”). Com isso, percebemos o grande apelo para fixar esta região como reflexo material autêntico da cidade de Pelotas, tanto para comunidade quanto para o turismo. De todas as edições do ritual, percebe-se, de forma repetitiva independente do tema que esteja guiando as discussões, espaços que centralizam a narrativa “material” de cidade nesses bens. Para o Interlocutor M, frente ao questionamento sobre os temas na construção do ritual esta questão fica evidente:

“Olha, depende de qual parte estamos olhando. Se focamos nos bens arquitetônicos a resposta é negativa. Mas, se percebemos, por exemplo, seu tema Etno Cidade em 2019, a resposta é sim. Por certo que cabe aos Agentes do Patrimônio indicar os caminhos que queremos para essa celebração. Sou estudante e sempre lutarei pela inclusão e democratização nos espaços em que atuo” (Interlocutor M, março de 2020)

Situado na esquina das ruas Sete de Setembro e Félix da Cunha, o prédio da antiga Associação Jockey Club de Pelotas (Figura 64) aparece como espaço de visitação praticamente em todos os anos do ritual. Esta edificação foi construída em 1835 a mando do Visconde de Jaguarí, servindo de residência para seu neto, Domingos Soares de Paiva por longos anos. Em 1948 o prédio foi vendido para o Jockey Club de Pelotas. Passou, após a falência do clube, por um longo período fechado. No ano de 2006 foi restaurado com recursos do *Monumenta*, sendo inaugurado em 2009. Hoje, abriga o Spazio Auguri - Espaço de Artes e Eventos.

⁷³ Para conhecer as ações deste órgão complementar da Pró-Reitoria de de Extensão e Cultura (PREC) da UFPEL, consultar: <https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/>.



Figura 67 - Antiga Associação Jockey Club de Pelotas

Fonte: Olhares sobre Pelotas

Localizado na Praça Coronel Pedro Osório, o Clube Caixeiral (Figura 65) permanece em todas as edições. Sua história remonta aos caixeiros viajantes, comerciantes do final do século XIX. As reivindicações partiram de Manuel Morales que solicitou aos patrões o fechamento do comércio aos domingos e feriados religiosos (conhecidos como “dias santos”). Considerado um marco na arquitetura eclética de Pelotas, o prédio de 1879 passou por reformas nos primeiros anos do século XX. Desde então, se apresenta como o “Palácio da Praça Coronel Pedro Osório”. É o clube da Miss Universo Yolanda Pereira, como também berço do Esporte Clube Pelotas, Clube Brilhante, União Gaúcha Simões Lopes Neto, Academia de Contabilistas Pelotenses e Academia Pelotense de Letras.



Figura 68 - Clube Caixeiral

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O Conservatório de Música (Figura 66), fundado em 1918, foi a quinta entidade do gênero a ser fundada no Brasil e a segunda no Rio Grande do Sul. Foi articulada por Alcides Costa e Francisco Simões, construído no bojo de projetos que tentavam equiparar “culturalmente” o Brasil aos países europeus. O espaço é acionado nas narrativas cotidianas da cidade como o fruto da “sólida tradição cultural” da cidade, reflexos das charqueadas (já em grande decadência). Hoje, abriga atividades do Curso de Música da UFPEL e também do SANEP.

“Logo quando cheguei em Pelotas fui ao Dia do Patrimônio e lembro que me falaram que era o dia em que os prédios estariam abertos para visitação, então era uma ‘oportunidade rara’ (porque nem todos eles são abertos a visitação). Fui muito empolgado em conhecer um pouco mais da história daqueles lugares que me chamavam bastante a atenção, talvez porque na minha cidade natal não fosse tão comum. Sa  com a sensa o de que Pelotas fosse um lugar onde a história era viva e que aqueles prédios contavam parte dela para mim” (Interlocutor H, junho de 2021).



Figura 69 - Conservatório de Música

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

A Esplanada do Theatro Sete de Abril (Figura 67) localizada em frente ao Theatro e parte da Praça Coronel Pedro Osório também aglutina atividades do ritual. É espaço para intervenções (como da foto abaixo) e outras atividades artísticas.



Figura 70 - Esplanada do Theatro Sete de Abril

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

O Instituto João Simões Lopes Neto (Figura 68), localizado à Rua Dom Pedro II, relativamente próximo ao Centro Histórico, participa do ritual desde a primeira edição. O prédio construído em 1871 foi residência do escritor pelotense João Simões Lopes Neto, figura tida como importante para narrativa da cidade. O escritor morou na casa de 1897 a 1907. É reconhecido como mais um bem material de características ecléticas.



Figura 71 - Instituto João Simões Lopes Neto

Fonte: Olhares sobre Pelotas

Construído entre 1878 e 1881 com a finalidade de sediar a Câmara Municipal de Vereadores, a Prefeitura Municipal (Figura 69 - à esquerda da foto) participa do ritual desde seu início. No cotidiano da cidade a edificação é lembrada por ser palco, em 1884, da “Declaração de Libertação Escrava” em Pelotas. Hoje, continua abrigando as atividades da prefeitura, como também a sala de exposições Frederico Trebbi.



Figura 72 - Prefeitura Municipal

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Situar estes espaços se pretende, assim como fiz nos capítulos anteriores com a Bibliotheca Pública Pelotense, Casarão 2, Casarão 6 (futuro museu da cidade e atualmente fechado), Casarão 8 (Museu do Doce), Catedral Metropolitana São Francisco de Paula, Mercado Público Central, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (Casa 1), Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), Museu Municipal Parque da Baronesa e Praça Coronel Pedro Osório, para que entendamos qual cidade é *vivida* no sentido prático do *Dia do Patrimônio*. Valentina Bettempo, estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, recorda alguns desdobramentos de sua relação com o evento no Museu Carlos Ritter:

“Minha melhor memória foi do Dia do Patrimônio de 2018. Eu tinha recém passado na faculdade e tínhamos que fazer o desafio dos “bixos”. O curso de Arquitetura e Urbanismo é conhecido por ter muitos trabalhos fora do horário de aula, e a brincadeira sempre é sobre os alunos virarem noites sem dormir. Então, nosso desafio era postar uma foto dormindo num espaço público junto com uma música que os veteranos inventaram. E lembro que fui visitar os prédios abertos naquele dia e pensei “Porque não tirar a foto aqui mesmo?” e acabei “pagando a prenda” no atual prédio do Museu Carlos Ritter, que ainda não tinha se instalado ali. Foi muito engraçado, ficou todo mundo olhando e rindo junto comigo (Valentina Bettempo, junho de 2021)

A exceção deste quadro central dos espaços do *Dia do Patrimônio* é o Clube Cultural Fica Ahí (Figura 70), também já apresentado neste estudo, que no contexto

do ritual foi o espaço “contranarrativo” sobre esta arquitetura eclética valorizada no discurso material de Pelotas. Em 2014, por exemplo, um atenção especial à Biblioteca Negra de Pelotas⁷⁴ aconteceu inserindo-a no contexto de visitação ao clube. Neste ano aconteceram outras atividades com foco na negritude, como foi o caso do lançamento da primeira edição da coletânea “Negras Palavras” com a participação de trs escritores negros pelotenses durante a cerimnia. O clube também acolheu as intervenções artísticas de Dança Afro do Clube Fica Ah e show com Daniela Brizolara.



Figura 73 - Clube Cultural Fica Ah

Fonte: iPatrimnio

São estes espaços que traduzem a narrativa “territorial” que o ritual deseja transpor ao imaginário da comunidade, praticamente todos imbricados às memórias de uma elite (Figura 74). Desse modo, a Pelotas de “portas abertas” enaltece aspectos da narrativa histórica da cidade, eclipsando, em certo sentido, a interpretação diversa trabalhada noutras etapas do próprio *Dia do Patrimônio*. Estas edificações imprimem a *permanência* do ritual no que tange aos espaços considerados culturais na cidade. Desde a sua estreia o ritual mobiliza as edificações no entorno dessas materialidades para construir seu *Transe*. A SECULT

⁷⁴ Esta biblioteca surgiu em 2006 a partir do Grupo de Estudos SANGOMA, organizado pelo professor Uruguay Cortazzo Gonzalez do Centro de Letras e Comunicação da UFPEL. O objetivo principal da biblioteca é ser um centro de informações sobre as questões históricas e culturais da diáspora africana nas Américas. Fonte: <http://ecult.com.br/geral/biblioteca-negra-de-pelotas>.

pelotenses.

Uma parceria entre o SANEP e Curso Técnico em Vestuário do IFSul/CAVG propuseram o desfile “Recicla Moda” com materiais recicláveis nas dependências da

*a cidade visível), e pra forma como as
pessoas se veem (ou não) aqui” (Simone Fernandes, junho de 2021)*

Portanto, são estes espaços que concretizam os roteiros propostos pelo ritual. É nestas edificações centrais que as escolas *conhecem* Pelotas, no forte apelo em definir estes lugares como representativos para a cidade. Aqui, evidenciamos o caráter de cidade em disputa referente às ideias compartilhadas pelo *Dia do Patrimônio*. Os temas, como percebido, detém poder de *mudança* sobre a narrativa cultural urbana, mas esbarram no momento das visitas, pois se privilegia o Centro Histórico e edificações próximas como elementos do *Circuito Patrimonial* na sexta-feira. Desse modo, é importante nos perguntarmos: o que é *fazer turismo* no para o *Dia do Patrimônio*? Que cidade se está conhecendo? Essas questões impactam na construção dos roteiros turísticos oficiais, afinal a comunidade pelotense no contexto do ritual *Dia do Patrimônio* está “conhecendo” Pelotas a partir de sua região central, valorizando essas narrativas como representação coletiva. É nesta seara que adentramos aos debates sobre a prática do turismo cidadão deste estudo.

6.2 O *fazer turismo* do ritual: uma cidade em disputa

Em 2017, ano dos bairros, um fato curioso solidifica a questão da centralidade dos espaços de visitação. Embora se tenha o registro da atividade “Cultura Popular na Praça da COHAB Lindóia”, cuja intenção foi prestar uma homenagem aos 10 anos da vivência Griô da Mestra Sirley Amaro e 7 anos do Mestre Dilermando Freitas numa programação pelas ruas do bairro com contação de histórias, brincadeiras, rodas de samba, marchinhas de carnaval e poesia, foi a única atividade que não teve como lócus os prédios do Centro Histórico ou região central. Neste ano, identifica-se na programação os bairros propondo ações, muitas delas acontecendo no Tablado Cultural⁷⁵ do Mercado Central e Museu Parque da Baronesa. Ou seja, os bairros tiveram que chegar até o centro, pois não houveram roteiros que mostrassem quais são os patrimônios existentes nos territórios debatidos pela própria celebração. Este estudo vaza do espectro do *Dia do Patrimônio*, conectando-se a outras esferas do viver do urbano. A seguir, trago alguns elementos que confirmam a falta de conexão dos roteiros propostos pelo ritual no que tange a inserção das periferias neste processo.

⁷⁵ Espaços direcionados a realização de atividades artísticas como dança, música, teatro, etc, que usualmente são colocados no Largo do Mercado Central, Museu Parque da Baronesa e mais recentemente na Rua Lobo da Costa, na lateral do Casarão 2 em frente ao Theatro Guarany.

*conversar com
seu Aníbal que vai te contar muitas coisas sobre o bairro. É importante*

⁷⁶ Organizada para o “IV Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar” do projeto de pesquisa “Margens: Grupos em Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas” do GEEUR/UFPEL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JC43nLP6VIY&t=4671s>.

⁷⁷ Como apontado no Capítulo 5, item 5.5, a região do Passo dos Negros tem uma relação identitária e territorial próxima a diversos bairros, como é o caso do Navegantes.

possui. A exemplo em Pelotas, nós temos o Passo dos Negros. Nos últimos dias nós estivemos no Passo dos Negros. É um local onde a maioria das pessoas de Pelotas não conhece e que a especulação imobiliária vem se apropriando de uma história que faz parte da nossa construção, com a retirada dessas pessoas que ali estão com a sugestão de que ali eles não devem estar. Pessoas que estão ali e, pra quem não sabe, tem na sua história a trajetória negra da cidade de Pelotas. Isso é importante de saber que cada construção feita num território onde não é discutida sua historicidade é menos um local que

maneira de interpretar a

cidade. Se negou essas narrativas como peças do patrimônio cultural pelotense e por extensão da vivência da cidade. E essa questão ainda persiste.

Desde 2015 com a inserção do *Circuito Patrimonial*, a experiência de cidade proposta pela celebração privilegia roteiros, aproximadamente em torno de 1 hora para cada escola, nos limites centrais da cidade. Muitas vezes as visitas são “suprimidas” por esta questão do tempo, onde não se consegue dar conta do próprio roteiro do ritual. Em 2019, ao acompanhar algumas escolas, a programação construiu uma Pelotas histórica, descolada de seu próprio eixo central que era a etnicidade. Apresenta-se, nos casarões, a história das famílias, personagens que ali viveram, como se estes fossem os elementos importantes a serem destacados. Para muitas crianças é a primeira vez delas conhecendo a cidade distante dos seus bairros.

O *fazer turismo do Dia do Patrimônio* persiste na centralidade, na recusa de olhar para suas próprias reflexões como ponto de *mudança* na materialização da *cidade virtual*. Os (as) visitantes do ritual são majoritariamente da cidade e transportados às memórias de um “glorioso” passado material, inscrevendo isso nos (as) cidadãos (ãs). Como elucidam Susana Gastal e Marutschka Moesch (2007) no *turismo cidadão* o sujeito torna-se turista no momento de experimentação e vivência afetiva ao descobrir a própria cidade. O deslocamento atinge um sentido simbólico, assim como é em uma pesquisa antropológica urbana, pois “o estranhamento, nestes termos, não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização afetiva desencadeada” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 10). Com isso, o (a) turista cidadão (ã) constrói outros sentidos sobre sua realidade, podendo adentrar a cidade por seus bairros, gente e complexidade. Desta forma, indaga-se: o ritual *Dia do Patrimônio* oportuniza a comunidade local a conhecer Pelotas para “além dos casarões, quindins e charqueadas”, ou isto é algo que pode ficar suspenso somente à imaginação, campo das ideias? É com esta inquietude que encerro este trajeto pelo *Dia do Patrimônio* na prática.

Reflexões finais

Neste estudo buscou-se entender os processos de *objetificação cultural* produzidos pela política pública *Dia do Patrimônio - Pelotas/RS*. Para isso, se ritualizou suas etapas buscando interpretar a *ideia de cultura e cidade* acionadas pelos diversos desdobramentos da celebração. Sobretudo, abordar etnograficamente a partir da abordagem dos rituais, serviu para entender os jogos e disputas sobre como Pelotas deseja ser lembrada.

No *Capítulo 1* desenhou-se a construção do objeto como também se situou as origens do ritual Dia do Patrimônio, que estabelece uma relação com o país vizinho Uruguai. No *Capítulo 2* Pelotas foi apresentada a partir de sua história, cujo eco nas políticas culturais acabou por consolidar certa narrativa sobre a cidade. O *Capítulo 3* refletiu-se sobre a perspectiva etnográfica, assim como os contextos de observação do estudo. No *Capítulo 4* as etapas do *Dia do Patrimônio* foram contextualizadas, confirmando seu caráter ritualístico. O *Capítulo 5* apresentou, como, afinal, esta cidade diversa é construída conforme os eixos temáticos. No *Capítulo 6* se mostrou os espaços que materializam e legitimam a narrativa da cidade, assim como também se refletiu sobre o *fazer turismo* ensejado pelo ritual.

Os toques ritualísticos foram potentes para perceber as dinâmicas da celebração em suas minúcias. Na *Iniciação*, composta pelas *Conversas do Dia do Patrimônio* (materializadas nas *Revistas do Dia do Patrimônio* e série de cartões-postais), temos uma cidade e cultura diversas, de maneira conceitual. Para o ritual *Dia do Patrimônio*, Pelotas é a cidade das comunidades negras, que tanto simbólica quanto materialmente a construíram; das águas a que o município deve sua formação; das mulheres célebres e anônimas; das identidades construídas nas margens dessa cidade, cujo esquecimento é recorrente no discurso e planejamento público; pode ser a cidade das tradições, dos saberes de benzedeiros, redeiros, tamboreiros, doceiras e guasqueiros; como também pode ser considerada a cidade da diferença, dos imigrantes palestinos, da cultura do grafite, comunidade LGBTQIA+, entre tantos outros grupos. São estas temporalidades, “tradições” e

grupos que o ritual busca legitimar no âmbito público. Desse modo, a cultura é interpretada em sua “alma” como ente em constante *transformação* e *invenção*.

Em sua *Separação*, o ritual desloca a cidade plural dos discursos dos *Agentes do Patrimônio* comunicando seu primeiro momento de disputa. Formam-se *agentes* que não sabem ao certo qual cidade deve ser narrada, o que impacta na dinâmica do evento como um todo. Podemos entender este toque ritualístico como um dos grandes problemas do *Dia do Patrimônio*. Com isso, acaba entrelaçando-se com o *Transe* e *Ruído*, momento em que os espaços da cidade a serem dinamizados à comunidade (visitantes em geral e público infanto-juvenil) também torna-se um problema, pois são escolhidos no entorno do Centro Histórico da cidade e suas adjacências como: Antiga Sede do Jockey Club de Pelotas, Bibliotheca Pública Pelotense, Casarão 2, Casarão 6 (futuro museu da cidade e atualmente fechado), Casarão 8 (Museu do Doce), Catedral Metropolitana São Francisco de Paula, Clube Caixeiral, Clube Cultural Fica Ahí, Conservatório de Música, Instituto João Simões Lopes Neto, Prefeitura Municipal, Mercado Público Central, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (Casa 1), Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), Museu Municipal Parque da Baronesa e Praça Coronel Pedro Osório. Neste sentido, o *fazer turismo* produzido pelo ritual privilegia um roteiro que anula as próprias discussões ensejadas no evento. Subjetiva às pessoas a interpretarem a cidade como uma produção situada historicamente, sem margem alguma para o devir, no que tange ao seu território.

O ritual *Dia do Patrimônio* é um ente político. Dotado de *mudanças*, através dos temas, mas repleto de *permanências*, no discurso de cidade e espaços de visitação, evidencia uma Pelotas em disputa. Porém, é um ente dotado de (re)invenções, em particular sobre o que esta cidade ao sul do Rio Grande do Sul “pode ser”. Que efeitos o *Dia do Patrimônio* traz para a cidade de Pelotas? Ainda vivemos em uma cidade promovida no discurso turístico como a “terra dos doces” finos e portugueses, das charqueadas. Com isso se reforça anualmente o patrimônio central e da elite como importante, a partir do momento que não fazem com os outros a narrativa inclusiva que se pensa nas *Revistas*, *Conversas* e cartão-postal. Isso não se materializa para as pessoas. Onde entra a diversidade territorial que insere as periferias como meio de representar turisticamente esta cidade? Presenciamos uma cidade onde o Centro Histórico torna-se a única via para

representar Pelotas, em articulação/legitimação nos discursos oficiais. Presenciamos o não reconhecimento das narrativas LGBTQIA+ como parte dessa cidade, materializados nos reconhecimento oficial deste grupo. Quando há a intenção em inserir as referências dissidentes, a própria comunidade ataca esses movimentos, como é o caso da placa em homenagem à travesti e educadora social Juliana Martinelli.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, M. DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALFONSO, L. P.; RIETH, F. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: SCHIAVON, C. B.; PELEGRINI, S. C. **Patrimônios Plurais**: iniciativas e desafios. 1. ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

ALFONSO, L. P. RODRIGUES, M. Exposição Patrimônios Invisibilizados: uma experiência coletiva de extensão na pandemia. In.: **Conexões para um tempo suspenso**: Extensão universitária na pandemia. MICHELON, F. F.; BANDEIRA, A. R.; LIMA, P. G.; ZIMMERMANN, L. S. D. (Orgs.). Pelotas: Editora da UFPEL, 2020.

ALFONSO, Louise Prado; FUNARI, Pedro Paulo; SOUZA, Newan Acacio. Entre turismo e patrimônio: (re)visitando narrativas locais a partir do evento “Dia do Patrimônio” em Pelotas, RS. **Historiæ**, Rio Grande, n. 1, v. 12, p. 10-38, 2021.

ALMEIDA, L. M.; BASTOS, M. S. A experiência de Pelotas no processo de preservação patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 96-118, 2006.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita. (Org.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papius, 2001.

BARRETTO, Margarita; SANTOS, Rafael José. Fazer Científico em Turismo no Brasil e seu Reflexo nas Publicações Turismo. **Turismo Visão e Ação**, São Paulo v. 7. n. 2, 2005.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOG DIA DO PATRIMÔNIO. **Programação**. Disponível em: <http://diadopatrimonio.blogspot.com/>.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Parecer da relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ao processo nº 01450.016835/2009-92**. Assunto: Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Cidade**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Caio Gonçalves. A cultura como conceito operativo: Antropologia, Gestão Cultural e algumas implicações políticas desta última. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, São Paulo, ano 1, v. 1, p. 18-34, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os Estudos Culturais. **Cartografias**: website de estudos culturais. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363368/mod_resource/content/1/estudos_culturais_ana.pdf. Acesso em: 15 jun 2021.

FACEBOOK DIA DO PATRIMÔNIO - PELOTAS. Disponível em:

<https://www.facebook.com/DiadoPatrimonioPelotas>.

FERRAZ, C. P.; ALVES, A. P. Da Etnografia Virtual à Etnografia Online: Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. **Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú, 2017. Disponível em:

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-etnografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file>. Acesso em: 15 jan 2021.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. Coleção ABC Turismo. São Paulo: Aleph, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GUTIERREZ, E. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora da UFPEL, 2001.

GUTIERREZ, Ester; SANTOS, Carlos A. Narrativas macabras: viajantes e artistas no sul da América. **Revista Seminário de História da Arte**, Pelotas, n. 3, 2013.

HOBSBAWM, E. Introdução: A invenção das tradições. In.: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. p. 9-23.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. 29ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LONDRES, C. Patrimônio e performance: uma relação interessante. In: TEIXEIRA, J. G. L. C.; GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R. **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS/UnB, 2004.

MAGALHÃES, M. O. **Doces de Pelotas**: Tradição e História. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2001.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Pensar grande o patrimônio cultural. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 2, v. 3, 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/FKJcVf6jYyNtNzHtKHvZyHb/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul 2021.

MILHEIRA, R. G. **Pelotas: 2.500 anos de História Indígena**. In.: Almanaque Bicentenário de Pelotas - Luis Rubira (Org.). Pelotas: Ed. João Eduardo Keiber Me, v. 3, p. 37-47, 2014.

MONKS, M. **Territorialidade em disputa**: Normativas e Narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

MONTEIRO, Glaucia Lafuente. "O folclore gay de Pelotas": sobre uma representação que se atualiza na história da cidade. **História em Revista**, Pelotas, v. 4, p. 139-160, 1998.

MONTERO, Paula. Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público. **Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 4, v. 7, p. 81-101, 2012.

MORAES, Fabiane Rodrigues et. al. Projeto de visibilidade do negro: outras histórias no museu da Baronesa, Pelotas, RS. **SEMANA DOS MUSEUS DA UFPEL**, II, 2019, Pelotas.

NETO, F. P; RIETH, F.; ALFONSO, L. P. Pelotas-RS pelas suas margens: a patrimonialização como expressão de múltiplas formas de habitar a cidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição Especial, n. 54, p. 63-75, 2019.

NETO, Francisco Pereira. Observar a cidade e seus habitantes: a contribuição da etnografia. **Pixo - Revista de Arquitetura, cidade e contemporaneidade**, Pelotas, n. 3, v. 1, p. 103-115, 2017.

NEXO JORNAL. **O estrago da pandemia para os agentes culturais brasileiros**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/09/O-estrago-da-pandemia-para-os-agentes-culturais-brasileiros>. Acesso em 09 jan de 2021.

PEIRANO, M. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, ano 2, n. 1, p. 01-11, 2008.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**: ensaios de antropologias dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PELOTAS TURISMO. **Patrimônios de Pelotas**: Estação Férrea. Disponível em: <http://www.pelotaturismo.com.br/historias/171>. Acesso em: 20 ago 2021.

PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 57, ano 53, 2007.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/teste/cultura/plano-municipal-cultura>. Acesso em 20 set de 2020.

PLANO NACIONAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras/Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Plano Municipal de Cultura**. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/teste/cultura/plano-municipal-cultura>. Acesso em: 15 mar 2021.

REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO. **A Herança Cultural Africana**. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria de Cultura, ago. 2014.

REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO. **Etno Cidade Pelotas**. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria de Cultura, ago. 2019.

REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO. **Ocupação Feminina**. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria de Cultura, ago. 2016.

REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO. **Pelotas Imaterial**: Saberes, fazeres e ofícios. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria de Cultura, ago. 2018.

REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO. **Pelotas Natural**: Patrimônio de Águas. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria de Cultura, ago. 2015.

REVISTA DO DIA DO PATRIMÔNIO. **Territórios Daqui**: Identidade e Pertencimento. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria de Cultura, ago. 2017.

REZENDE, Sônia Cristina Santos. Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, n. 7, v. 4, p. 318-339, 2016.

RIBEIRO, Talita. **Turismo de Empatia**: Os refugiados no Oriente Médio. São Paulo: Enkla Editora, 2016.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Rua**, Campinas, n. 9, 2003.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SHORE, C. La Antropología de la política pública: reflexiones sobre la “formación” de las políticas. **Antípoda - Revista de Antropología y Arqueología**, Colombia, n. 10, p. 21-49, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/antpo/n10/n10a03.pdf>. Acesso em: 17 nov de 2020.

SPIESS, Marcos Alfonso. Relações entre antropologia e políticas públicas no Brasil: uma análise da institucionalização do campo de pesquisa. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, n. 17, v. 9, p. 169-191, 2016.

VELHO, G. Observando o familiar. In.: VIANNA, H.; KUSCHNIR, K.; CASTRO, C. (Orgs.). **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, p. 69-79, 2013.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.